

PLANEJAR E AGIR

A PARTIR DE DADOS EDUCACIONAIS

Relatos dos participantes do curso
GESTÃO PARA AS APRENDIZAGENS
trabalhando os dados na prática



2023 Instituto Unibanco & Instituto Singularidades



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

REALIZAÇÃO

Instituto Unibanco

Superintendente executivo: Ricardo Henriques

Gerentes: João Marcelo Borges, Maria Julia Azevedo, Núbia Freitas Silva Souza e Tiago Borba

Instituto Singularidades

Presidente: Claudia Costin

Diretora executiva de operações: Gisele Pinheiro

Diretora de projetos educacionais: Emilia Zouain

Coordenadora de projetos: Patricia Bernardo de Almeida

Coordenadora de produção digital e tecnologia educacional: Kamilla Moreira

Coordenadora operacional: Karen Martins de Andrade

1ª edição, 2023

ELABORAÇÃO DA OBRA

Produção de conteúdo: Ana Paula Moraes dos Passos, Jurisleya Pinheiro de Melo Bernardo Lôbo, Kézia Cláudia da Cruz, Mara Nibia da Silva, Claudéan Vitorino Ferro Machado, Daniel Carlos da Costa, Giovani Ivankio, Gisane Cordeiro Raposo de Paula, Lucas de Souza Barbosa, Marília Daniela Aragão dos Anjos, Silvandira Mesquita Sousa, Bárbara da Aldea Gennari, Cristiane S. de Souza, Daniela Zenatto Jornada, Grazielly Katarinni Gomes Lemos, Márcia Travi Dornelles, Ana Cristina da Costa, Elizabete Silveira Aguiar Farias, Joseane Martins da Silva, Tonimar Camilo e Silva, Regina Célia Barbosa Monteiro Lopes, Virgínia Rita dos Santos Silva e Ariadna Gonçalves Cavalcante

Leitura crítica: Jane Reolo e Caio Callegari

Produção editorial: Instituto Singularidades

Edição: Karina Mota

Revisão: Isabel Ferrazoli

Projeto gráfico e diagramação: Mariana Buôgo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planejar e agir a partir de dados educacionais [livro eletrônico] : relatos dos participantes do curso Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática / organização Instituto Unibanco, Instituto Singularidades ; coordenação Karen Martins de Andrade. -- São Paulo : Instituto Superior de Educação de São Paulo - ISESP, 2023. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84957-05-3

1. Aprendizagem 2. Avaliação educacional
3. Educação - Brasil 4. Gestão educacional
5. Planejamento educacional I. Instituto Unibanco. II. Instituto Singularidades. III. Andrade, Karen Martins de.

23-155373

CDD-371.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão educacional : Escolas : Administração : Educação 371.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Instituto Unibanco

CNPJ 52.041.183/0001-97

Avenida Paulista, 2.073 – Conjunto Nacional

Galeria “E”, Horsa II - 7º e 8º andares

Cerqueira Cesar, São Paulo-SP

CEP 01311-940

(11) 2587-6612

institutounibanco.org.br

Instituto Singularidades

CNPJ 04.162.324/0001-87

Rua Cincinato Braga, 388

Bela Vista, São Paulo-SP

CEP 01333-010

(11) 3034-5445

institutosingularidades.edu.br

PREFÁCIO

Instituto Unibanco

Nós, do Instituto Unibanco, acreditamos no poder transformador da gestão na educação e na importância do uso de evidências nos processos de tomada de decisão. Entendemos que planejar e agir a partir de dados educacionais permite que os encaminhamentos e percursos definidos sejam imbuídos de coerência e de uma lógica equitativa a serviço da aprendizagem de todos os estudantes.

Também compreendemos que realizar uma gestão escolar a partir de evidências no complexo contexto da educação é um desafio que demanda não só disciplina para a coleta e o registro de dados, mas também aprendizados e reflexões constantes.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do arcabouço necessário para o exercício de uma gestão baseada em evidências, desenhamos e implementamos, em parceria com o Instituto Singularidades, o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*. Como resultado do curso, os alunos elaboraram relatos de prática – que decidimos por bem transformar nesta obra.

Dessa maneira, o presente livro reúne relatos produzidos por gestores e gestoras educacionais de escolas, secretarias e regionais de vários recantos do Brasil que aceitaram o desafio de manter suas rotinas de trabalho e, de forma concomitante, analisar e repensar sua prática gestora.

Esses profissionais que dedicaram tempo e energia para essa reflexão e desenvolveram um plano de ação para uma gestão orientada por evidências. De forma generosa, eles relatam, nas páginas a seguir, suas experiências e os aprendizados que construíram de forma colaborativa com colegas gestores.

Esperamos que você, leitor(a), também se sinta provocado(a) a olhar para a gestão educacional a partir de evidências como um desafio salutar e desejável para o aprimoramento da educação pública no Brasil.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
Apresentação	7
Plano de ação: recomposição e consolidação das aprendizagens no Ensino Fundamental II da rede estadual do Rio Grande do Sul	15
Busca ativa e “acolher para permanecer”	21
A avaliação como instrumento de gestão escolar	25
Contextura	30
Esperançar e educar: educação como prática para a transformação	35
Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática	41
Dados: uma bússola para a educação	48
Gestão em foco: a mentoria como auxílio para a melhoria dos índices escolares	55
Gestão para as aprendizagens: a importância da coleta de dados para elaboração de práticas de aprendizagem em Matemática	65
Prática integrada às políticas educacionais do estado do Piauí	75



Um olhar para os níveis de aprendizagem em Matemática no Ensino Médio: desafios e possibilidades	82
Uma trajetória educacional em busca de uma educação de qualidade	88
A importância da formação do professor para sua atuação na gestão escolar	93
Habilidades necessárias para ser professora: avaliar os estudantes e gerir dados para promover a aprendizagem	100
Percurso e percalços da análise de dados: destrinchando dados, quebrando paradigmas	107
De professora de Matemática à gestora escolar: buscando fazer a diferença na vida dos estudantes	113
O processo de avaliação educacional: como usá-lo para a construção da aprendizagem	119
Relato de prática	124
As reflexões e a importância do curso sobre gestão para as aprendizagens	129
Garantia dos direitos de aprendizagem	134
Caravana pedagógica: um olhar para os dados educacionais do Ensino Médio piauiense	140
Frequência escolar, um indicador de sucesso ou fracasso da aprendizagem	146
Análise dos dados: entendendo e intervindo na prática pedagógica	161

Apresentação

Idealizar, atuar e inspirar práticas

Karen Martins de Andrade

Mestranda em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-SP

Coordenadora do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*

Participar da concepção de um curso sobre o enfoque pedagógico da gestão educacional, no qual diretores de escola e profissionais das secretarias de educação pudessem desenvolver e aprimorar as formas de acompanhar as aprendizagens dos estudantes, foi instigante e desafiador.

Partimos dos estudos recentes sobre as lideranças educacionais assertivas e que se envolvem nas rotinas e aprimoramentos do projeto político-pedagógico das escolas e, em conjunto com suas equipes, fazem acontecer. Incluímos os estudos mais recentes sobre as competências dos gestores educacionais no Brasil e no mundo. Pensamos na variedade e na intensidade de tantas outras atribuições dos gestores e procuramos trazê-las sempre com o foco nos objetivos pedagógicos.

Procuramos encaixar esse foco na rotina de cada gestor, trazendo possibilidades para que a forma de acompanhar o trabalho se disseminasse nas equipes gestoras, entre os profissionais e a comunidade escolar, chegando ao objetivo maior, que é a aprendizagem de todos os estudantes.

Ao traçarmos os conceitos, inspirados em casos de sucesso, e juntando todos os elementos para o curso sair do papel, ainda não sabíamos ao certo para qual público se destinaria essa aventura formativa. Antevíamos que, quando acontecesse, deveria ser um curso prático, com muitas provocações e trocas entre os participantes.

A oportunidade de trilhar esse caminho, em parceria com o Instituto Unibanco, em companhia dos gestores educacionais de diversos estados do Brasil, nos encheu de entusiasmo, pois prevíamos que a diversidade e as possibilidades dialógicas seriam pontos fortes do projeto.

E assim foi desde o início. Gestores compartilhando suas dúvidas e construindo os conceitos relacionados aos dados e indicadores de aprendizagem, relatos que demonstravam vontades e alguns percursos já iniciados no sentido do sucesso escolar. Costurando todo o curso, tivemos

como objetivo a construção de um plano de ação para cada escola ou para a área de atuação nas Secretarias de Educação. Aprofundamentos, depoimentos, compartilhamentos, acolhimentos... Novos olhares e um plano personalizado para acompanhar as aprendizagens foi se desenhando ao longo do percurso formativo.

Ao final, nossa tão esperada conclusão de curso foi realizada de forma presencial. E, para abrilhantar ainda mais esse projeto, cada participante realizou seu registro pessoal: escritas que relatam o andamento do curso e o plano de ação colocado em prática em suas unidades e/ou redes de atuação, e que agora constituem este livro.

Para além de registrar a experiência vivenciada no curso e o percurso formativo e profissional de cada gestor educacional, esperamos que esta primeira obra possa ser lida e sentida pelos próprios autores, e que sirva como ponto de partida para inspirar outras práticas Brasil afora!

Esperamos que esta publicação ajude a disseminar ideias importantes de que gestores constroem aprendizados constantemente, educam por meio de ações rotineiras e são pilares fundamentais que contribuem valiosamente para que a aprendizagem aconteça com qualidade para todos e cada um dos estudantes.

Experiências na gestão educacional que criam novos horizontes para o país

Caio Callegari

Coordenador de Inovação em Políticas do Instituto Unibanco

Valorizar os saberes da prática cotidiana das lideranças educacionais deve ser considerada uma das estratégias prioritárias para o desenvolvimento da educação de qualidade com equidade no Brasil. A realização dos direitos educacionais em cada rede de ensino, em cada território regional e em cada escola depende do trabalho diário de gestores, cujas decisões tomadas impactam desde os resultados de aprendizagem até a contribuição para a consolidação da democracia no país, envolvendo a melhoria das condições e capacidades de trabalho de cada profissional da educação.

Se a literatura nacional e internacional tem reforçado a importância do investimento na qualificação da função gestora na educação, é importante salientar que ainda há uma larga necessidade de avanço na sistematização de práticas de liderança que, adaptadas a cada contexto, podem contribuir para saltos educacionais substanciais no Brasil.

Esta publicação, e o trabalho formativo conjunto do Instituto Unibanco e do Instituto Singularidades que a origina, tem valioso significado nesse contexto. A partir de um ciclo de desenvolvimento coletivo com enfoque na gestão pedagógica fundamentada em dados e indicadores, 23 lideranças educacionais de diferentes estados brasileiros expandiram seus horizontes de possibilidades, experimentaram novas ações em seus cotidianos e sistematizaram aprendizados de suas práticas.

Para a promoção da equidade educacional, por exemplo, o livro traz o artigo de Daniel Carlos da Costa, que conta sua análise dos dados de desigualdade na aprendizagem entre os estudantes de uma das regionais de ensino da rede estadual do Ceará durante o período remoto. Tonimar Camilo e Silva também realizou análise de dados de aprendizagem por marcadores sociais de gênero, raça e renda familiar, a partir de um questionário com três perguntas aplicado aos estudantes de uma escola da rede estadual de Goiás. Fruto desse movimento analítico, realizou planejamento de palestras temáticas pactuadas em conjunto com o corpo docente, além de um desenho de mentoria entre pares discentes.

Por sua vez, os diretores Giovani Ivankio e Lucas de Souza Barbosa destacam ações de equidade realizadas em suas escolas na rede estadual do Rio Grande do Sul. O primeiro organizou, em conjunto com sua equipe, um amplo diagnóstico da aprendizagem com recortes raciais, tendo como consequência um plano de ação de combate ao racismo envolvendo atividades de valorização de personalidades negras e da arte e cultura afro-brasileira, além do aperfeiçoamento do dado racial na matrícula dos estudantes. O segundo nos conta sobre as avaliações e os materiais adaptados para os estudantes do atendimento educacional especializado e de sua experiência de trabalho com dados dos resultados na avaliação local de aprendizagem para estabelecer novas estratégias para apoio aos estudantes com menor desempenho em Matemática.

Já a diretora Ana Cristina da Costa derivou os temas trabalhados no curso em ações de equidade na aprendizagem no contexto da escola estadual que dirige no Ceará, como o replanejamento bimestral de estratégias de apoio aos estudantes com maiores dificuldades. Vale destacar também a criação de instrumento de avaliação qualitativa para antecipação de resultados de aprendizagem, composto de aferição da participação, disciplina colaborativa, frequência e autopercepção dos estudantes. Nessa mesma linha, Ariadna Gonçalves Cavalcante, diretora de escola no Piauí, trouxe seu relato de prática versando sobre o plano de intervenção pedagógica junto aos 35% dos estudantes com baixo desempenho; o portfólio de ações envolveu a realização de encontro pedagógico entre os professores de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História para a definição de estratégias comuns de apoio ao grupo de estudantes mais vulneráveis.

A recomposição e recuperação das aprendizagens no contexto da pandemia da covid-19 também foi tema de diversos artigos. Ana Paula Moraes dos Passos relata que as evidências coletadas para o componente de Língua Portuguesa no 6º do Ensino Fundamental da rede estadual do Rio Grande do Sul permitiram o reagrupamento de estudantes por necessidades de aprendizagem para atividades semanais de recuperação. No componente de Matemática, é importante destacar o relato da diretora Silvandira Mesquita Souza, que construiu um novo plano de ação pedagógico com a equipe da escola estadual que lidera no Ceará. A execução do plano abarcou a criação de um dicionário de Matemática para a interpretação dos dados, atividades de recuperação por nível de conhecimento dos estudantes, a realização de simulados e a escuta ativa.

Ainda sobre o mesmo tema, cabe destacar o texto de Joseane Martins da Silva, que demonstra como efetivou a implementação do programa “Professor Mentor” em uma escola estadual de Alagoas, que se propôs a fazer o acompanhamento socioeconômico de cada turma mensalmente. O programa estrutura a orientação dos estudantes na construção de seus projetos de vida no contexto do período pandêmico, envolvendo a elaboração de atividades de apoio pedagógico individualizado para o desenvolvimento integral dos jovens.

Por falar em horizontes educacionais dos estudantes, o livro traz oito artigos que enfocam os desafios do fluxo escolar. O relato de Mara Nibia da Silva traz o processamento dos dados da rede estadual do Rio Grande do Sul, permitindo a identificação dos jovens que evadiram a Educação Básica e a construção de uma análise qualitativa refinada dos motivos da evasão, a partir das histórias de vida dos jovens. Na mesma toada, Elizabete Silveira Aguiar Farias aborda o aperfeiçoamento de um projeto de busca ativa na escola estadual no Pará em que é diretora, considerando: maior envolvimento com as famílias, linha direta de contato com pais e estudantes, intervenções psicossociais, chamada ativa e trabalho nas redes sociais para, conjuntamente, localizar estudantes e oferecer espaço de relatos de experiências discentes.

A experiência de Goiás é retratada pelos artigos de Jurisleia Pinheiro de Melo Bernardo Lôbo, Kézia Cláudia da Cruz e Grazielly Katarinni Gomes Lemos, que efetivaram o aprofundamento na análise de indicadores de abandono e evasão dos estudantes, resultando em uma ação sistêmica de implementação, sistematização e disseminação de melhores práticas escolares de combate à evasão escolar – desenvolvidas no âmbito do programa estadual “Acolher para permanecer”. Cabe também ressaltar a experiência de Marília Daniela Aragão dos Anjo, que realizou o replanejamento das ações de busca ativa na rede estadual do Piauí, mirando os dados de fluxo escolar por regional de ensino para aperfeiçoar a implementação do “Programa de Reforço Juntos para Avançar” e a melhor utilização dos recursos financeiros descentralizados para as escolas piauienses.

Dentro da perspectiva do fluxo escolar coligado à aprendizagem, o relato de Virgínia Rita dos Santos Silva mostra a paulatina criação – ao longo da formação do Instituto Unibanco e do Instituto Singularidades – de instrumentos para aferir adequadamente a infrequência diária dos estudantes, além de outras estratégias pedagógicas e de convivência

escolar. Por exemplo, em conexão com os instrumentos de frequência, a escola que lidera no Espírito Santo elaborou um protocolo de comunicação e responsabilização das famílias, envolvendo visitas domiciliares, redes sociais e ativação da rede de proteção. Com um vasto repertório de novas práticas, a escola alcançou 97% de frequência diária média.

Vivendo um contexto específico de conflito escola-trabalho entre os jovens em uma região cafeeira do Espírito Santo, a diretora Gisane Cordeiro Raposo de Paula aborda em seu artigo o plano de ações consistentes alinhado com sua equipe, somando iniciativas de busca ativa com estratégias pedagógicas diversificadas (a partir de cruzamento de dados das pautas das aulas e de aprendizagem) e com rotinas de convivência e cuidado da saúde mental – o que reduziu o quadro de infrequência em 49%.

Resultados expressivos também foram relatados pela diretora alagoana Claudean Vitorino Ferro Machado, na temática do engajamento nas avaliações nacionais de aprendizagem. Em um processo de valorização da importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e seus descritores, mobilizou a escola para a ampliação da participação dos estudantes – incluindo circuitos, gincanas, avaliações periódicas e agrupamentos por nível de aprendizagem. O resultado foi um aumento de 32% na taxa de participação dos alunos no Saeb 2021 e avanços nos resultados de aprendizagem.

Já os relatos de Daniela Zenatto Jornada e Márcia Travi Dornelles mostram como, em conjunto, identificaram como problema central a baixa adesão das escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul à participação no Saeb. A partir do intercâmbio de práticas com gestores de outros territórios, as educadoras construíram uma formação para diretores escolares dedicada à compreensão do potencial do uso de dados das avaliações na gestão pedagógica.

A respeito do apoio ao desenvolvimento de profissionais da educação, três artigos sistematizam práticas que podem ser vistas como referências para lideranças educacionais. A gestora Bárbara da Aldea Gennari visou fortalecer o planejamento de intervenções pedagógicas a partir de dados dos indicadores de aprendizagem e de fluxo, articulando as possibilidades de ação da secretaria regional de ensino e das escolas no Espírito Santo, por meio da criação de protocolos e instrumentos de apoio aos supervisores escolares. Já Regina Célia Barbosa Monteiro Lopes focou seu trabalho na ação “Caravana Pedagógica” que, na rede estadual do Piauí, é o projeto que fortalece a capacidade dos educadores para a análise de indicadores

educacionais das escolas, tendo como consequência o replanejamento pedagógico – com visitas in loco em escolas prioritárias. Por fim, Cristiane S. de Souza relata sua rota de ações para a implementação de uma formação de pelo menos 80 horas em gestão pedagógica, destinada a professores que almejam exercer a função de diretor escolar na rede estadual de Alagoas.

Esse vasto conjunto de práticas, desenvolvidas a partir de um olhar cuidadoso para os dados e indicadores da realidade educacional, configura um inestimável rol de avançadas referências aos profissionais da educação que ocupam a função gestora hoje e àqueles que se preparam para assumir tal responsabilidade. À vista disso, o livro Planejar e agir a partir de dados educacionais é um impulso para novas e corajosas ações de transformação social, tão potentes quanto urgentes, que nascem da práxis da gestão nas escolas e secretarias de ensino brasileiras.

Plano de ação: recomposição e consolidação das aprendizagens no Ensino Fundamental II da rede estadual do Rio Grande do Sul

Ana Paula Moraes dos Passos

Mestra em Linguística Aplicada

Assessora pedagógica da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul

O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, promovido pelo Instituto Singularidades e pelo Instituto Unibanco, teve início no final de março de 2022 e contou com a participação de diretores de escolas de Ensino Médio e gestores de secretarias de educação de todo o país. Esse curso proporcionou aos diretores e gestores uma formação sólida para o trabalho com dados gerados pelas avaliações educacionais externas e internas em seu processo pedagógico. Dessa forma, o conhecimento adquirido, ao longo dos cinco módulos do referido curso, forneceu subsídios para a elaboração de um plano de intervenção visando reduzir as desigualdades educacionais com base em dados.

Assim sendo, tenho como objetivo apresentar o plano de ação para recompor e consolidar as aprendizagens de estudantes do Ensino Fundamental II em 2023, elaborado pelo departamento pedagógico da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente pela Assessoria de Ensino Fundamental, na qual atuo como assessora pedagógica dos Anos Finais (6º ao 9º ano).

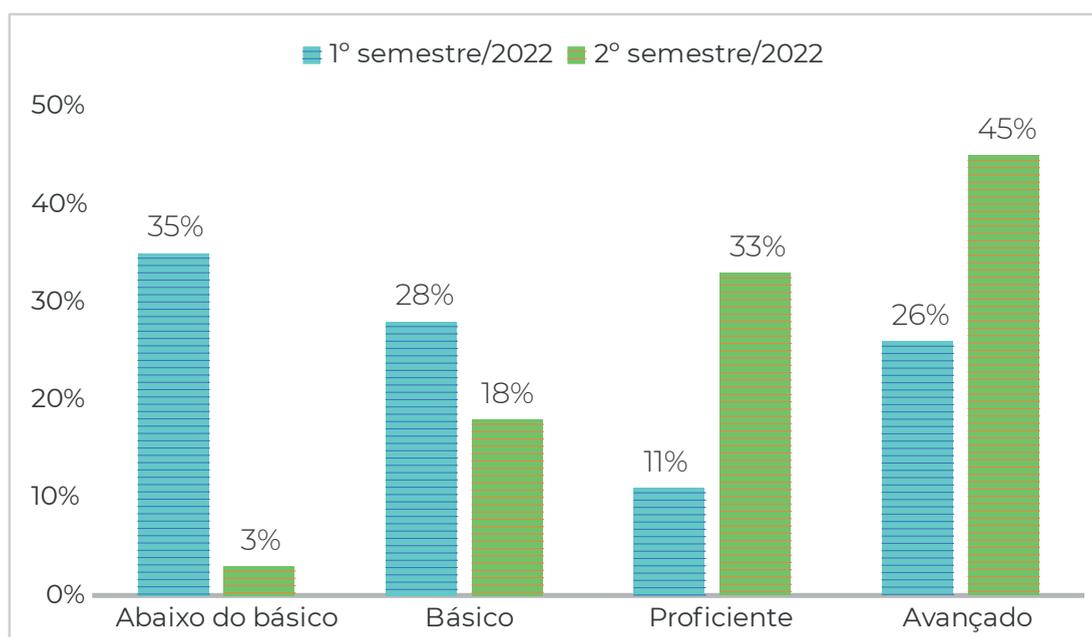
Esse plano de ação tem como objeto de análise e intervenção as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da rede estadual do Rio Grande do Sul e tomou como base os dados obtidos por meio do instrumento de avaliação diagnóstica da rede estadual, o Avaliar é Tri, a respeito dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática.

Os dados que apresentarei e analisarei são referentes às provas realizadas no primeiro e no segundo semestre de 2022, que contaram com a participação de mais de 624 mil estudantes de 2.147 escolas públicas estaduais.

Tendo em vista a necessidade de delimitação do objeto de estudo para a análise e apresentação dos resultados, realizei um recorte em termos de ano escolar, componente curricular e coordenadoria regional de educação. Assim, optei por analisar os dados referentes ao componente Língua Portuguesa dos 6º anos no ano de 2022. Justifico tal opção pelo fato de tratar-se do primeiro ano do Ensino Fundamental II, ou seja, ano no qual os estudantes acabaram de fazer a transição do Ensino Fundamental I para o II. Essa transição costuma interferir no desempenho estudantil justamente pelos alunos terem de lidar com diversas novidades e enfrentar muitas mudanças, principalmente no que tange à estrutura curricular.

Antes de apresentar o plano de ação em si, analisarei brevemente os dados a respeito do desempenho dos estudantes no Avaliar é Tri.

No módulo 2 do curso de gestão, a respeito de desempenho e rendimento escolar, foi muito enfatizado que o ato de avaliar tem por objetivo revelar algo sobre a realidade. Nesse sentido, o gráfico a seguir apresenta os percentuais de estudantes em cada um dos padrões, possibilitando identificar seus diferentes níveis de aprendizagem e, assim, direcionar o trabalho com o objetivo de minimizar as desigualdades educacionais existentes entre eles.



Desempenho dos estudantes da rede estadual do Rio Grande do Sul com base na taxa de acerto obtida na avaliação diagnóstica Avaliar é Tri de 2022.

Fonte: Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica do Rio Grande do Sul (CAEd-RS, s.d.).

Os resultados mostram que os estudantes da rede evoluíram muito em termos de taxa de acerto, já que ocorreu um crescimento expressivo de 19% do primeiro para o segundo semestre no nível avançado. É importante ressaltar que, conforme o gráfico, a maioria dos estudantes (78%) está nos níveis avançado e proficiente no segundo semestre.

Nesse sentido, assumo a visão de Luckesi (2011, p. 264), para quem a avaliação de aprendizagem é “uma atribuição de qualidade, com base em dados relevantes da aprendizagem dos educandos, para uma tomada de decisão”. Assim, embora os dados indiquem que ocorreu um crescimento significativo em relação ao primeiro semestre de 2022, entendo que o trabalho de recuperação e consolidação das aprendizagens ao longo do próximo ano letivo ainda é necessário, já que, novamente em consonância com Luckesi (2018, p. 23), “[...] cabe ao gestor da ação, com base nessa revelação, tomar decisões, que, por si, poderão – e deverão – trazer consequências positivas para os resultados desejados”.

Por fim, ainda sobre os dados do gráfico apresentado, cabe ressaltar que 22% dos estudantes da rede encontram-se nos níveis básico e abaixo do básico. No módulo 5 do curso intitulado “Elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade” discutiu-se a importância do mapeamento do território e das condições socioeconômicas das comunidades escolares para garantir as aprendizagens dos estudantes. Desse modo, precisamos mapear quem são esses estudantes que se encontram nos níveis básico e abaixo do básico; saber onde moram, qual seu gênero, idade e classe, entre outras variáveis sociais, pois os mapeamentos apoiam o planejamento do professor e, conseqüentemente, a recuperação e consolidação das aprendizagens.

Este plano de ação é o resultado do trabalho de mentoria realizado ao longo do curso pela professora mestra Maria Cristina Rodrigues. Os momentos de mentoria, realizados em pequenos grupos e individualmente com a professora, foram muito importantes para o planejamento de ações com o intuito de intervir na realidade escolar da rede.

O plano de ação consiste no reagrupamento de estudantes de acordo com as necessidades de aprendizagem nos componentes Língua Portuguesa e Matemática, identificadas a partir da avaliação diagnóstica inicial Avaliar é Tri, elaborada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e aplicada no início do ano letivo.

Entre os objetivos da ação, destacam-se os seguintes:

- possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades que se apresentam frágeis na avaliação diagnóstica inicial (primeiro semestre) de 2023 (Avaliar é Tri);
- consolidar as habilidades ainda não desenvolvidas pelos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede;
- levar o estudante a compreender e produzir textos orais e escritos;
- desenvolver o letramento matemático.

Considerando a aplicação, o plano de ação indica que no turno regular, uma vez por semana, um dos cinco períodos do componente Língua Portuguesa será destinado à recuperação e consolidação das aprendizagens dos estudantes. O mesmo ocorrerá para o componente curricular Matemática, que também conta com cinco períodos.

A ideia é agrupar os estudantes que apresentam níveis de aprendizagem similares, em consonância com as devolutivas do Avaliar é Tri e das avaliações elaboradas pelo docente. E conforme os estudantes avançarem na aprendizagem, mudarão de agrupamento.

O docente responsável pela recuperação e recomposição das aprendizagens é o próprio professor titular dos componentes Língua Portuguesa e Matemática. Durante o processo, as atividades elaboradas pelo professor para os estudantes devem apresentar diferentes níveis de dificuldade.

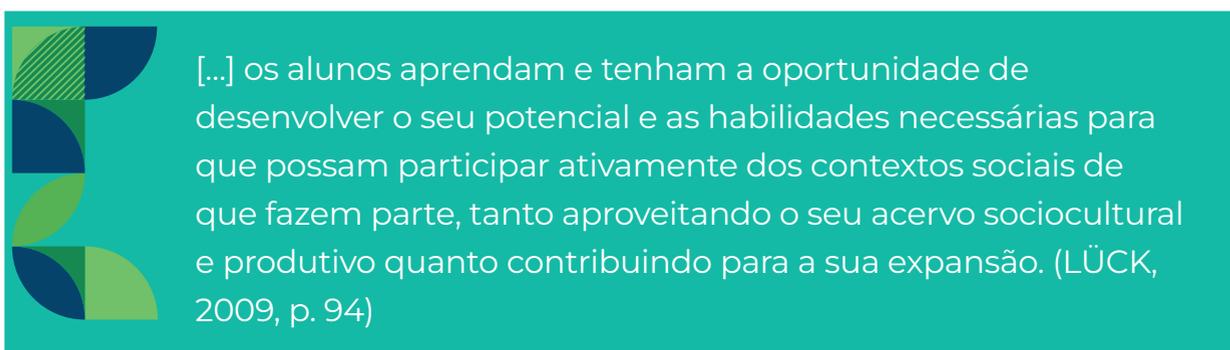
Tendo em vista os recursos didáticos, serão usados:

- livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD);
- materiais e atividades desenvolvidos pelos próprios professores regentes das turmas;
- testes e resultados do Avaliar é Tri, disponibilizados na plataforma do CAEd, cujo ambiente oferece a gestores e docentes diferentes recursos de apoio à execução de suas atividades, no sentido de melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Por fim, em se tratando da avaliação dos estudantes, haverá:

- uma avaliação diagnóstica inicial para definir os agrupamentos por nível de aprendizagem, de acordo com as devolutivas do Avaliar é Tri;
- ao longo da implementação, outras avaliações para acompanhar a evolução no desempenho estudantil;
- a reorganização dos agrupamentos fundamentada no nível de aprendizagem apresentado no Avaliar é Tri;
- avaliações internas elaboradas pelos professores de turma responsáveis pelos componentes Língua Portuguesa e Matemática.

Trata-se, portanto, de um projeto de recomposição das aprendizagens não consolidadas a ser executado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul no ano letivo de 2023 para que



Referências

CAED DIGITAL. **Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica do Rio Grande do Sul. Avaliação e monitoramento da Educação Básica:** Rio Grande do Sul. Página inicial. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentoriograndedosul.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 19 set. 2022.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Aprende mais**: programa de recuperação e aceleração da aprendizagem (formação) – 2ª edição/2022. Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Aprende-Mais>. Acesso em: 19 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. PIBID – Matemática. **Avaliar é Tri – 2021**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/pibid-mat2020/?page_id=1462. Acesso em: 19 set. 2022.

Busca ativa e “acolher para permanecer”

Jurisleya Pinheiro de Melo Bernardo Lôbo

Pedagoga

Gerente de acompanhamento e avaliação dos servidores e gestores escolares na Seduc-GO

Tive a oportunidade de organizar, participar e proporcionar encontros com todos os gestores escolares da rede estadual de educação, composta de mais de mil escolas, entre novembro de 2021 e junho de 2022. Esses encontros tinham como objetivo discutir temas sobre gestão democrática, liderança, boas práticas e *cases* educacionais de sucesso.

Em 2022, tive a oportunidade de participar do curso de formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, composto de cinco módulos e cuja carga horária foi de 80 horas (60 horas de conteúdo e 20 horas de mentoria). Houve encontros assíncronos e síncronos, e o foco da discussão teórico-metodológica deu ênfase à prática de determinadas temáticas, conforme a tabela a seguir:

Módulo 1	Conhecimento e discussão sobre alguns conceitos e definições referentes à avaliação educacional, que, para Lafourcade (1969), é o processo contínuo e amplo que traduz um julgamento de valor, com ou sem o apoio de medidas. Interpretação de medidas ou descrições qualitativas, consideradas em relação a uma norma anteriormente estabelecida. O termo “avaliação” é, por vezes, empregado de forma imprópria, como sinônimo de medida. No entanto, a avaliação envolve, além de mensurações, descrições qualitativas e requer, ainda, interpretação, o que lhe é essencial.
-----------------	--

Módulo 2	Criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar, o que, segundo Luckesi (2018, p. 23): “[...] o ato de avaliar, como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo exclusivamente revelar algo a respeito da realidade. No caso, revela cognitivamente a sua qualidade, cabendo ao gestor da ação, com base nessa revelação, tomar decisões, que, por si, poderão – e deverão – trazer consequências positivas para os resultados desejados. As decisões sempre caberão ao gestor da ação, nunca ao avaliador. Ao avaliador cabe exclusivamente investigar e revelar a qualidade da realidade”.
-----------------	---

Módulo 3	Organização de dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar e compartilhamento com a equipe. Nesse tópico, foram discutidos os principais indicadores do rendimento escolar, mas também como devem ser feitas a definição e a descrição do objeto “rendimento escolar” e a construção de um instrumento de rubrica (lista), para abordarmos o processo de rendimento escolar e a relação entre rendimento escolar e variáveis de contexto.
Módulo 4	Leitura e interpretação dos dados a partir das avaliações externas e internas, contando com análise dos tipos de avaliação presentes na prática da escola, reflexões e estudo de caso. Nesse contexto, a avaliação é um recurso subsidiário da ação educativa. Ela alia-se e serve ao projeto de ação, objetivando mostrar seus efeitos positivos, suas fragilidades, assim como as necessidades de correção, caso se deseje chegar aos resultados previamente definidos (LUCKESI, 2012; FERNANDES, 2009). Dessa maneira, como afirma Luckesi (2018, p. 193): “avaliar é o ato de investigar a qualidade da realidade, o que subsidia, se necessário, a decisão de uma intervenção, tendo em vista obter um resultado mais satisfatório da nossa ação – mais satisfatório do que o já conquistado. Essa compreensão conceitual, sinteticamente como se encontra exposta, exige desdobramentos”.
Módulo 5	Elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade. Os encontros síncronos foram realizados às quartas-feiras, das 19h às 22h, no período de março a agosto de 2022; assim como a mentoria com a professora Maria Cristina Rodrigues, reuniões em pequenos grupos e individuais, cujo objetivo foi propiciar momentos de desenvolvimento de ações nas unidades escolares a partir dos conhecimentos construídos na formação.

Dessa forma, a elaboração do plano reflete a continuidade e o aprofundamento da equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, composta por representantes da superintendência de organização e atendimento educacional; da gerência de acompanhamento e avaliação do desempenho de servidores e gestores escolares; e da gerência de aprimoramento técnico gerencial.

O objetivo deste plano de ação é elencar as boas práticas de “busca ativa” realizada nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do estado de Goiás no segundo semestre de 2022 e, posteriormente, apresentá-las em um e-book. A proposta é que o e-book sirva de inspiração e direcionamento para a comunidade escolar, para que possam acolher, resgatar e criar mecanismos de permanência dos estudantes que, por motivos diversos, deixaram de frequentar a escola.

A construção do plano ocorreu por meio da pesquisa de dados referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2005 com

o intuito de agregar ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de obter resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10.

Com base no acompanhamento da trajetória de vida pessoal e acadêmica do estudante por meio da formulação de um plano de estudo estruturado fundamentado no Projeto de Vida, a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Portanto, a partir dos dados coletados durante o monitoramento das ações, deparei com o projeto “Acolher para permanecer com sucesso”, desenvolvido no Colégio Estadual Padre Pelágio com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O objetivo desse projeto é resgatar os alunos com baixa frequência e acolher os presentes durante todo o ano, focalizando a busca ativa e constante dos estudantes absenteístas, por meio de ligações, grupo de apoio, rodas de conversa e ações com o grêmio estudantil, procedimentos conduzidos pelo gestor da unidade escolar, o professor Lucas Henrique Coelho.

Visando à busca ativa e com a proposta de “acolher para permanecer”, pois falar em busca ativa escolar implica refletir sobre essas duas palavras – acolher e permanecer –, é importante priorizar o resgate, a permanência e o acolhimento dos estudantes.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxas de rendimento**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 9 fev. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender**: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAFOURCADE, P. D. **Evaluación de los aprendizajes**. Buenos Aires: Kapelusz, 1969.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola. *In*: LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (orgs.). **Temas da pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

A avaliação como instrumento de gestão escolar

Kézia Cláudia da Cruz

Mestra em Educação pela UFG

Gerente de aprimoramento técnico gerencial do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor) da Secretaria de Estado da Educação de Goiás

O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* nos permitiu pensar a educação em vários lugares do país, o entrecruzamento de culturas, a compreensão da diversidade e o modo como estamos lidando com essa diversidade nos diferentes territórios e nas diferentes instâncias de atuação da educação. Compartilhamos as diferentes realidades educacionais presentes representadas pelos colegas dos vários estados da federação do Brasil, mapeamos os territórios, discutimos a diversidade desses territórios no que diz respeito às condições socioeconômicas da comunidade escolar, entre outras questões.

Por meio dessa proposta de mapear, pensar e contextualizar proporcionada pelos trabalhos em grupo e por discussões nas aulas síncronas, nos sentimos mais próximos do Sul, do Nordeste, do Sudeste do país e até de nós mesmos. Durante o percurso, a equipe técnica da Seduc Goiás, representada pelas superintendências do Cepfor, atuou de forma colaborativa e integrada, visando à elaboração e execução de um plano de ação personalizado para a rede, com base nos dados de evasão evidenciados no período de retorno do ensino remoto para o presencial.

Esse plano de ação colaborativo teve como foco a política de “busca ativa dos estudantes” da Seduc de Goiás, cujo objetivo é acolher os estudantes e fazer com que permaneçam na escola e alcancem resultados satisfatórios para a sua etapa de ensino e faixa etária. Então, a partir das ações apresentadas pelas unidades escolares da rede estadual, o plano sugeriu, como produto da análise das propostas, publicar um e-book, reafirmando o nosso compromisso com uma educação de qualidade com equidade.

O plano de ação da equipe técnica da Seduc teve como objetivo elencar as boas práticas de “Busca Ativa” realizada nas unidades escolares da rede

pública estadual de ensino do estado de Goiás no segundo semestre de 2022 e, posteriormente, selecionar essas “boas práticas” em um e-book que sirva de inspiração e direcionamento à comunidade escolar. A finalidade é que as escolas possam acolher, resgatar e criar mecanismos de permanência dos estudantes da rede pública estadual de ensino que, por motivos diversos, deixaram de frequentar a escola.

A política de busca ativa instituída no estado de Goiás, através da portaria nº 4.217/2021, instituiu o programa “Busca ativa: acolher para permanecer” na rede pública estadual de ensino de Goiás por meio de acompanhamento e monitoramento da trajetória de vida acadêmica e pessoal dos estudantes, com o objetivo de combater o abandono e a evasão escolar.

Durante esse percurso, reafirmamos juntos e por diversas vezes que o grande fazer da escola é a sua gestão pedagógica, que é o centro do trabalho desenvolvido na escola. Em nossas análises coletivas, ficou clara a necessidade de que o gestor escolar, mais do que nunca, esteja atento ao desenrolar do trabalho pedagógico na escola, planejando ações sempre articuladas com os outros pilares que sustentam a gestão escolar.

É necessário um gestor que tenha o olhar voltado para a sala de aula, que gerencie os espaços, que “cuide” do administrativo, do financeiro e da gestão de pessoas, mas sem se distanciar do pedagógico. Um gestor que exercite a prática dos malabares – no sentido conotativo, jogo ou espetáculo que exige habilidades como equilíbrio, destreza e acrobacia na manipulação de objetos –, conduzindo a gestão de forma equilibrada e dinâmica entre seus pilares, ou ainda um gestor que coloque tudo junto e misturado nos fazeres diários e atue em todos os espaços.

É certo que atuar em todos os espaços e ainda realizar ações de cunho pedagógico e formativo diariamente é um desafio! Aliás, os desafios são inúmeros nesse contexto. Estar presente em todos os espaços, mostrar o seu olhar para todo o grupo, ser, compartilhar e observar não é tarefa simples.

No entanto, é fundamental que o gestor tenha clareza do quão importante é a dimensão pedagógica da gestão e entenda que os funcionários que integram a escola – suas relações, a dimensão financeira e outras que se apresentam – precisam ser colocados a serviço da gestão pedagógica com o propósito de garantir o direito de aprender dos estudantes, direito que é, sem dúvida, o objetivo principal da ação escolar.

A esse respeito, Lück (2009, p. 26) esclarece:



Embora haja essa divisão, essas áreas devem ser trabalhadas em conjunto, uma vez que elas dependem uma das outras para alcançar os resultados educacionais esperados. Essas dimensões envolvem a fundamentação conceitual e legal da educação e da gestão educacional, o planejamento, o monitoramento e avaliação das ações promovidas na escola, e a gestão de seus resultados de modo que todas as demais ações educacionais sejam realizadas com foco na promoção da aprendizagem e formação dos alunos, com qualidade social.

Vasconcellos (2009) adverte o gestor escolar para que ele não se prenda às tarefas puramente burocrático-administrativas, mas se envolva em ações intencionais de articulação e coordenação, que, embora contenham os aspectos administrativos, vinculam essencialmente o gestor à gestão pedagógica da escola.

Lück (2009) destaca que o gestor é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e de todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser dissolvida entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada.

Para além dos desafios pontuados anteriormente, é fato que a gestão da escola também precisa integrar a comunidade escolar e engajá-la nas atividades educacionais, envolvendo-a, inclusive, na construção do projeto político-pedagógico (PPP) e em seus desdobramentos como o plano de ação da unidade escolar.

A esse respeito, um dos desafios apresentados no curso para os gestores seria a utilização dos resultados de aprendizagem como parâmetro para a elaboração do plano de ação da escola. Esse desafio corresponde à proposta de que a avaliação da aprendizagem não é o “fim” do processo educativo, mas o meio, no sentido de que, com base nos resultados obtidos, torna-se possível identificar os aspectos do processo ensino e aprendizagem que requeiram revisão, tanto em relação à aprendizagem dos estudantes quanto em relação ao desempenho institucional.

Nessa mesma linha de raciocínio, Luckesi (2002) aponta que é importante avaliar continuamente o desenvolvimento do estudante e utilizar os dados da avaliação no planejamento e na materialização do plano de ação utilizando

esses dados de desempenho a favor do processo de ensino e aprendizagem. Isto é, deve-se refletir sobre os resultados das avaliações e utilizar esses resultados para a elaboração do Plano de Ação articulado às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores e às condições gerais da escola.

Nessa perspectiva, o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* permitiu esse olhar para as avaliações em larga escala, o modo como elas se constituem e como é feita as produções dessas avaliações até chegarem na escola. Nas aulas síncronas discutimos o percurso das avaliações dentro da UE, como a escola organiza e pensa esse documento no fazer dos professores, a métrica utilizada para isso e como o gestor escolar deve atuar ao “olhar” essas avaliações e seus resultados.

A partir das experiências vivenciadas neste curso, podemos afirmar que, aqui em Goiás, a gestão escolar já tem o hábito incorporado em suas rotinas de olhar os resultados das avaliações externas, principalmente a elaboração e revisão dos planos de gestão escolar, o PPP e os planos de ação das escolas, culminando no planejamento dos professores.

Temos orientado os gestores escolares, por meio da formação continuada, a olharem os diagnósticos de aprendizagem dos estudantes expressos nos resultados de desempenho das avaliações internas e externas para que, a partir daí, os gestores possam traçar metas e saber onde está e onde a escola quer chegar.

Em nossas formações, temos procurado fortalecer e respaldar a atuação dos gestores escolares, para que possam ter clareza de seu papel na condução do trabalho pedagógico na escola, do uso dos resultados das avaliações externas no aperfeiçoamento do plano de ação da escola e ainda de seu compromisso com a qualidade do desempenho escolar. Valendo a ressalva de que a conquista desse objetivo pressupõe a suplantação de uma de nossas maiores provas: a universalização da educação básica, representada, não por práticas educacionais análogas, mas por propostas de ensino flexíveis que possam considerar as singularidades de todos os estudantes, sejam estas cognitivas, físicas, socioemocionais, culturais ou outras.

Se esse alcance fosse tomado como horizonte, mais insuperável seria, não fosse a atuação ética, intencional e fundamentada do gestor escolar. Até porque acreditamos que a partir do momento que o gestor tem clareza de seu papel e entende que é protagonista do desempenho escolar e das dimensões (LÜCK, 2009) ou pilares que integram a gestão escolar,

certamente o seu trabalho se tornará mais consistente e capaz de influenciar positivamente o ensino e a aprendizagem da escola em que atua.

Referências

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

Contextura

Mara Nibia da Silva

Doutora em educação pela UFRS

Assessora no Departamento de Planejamento - Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul

Quien escribe, teje.
Texto proviene del latín, “textum” que significa tejido.
Con hilos de palabras vamos diciendo, con hilos de tiempo vamos viviendo
Los textos son como nosotros:
tejidos que andan.

(GALEANO, 2001, *n.p.*)

O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* contribuiu para um meu *reolhar* sobre o trabalho que desenvolvo na Seduc, em especial, na demanda que recebi logo após iniciar o curso e que resultou num plano de ação que elaborei e explicito mais adiante.

Luckesi (2011), ao abordar a avaliação como ato de investigar e fornecer subsídios que permitam ao educador, caso necessário, tanto intervir em sua forma de ensinar quanto auxiliar o educando de maneira mais efetiva para sua aprendizagem, impulsionou-me a pensar a avaliação do trabalho que eu desenvolvia.

Ressalta o autor sobre condições prévias de todo ato de avaliar:



Duas condições prévias são necessárias a todo pesquisador, assim como a todo avaliador: **disposição psicológica** de acolher a realidade como ela é e **escolha da teoria** com a qual fará sua aventura de investigar. Sem a primeira condição, recusamos a realidade que se nos apresenta e da forma que se nos apresenta, o que implica na impossibilidade de agir eficazmente sobre essa realidade; sem a segunda, não teremos um guia adequado na sua abordagem. (LUCKESI, 2011, p. 265, grifos nossos)

É estarmos dispostos a olhar com olhos de ver aquilo que realmente está ocorrendo, a descrever os inúmeros fatores que intervêm na situação e suas inúmeras variáveis, a considerar e estar aberto ao “diferente”, ao que surge quando menos esperamos. Quanto à segunda condição, é preciso dizer que o impacto da lógica do lucro, acima de tudo, retrata-se em degradação ambiental, exploração do trabalho, perda dos direitos da maioria da população, assim como na situação da saúde e da educação.

Na propriedade privada do bem comum, os avanços nas mais diversas áreas e o acesso a eles por – e em benefício de – alguns poucos se acentua. Porém, o trabalho que constrói obras, que liga fios, une processos, procedimentos e lutas, a partir de uma base material, dá aos aglomerados uma feição de humano.

Numa realidade contraditória, que se constrói e reconstrói continuamente, conhecer, compreender, analisar e interpretar exige um desvelar dessa mesma realidade, que, como diz Kosík (2002), não se deixa ver imediatamente. Assim, foi necessário um ir e vir constante entre as informações, evidenciando o que se mostra ou não se mostra e, dessa maneira, tecer e ir tecendo relações, recompondo a totalidade.

A fala de Edneia Gonçalves à *Carta Capital* (2019), trazida no início do módulo 5, bem como os questionamentos aportados pela professora Maria Cristina Rodrigues foram mobilizadoras.



A escola não é só um prédio com parede e teto. É um ponto de encontro, de construção de conhecimento. É um espaço em que se articulam os diferentes grupos e possibilidades de se construir algo comum a partir das culturas, das pessoas e do território.
(GONÇALVES, 2019, s.p.)

Dessa maneira, foi necessário pensar nas seguintes questões:

- Quais as práticas de mapeamentos existentes em nossos espaços educacionais?
- Como fazemos o mapeamento dos territórios pensando na garantia das aprendizagens dos estudantes?

Os aportes da professora Tatiane Dian em como ler, interpretar e utilizar os dados das avaliações externas e internas a serviço das aprendizagens fizeram eco com a apresentação dos resultados do Saeb e Ideb 2021. Sobre isso, foi possível perceber que as posições da mesa e dos presentes se dividiam na questão da comparabilidade com os resultados das edições anteriores, tendo em vista não só o contexto pandêmico em si, mas também as orientações do Conselho Nacional de Educação em relação a não retenção dos estudantes, algo que impacta diretamente os resultados do Ideb, uma vez que o índice é calculado com base na proficiência (Saeb) e pela aprovação (Censo Escolar – Situação do aluno).

Como apontei anteriormente, o curso contribuiu para um *reolhar* meu sobre o trabalho que desenvolvo, em especial a demanda de realização de uma série histórica – 2019, 2020 e 2021 – sobre os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio propedêutico que encerraram o ano letivo em abandono/busca ativa. Nessa conjuntura, já não era mais possível apenas levantar dados quantitativos, e sim levantar dados no seguimento nominal, ou seja, fazer a verificação da situação de cada um dos estudantes – se retornaram à rede estadual ou não, se estariam em outras redes no Rio Grande do Sul ou mesmo em outros estados – e compreender quem são eles, seus contextos, o porquê de deixarem a escola.

O ponto de partida para esse trabalho foi uma base de dados nominal, fornecida pela PROCERGS, cuja data de corte, dos estudantes que encerraram o ano letivo de 2019 em abandono, foi 20/7/2022, tendo em vista que a busca ativa para encerramento do ano letivo passou a vigorar em 2020. Nesse seguimento, foram contabilizados os que retornaram à rede estadual e, a partir de informações do censo escolar de Rio Grande do Sul, foram localizados aqueles que saíram da rede estadual e constavam em outras redes do Rio Grande do Sul ou de outros estados, nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Cabe destacar que, em 2022, os dados do Censo sobre estudantes localizados em outras redes no Rio Grande do Sul ou em outros estados são preliminares (matrícula inicial de 2022). O *layout* elaborado para a base de dados contemplava as seguintes variáveis: nome do estudante, data de nascimento, raça/cor, código Inep, número de matrícula no sistema estadual, escola, município, CRE, número de identificação da escola no sistema de Rio Grande do Sul, curso, série e resultado final do estudante para cada um dos anos da série histórica, exceto 2022.

Recebi a base de dados nominal, em planilha Excel, totalizando 25.730 estudantes. A partir daí, minha equipe e eu iniciamos o trabalho, verificando quantos estudantes em cada ano encerraram na situação definida e quantos deles retornaram no ano seguinte ou em algum dos anos elencados, seguindo dessa forma cada um. Detectamos que, ao retornarem à rede estadual, muitos trocaram de curso ou modalidade, deixando, então, de fazer parte do escopo de nossa investigação.

Como nosso propósito não era apenas quantitativo, nos detínhamos aos dados dos estudantes ao mesmo tempo em que os classificávamos. Percebemos, então, que nomes se repetiam. Listamos os nomes e verificamos um a um no sistema da secretaria. Constatamos que havia estudantes com diferentes números de matrícula no sistema em lugar de apenas um, como deve ser. Nesse fazer, encontramos outros estudantes que não aqueles do foco de nosso estudo.

Encaminhamos os achados ao setor responsável para conferência e unificação. Procedemos então a revisão e limpeza do banco de dados. Dos 25.730 estudantes iniciais, permaneceram 25.653, com os quais reiniciamos o trabalho, planilhando os dados a partir dos quais construímos quadros, que foram analisados e interpretados.

Com base nos frutos desse trabalho, aliado aos aportes do curso, elaborei um plano de ação partindo da constatação de que grande número de estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio deixam a escola sem concluir a Educação Básica, inclusive estudantes aprovados, sem qualquer explicação ou pedido de transferência, objetivando entender quem são esses estudantes e o que os levou a deixar a escola.

Seria interessante haver um “mapeamento”, um “contar histórias” de sujeitos concretos, um fazer coletivo envolvendo Seduc, coordenadoria regional, escola e estudantes. Os resultados de tal ação podem contribuir para as escolas avaliarem e reavaliarem seu planejamento, com vista às aprendizagens.

Compreender quem são os estudantes que deixaram a escola, o motivo que os afastou, o contexto socioeconômico no qual se inserem, suas considerações sobre a escola são fundamentais. Não podemos esquecer que os estudantes têm nome, endereço, são filhos, irmãos, pais, mães, maridos e esposas, com as próprias trajetórias de vida, potencialidades, limites e aspirações. Foi importante na realização do curso a reafirmação de minha

compreensão de que os dados revelam histórias, vidas, e devem ser lidos sempre nessa perspectiva.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GALEANO, E. **Tejidos**: antología. Barcelona: Octaedro, 2001.

GONÇALVES, E. O que está em disputa é a função social da escola. **Carta Capital** – 18/04/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-esta-em-disputa-e-a-funcao-social-da-escola/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Apresentação dos resultados SAEB IDEB 2021**. Web Conferência. Brasília: 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Esperançar e educar: educação como prática para a transformação

Claudean Vitorino Ferro Machado

Especialista em Direitos Humanos e Diversidade.

Diretora da Escola Estadual Humberto Mendes - Palmeira dos Índios

Este documento é um relato de prática a partir da participação na formação oferecida pelo Instituto Singularidades em parceria com o Instituto Unibanco. O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* foi composto de cinco módulos e teve como foco a discussão teórico-metodológica com ênfase na prática. Os módulos foram divididos em modalidades assíncronas e síncronas, finalizando com a etapa de mentoria coletiva e individual.

Sou professora e pedagoga com 21 anos de efetivo exercício na educação pública estadual. Atualmente desenvolvo a função de gestora geral da Escola Estadual Humberto Mendes, escola de tempo integral com 442 alunos distribuídos entre Ensino Fundamental e Ensino Médio. Há um ano, cheguei nessa escola por meio de um processo seletivo. Anteriormente, desempenhei a função de gerente regional no estado de Alagoas, cargo ocupado por meio de processo meritocrático. Concorrem ao cargo de gerente regional os gestores das escolas com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); as duas melhores notas de Ensino Fundamental I, as duas melhores de Fundamental II e as duas melhores de Ensino Médio. As gestoras das seis escolas passam pelo processo seletivo realizado pela Secretaria Estadual de Educação para tornar-se gerente regional.

A escola que me fez gerente regional foi a Escola Estadual Manoel Passos Lima, uma escola que tinha diversos problemas estruturais e pedagógicos, com Ideb de 1.7 no Ensino Médio. No entanto, trabalhando a união da equipe com olhar crítico nos descritores e trazendo a comunidade para acreditar em nosso trabalho, conseguimos atingir um Ideb de 4.4. Sendo assim, participei do processo para gerente regional realizado pela Secretaria Estadual de Educação e fui classificada para o cargo no qual trabalhei de maio de 2019 a maio de 2021. Como gerente regional, aprendi bastante, pois era a representante do estado e responsável por 32 escolas estaduais e dez municípios.

Em 2019, ano de aferição do Ideb, com apoio da equipe da Gere e da Seduc, tínhamos que traçar estratégias para garantir um bom resultado na prova Saeb. Felizmente conseguimos bons resultados em nossa regional. Já em 2020, veio a pandemia do vírus da Covid-19, por isso tivemos de nos reinventar e aprender a trabalhar de forma on-line. Era preciso acreditar e incentivar os gestores, mostrando a eles que tudo daria certo, mas que, no final, sabíamos por quantas dificuldades passaríamos e que a aprendizagem não seria a contento. Tínhamos ciência de que nem todos os alunos seriam alcançados e o déficit de aprendizagem seria enorme, haja vista que nem todos os alunos tinham acesso à internet, assim como nem todos os professores tinham domínio de uso das tecnologias, que, a partir de então, seria necessário se apropriarem. Mesmo compreendendo esse momento como algo desafiador, a educação se reinventou. Os professores, assim como toda a equipe escolar, foram resilientes e, em comunhão, buscaram atender às necessidades dos educandos da melhor forma possível.

Em agosto de 2021, as escolas retornaram a suas atividades de forma híbrida. Com a escala de uma semana presencial e uma semana virtual, seguindo todos os protocolos sanitários e de higiene. Em setembro de 2021, assumi o cargo de gestora geral da Escola Estadual Humberto Mendes, na qual fui aluna e me tornei professora, pois foi nela que cursei o antigo magistério. Minha dívida com essa escola era antiga, e, enquanto estava na gerência, vi que ela precisava de alguém para ajudar a equipe pedagógica, pois o número de alunos estava caindo e a credibilidade perante a comunidade também não estava boa. Apesar do bom trabalho desenvolvido pela gestão, a equipe de trabalho estava com problemas relacionais, tanto que na prova Saeb de 2017 a escola não pontuou, ficou sem nota porque não atingiu a porcentagem de alunos no dia da aplicação da prova. Isso ocorreu por conta de alguns professores que indicavam aos alunos que faltassem no dia da prova, pois não acreditavam no resultado da ferramenta de avaliação e deslegitimavam a análise de resultados do sistema.

Dessa maneira, como já era gerente em 2019 e sabendo do histórico, conversei com o gestor que estava bastante preocupado e sempre esteve muito atento para fazer o melhor. Pedi que encorajasse a equipe e mostrasse a importância do Saeb para análise dos resultados. A equipe do setor pedagógico da gerência fez o acompanhamento *in loco*. A articuladora de ensino da escola trabalhou os descritores com todos os professores, enquanto a gestão e a secretaria ficaram responsáveis pelo fluxo.

Depois de todos os encaminhamentos, a escola conseguiu a nota de 4.1 no Ideb relativo ao Ensino Médio, o que foi um grande passo e uma vitória para a equipe. Minha chegada à escola como gestora foi muito próxima ao momento de aplicação da prova Saeb 2021. Tínhamos que traçar estratégias e metas para alcançar os resultados, porém, com o agravante de um ano complicado de pós-pandemia. Os alunos dos nonos anos e terceiras séries mantiveram suas atividades de forma presencial e integral, pois estavam em período de conclusão de nível.

Foi um período bastante produtivo, os professores se engajaram e acreditaram que conseguiríamos. Sendo assim, planejamos e dividimos semanalmente os conteúdos para trabalhar de acordo com os descritores. Eram feitas análises de quais descritores as turmas mais erravam para darmos reforço. Foram feitos circuitos, gincanas e simulados, a escola inteira entrou no clima da prova Saeb 2021 e os professores, que em 2017 eram contra a prova, também se engajaram, pois viram todo o envolvimento da equipe e perceberam a importância da avaliação.

O resultado foi muito bom. Tendo em vista um trabalho de apenas três meses presenciais, obtivemos, para o Ensino Médio, a nota 4.2 no Ideb. Não conseguimos atingir a meta, que era 4.3, mas, por ser um ano pandêmico, todas as escolas passaram por esse problema. De qualquer forma, nossa escola ficou com o 1º lugar do Ensino Médio em nossa regional, e atingimos a meta pactuada para o Ensino Fundamental II, com nota 5.0 no Ideb. Experiência maravilhosa, pois foi fruto do trabalho de uma equipe que acreditou que seria possível. E quanto ao número de alunos, que em 2021 eram 334, conseguimos, em 2022, aumentá-lo para 442. Estamos resgatando a credibilidade perante toda a comunidade escolar, dado o aumento do número de alunos e o resultado da avaliação Saeb.

O curso *Gestão para aprendizagens: utilizando os dados na prática* chegou para mim no momento certo e, de acordo com o contexto, contribuiu bastante, pois ampliou minha visão de gestora com um olhar crítico e apurado para a melhoria dos índices da escola. Um dos temas abordados que me chamou muita atenção foi a avaliação, tema bastante relevante no desafio pós-pandemia, que se concentra em recompor e acelerar os processos de ensino e aprendizagem.

Deve-se pensar na avaliação a partir da entrada por meio do diálogo, do conhecimento de toda a trajetória do aluno e da realização de um diagnóstico no início do bimestre para analisar o que pode ser feito para melhorar o

desempenho dos estudantes. A partir do diagnóstico, temos os dados e, a partir deles, devemos pensar em ações para obter melhores resultados.

Como diz Nevo (1998, p. 89),



A avaliação deve ser a base para o diálogo e não a origem de descrições assertivas unilaterais e de julgamentos autoritários. E os avaliadores devem desejar tornar-se participantes construtivos nos diálogos educacionais, em vez de geradores de informação inquestionável ou árbitros autoritários.

Para se chegar a um resultado satisfatório, deve-se traçar metas e criar estratégias, considerando todos os partícipes do processo de aprendizagem, a saber, toda a comunidade escolar. Assim, será possível visualizar a trajetória de desempenho e alcançar um rendimento escolar positivo. Consequentemente, percebi que reavaliar e buscar novas metodologias que se adaptem melhor à realidade dos alunos são estratégias essenciais para resgatar o interesse deles e aumentar sua motivação no que tange à melhoria de rendimento escolar e ao avanço no seu desempenho.

Nessa linha de pensamento – considerando a lacuna educacional constatada após o período da pandemia da Covid-19 e as deficiências educacionais já existentes nos processos de ensino e aprendizagem em nossa instituição de ensino –, após um levantamento comparativo das proficiências do Ensino Médio dos anos de 2019 e 2021, houve uma evolução na nota, porém, os níveis de proficiência continuaram os mesmos: Matemática obteve o nível 2 –insuficiente, com 252,14 em 2019 e 254,55 em 2021; em Língua Portuguesa, obteve o nível 2 - básico, que em 2019 era 257,59 e passou a 264,55 em 2021.

Após análise dos dados, verificou-se um alto nível de estudantes com problemas de leitura, escrita, interpretação e na resolução de problemas básicos de Matemática. Nesse sentido, constatou-se que seria necessário suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos para recuperar o que não foi aprendido.

O foco esteve em mobilizar os estudantes e professores a construírem vínculos com o processo de aprendizagem, fazendo necessário o desenvolvimento de um plano de ação voltado para um projeto de intervenção, levando em conta a bagagem que o estudante trazia consigo,

ou seja, a base de formação dos discentes. É nesse momento que acontece a fase mais importante da vida do educando, uma fase que merece toda a atenção e, principalmente, dedicação por parte dos responsáveis por esse processo.

Para o acompanhamento do trabalho, foram realizadas avaliações diagnósticas de entrada, no processo e no final, para que fosse possível identificar avanços nos diferentes níveis de aprendizagem, bem como qualificar o planejamento dos professores. O trabalho foi realizado de acordo com a avaliação diagnóstica de entrada.

Em reunião de planejamento com os professores, resolvemos trabalhar com as dezesseis turmas de alunos por nível de aprendizagem. Os agrupamentos foram divididos da seguinte forma:

- quatro turmas de Nível I, que demos o nome de turmas da PROSPERIDADE, cujos alunos tinham muita dificuldade em leitura, escrita e resoluções de problemas;
- seis turmas de nível II, que demos o nome de turmas da ESPERANÇA, pois tinham pouca dificuldade;
- seis turmas de nível III que estavam no nível adequado ao seu ano de ensino, a esses demos o nome de SUCESSO.

Trabalhamos por três semanas com essas turmas mistas e dividimos os professores por melhor aptidão. Os que eram melhores em alfabetização foram colocados no nível I, e o restante dividimos entre as demais turmas. No último dia da semana, no horário noturno, parávamos para avaliar a semana e já notamos o resultado no desempenho na primeira semana, pois quinze alunos do nível I avançaram para o nível II e 17 alunos do nível II avançaram para o nível III. Nessas três semanas, os professores trabalharam totalmente a ludicidade nos laboratórios e em todos os ambientes de dentro e de fora da escola com foco em Língua Portuguesa e Matemática para que, assim, pudéssemos melhorar nossa proficiência. Ao término desse processo, notamos a evolução na aprendizagem, pois foi visto que tanto os alunos, quanto os professores conseguiram atingir a meta desejada – tanto que usaremos esse mesmo projeto de intervenção no primeiro semestre do ano de 2023.

A formação contribuiu bastante com o sucesso do plano, pois ampliou a minha visão de gestora, aguçou o meu olhar crítico para que eu identificasse, junto com a minha equipe, o que podíamos melhorar, visto que tínhamos

um problema de alunos que chegaram com aprendizagem defasada pós-pandemia e que o problema imediato era nosso. Dessa forma, a cada encontro e troca de experiência, fui ganhando força para procurar a melhoria dos alunos e, conseqüentemente, dos índices da escola.

A mentoria é uma importante estratégia de aprendizagem, especialmente no momento em que o mundo passou por uma devastadora pandemia. Essa estratégia possibilita uma aprendizagem dinâmica e coletiva. Esse processo foi de total importância para mim naquele momento, pois o meu mentor, Tássio José da Silva, desenvolveu uma visão crítica, me fez alcançar os resultados de transformação rumo aos objetivos traçados, ofereceu a mim total apoio e sanou todas as minhas dúvidas. A cada novo encontro, as trocas de experiência eram significativas e eu saía com mais força para desenvolver o projeto com a minha equipe. Ele foi uma verdadeira fonte de inspiração e referência.

Toda a formação foi essencial para eu construir e ampliar minha perspectiva de gestão. A cada módulo, o aprendizado e as trocas de experiências enriqueciam ainda mais minha prática.

Referências

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Nivelamento**: um olhar equânime sobre a aprendizagem. Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/8_GO_Nivelamento_Finalizado-1.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023

NEVO, D. Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para aprimoramento escolar. In: TIANA, A. (orgs.). **Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

OLIVEIRA, D. Nivelamento mede aprendizagem de aluno durante pandemia. **Desafios da educação**. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/nivelamento-aprendizagem-pandemia/>. Acesso em: 13 fev. 2023

Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática

Daniel Carlos da Costa

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Coordenador da CREDE 6 – Sobral na Secretaria da Educação do Estado do Ceará

O presente trabalho traz um breve relato da experiência vivenciada na participação do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, voltado para gestores da educação e promovido pelo Instituto Unibanco em parceria com o Instituto Singularidades. O referido curso elegeu, para discussões e estudos, temáticas que desafiam os gestores em seu cotidiano escolar, tais como:

- avaliações em larga escala;
- criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar;
- organização dos dados de desempenho acadêmico;
- leitura e interpretação de dados de avaliações internas e externas;
- planejamento pedagógico.

Ao longo do curso, muitas discussões giraram em torno de temas de extrema importância para o gestor escolar desenvolver suas capacidades de liderança no processo pedagógico, de forma sistemática e técnica. Destaco, por exemplo, a concepção do ato de avaliar, na visão de Luckesi (2018, p. 23).

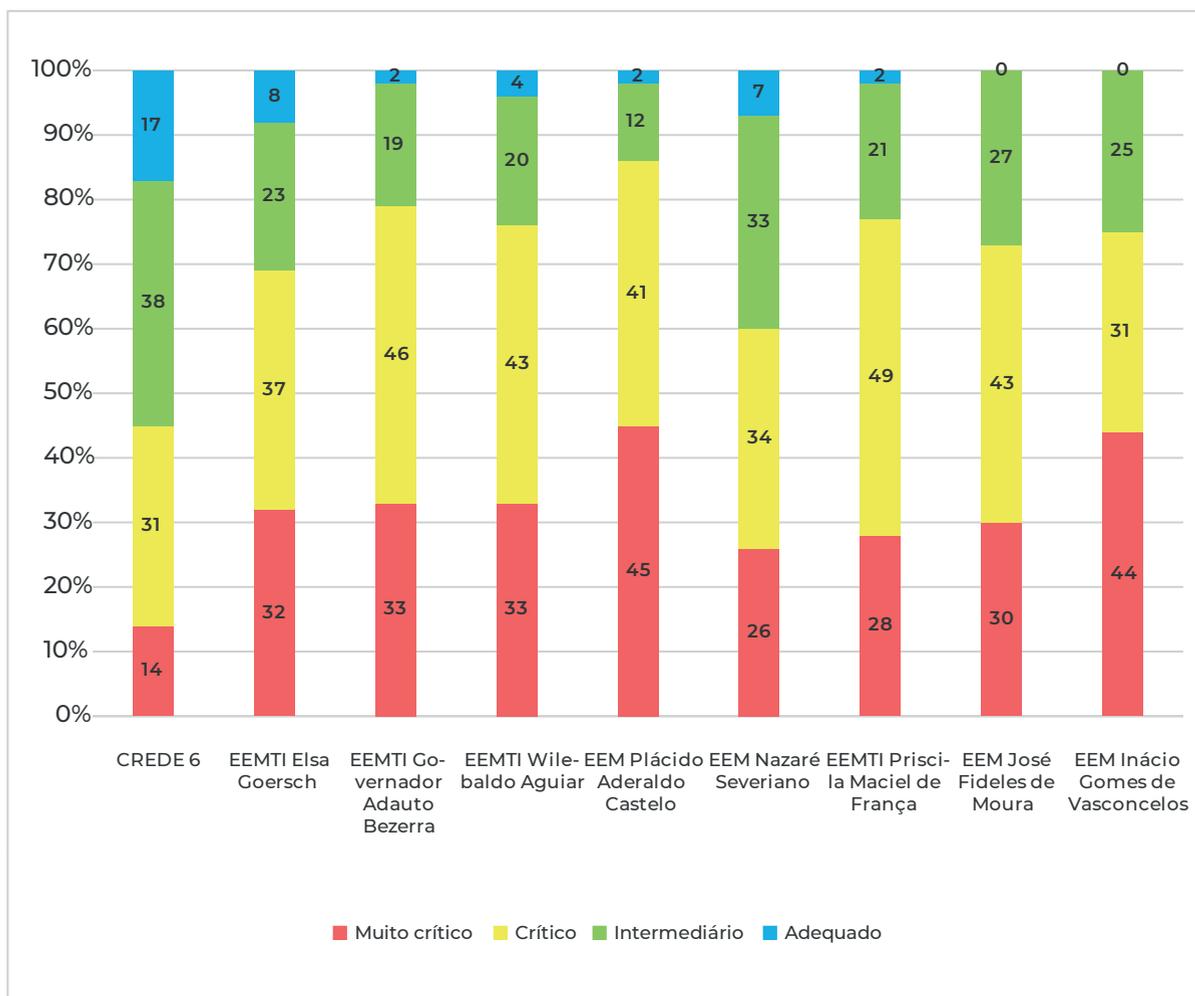


O ato de avaliar, como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo exclusivamente revelar algo a respeito da realidade. No caso, revela cognitivamente a sua qualidade, cabendo ao gestor da ação, com base nessa revelação, tomar decisões, que, por si, poderão – e deverão – trazer consequências positivas para os resultados desejados. As decisões sempre caberão ao gestor da ação, nunca ao avaliador. Ao avaliador cabe exclusivamente investigar e revelar a qualidade da realidade.

O autor destaca o “objetivo final”, digamos assim, do processo avaliativo: levar o gestor à tomada de decisão a partir dos achados da avaliação, ou seja, os resultados de uma avaliação devem pautar as decisões dos gestores sempre visando à melhoria dos processos de gestão e da aprendizagem, no caso específico da educação.

Essa concepção de avaliação para melhoria de processos baseados nos indicadores encontrados já começa a tomar corpo nas ações da Secretaria da Educação, nas instâncias regionais e nas escolas. Tome-se, por exemplo, a utilização dos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee) no Ceará, em que as escolas analisam os resultados das disciplinas críticas, em escalas de proficiências e níveis de aprendizagens dos alunos, e, a partir desses resultados, são elaborados planos de intervenção, com atividades voltadas para a recomposição das aprendizagens, considerando as habilidades com menor percentual de acerto.

Em nível regional, é feita a análise dos indicadores das escolas que apresentam resultados mais críticos, sendo estabelecido um plano de apoio para a superação das deficiências de aprendizagem. O gráfico abaixo, por exemplo, traz o resultado das escolas prioritárias que participaram da avaliação diagnóstica em Língua Portuguesa do Spaee 2022, no que diz respeito aos padrões de desempenho dos alunos.



Padrões de desempenho em Língua Portuguesa – Spaace Diagnóstico 2022.

Fonte: adaptado de Relatório do Spaace Diagnóstico 2022 (Seduc/CREDE 6, 2022).

Essa avaliação apresentou um diagnóstico da aprendizagem dos alunos no retorno às aulas presenciais de 2022, possibilitando o desenvolvimento de atividades de apoio para a recomposição da aprendizagem após a pandemia da Covid-19. De acordo com Seduc (2022), a avaliação diagnóstica por meio do Spaace 2022 tinha como objetivo:



Fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de constituir uma ferramenta importante para diagnosticar os resultados escolares e prestar contas à sociedade em geral da situação do ensino público cearense.

Verificar o grau de comprometimento das aprendizagens das/os estudantes durante os dois anos de ensino remoto/híbrido, produzindo dados e relatórios para subsidiar decisões programáticas com vistas à recomposição das aprendizagens das/os estudantes e o fortalecimento da equidade educacional. (Seduc, 2022, p. 3)

Percebe-se, nos padrões de desempenho dos alunos das escolas constantes no gráfico sobre padrões de desempenho em Língua Portuguesa, que a aprendizagem se deu de forma muito variada, evidenciando as realidades dos contextos de aprendizagem na pandemia.

Para que as escolas pudessem analisar e elaborar planos de intervenção para a recomposição das aprendizagens dos alunos, houve um seminário estadual e seminários regionais, além de um acompanhamento sistemático das superintendentes da regional para apoiar a elaboração e a execução dos planos das escolas. Já nas escolas prioritárias, que apresentaram os mais baixos resultados, foi dado um apoio extra para o desenvolvimento de suas ações.

Outra atividade muito importante realizada com os resultados do Spaece Diagnóstico foi a realização de seminários com todos os professores de Língua Portuguesa e Matemática para análise dos resultados e estabelecimento de metas de superação dos baixos rendimentos apresentados.

No módulo 5 do curso, foi estudada uma temática voltada para o planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade. Considero essa abordagem extremamente importante para uma prática de ensino inclusiva, tendo em vista que a escola é um espaço que reúne os variados contextos culturais e socioeconômicos da população do seu entorno.

Os alunos chegam à escola trazendo consigo necessidades que vão além da educabilidade, sendo assim, uma forma única de trabalhar não dá conta das demandas da juventude que vem marcada por crises familiares,

comunitárias, pessoais e emocionais, principalmente os moradores dos bairros periféricos das grandes e médias cidades.

O jovem de hoje busca construir uma identidade que nem sempre a escola está preparada para compreender, tendo em vista ser voltada para o ensino de massa, sem levar em conta o multiculturalismo dos estudantes. Para Dayrell, no seu artigo “A escola faz as ‘juventudes’?”,



A escola tem de se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora, em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais. Parece-nos que os jovens alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem reconhecidos como jovens, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia. Demandam dos seus professores uma postura de escuta – que se tornem seus interlocutores diante de suas crises, dúvidas e perplexidades geradas, ao trilharem os labirintos e encruzilhadas que constituem sua trajetória de vida. Enfim, parece-nos que demandam da escola recursos e instrumentos que os tornem capazes de conduzir a própria vida, em uma sociedade na qual a construção de si é fundamental para dominar seu destino. (DAYRELL, 2007, pp. 1125-1126)

Nesse sentido, a rede de ensino do estado do Ceará implementou em 2007 o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) com a finalidade de aproximar a escola à realidade dos alunos e a seus contextos sociais. Esse projeto continua sendo desenvolvido em nossa rede e tem demonstrado bons resultados de redução de abandono escolar e melhoria da aprendizagem. De acordo com Ceará (2010, p. 1),



1.1 O Projeto Diretor de Turma caracteriza-se, fundamentalmente, por um conhecimento aprofundado e sistematizado do aluno. Na mediação que se realiza entre os alunos e os demais professores da turma, promove-se o desenvolvimento de um trabalho cooperativo, que oportuniza aos professores conhecer as problemáticas que fazem parte do cotidiano de cada aluno e implicam diretamente no seu desempenho escolar.

1.2. No Projeto, cada turma fica aos cuidados de um professor Diretor de Turma que passa a conhecer melhor cada aluno, a ter informações sobre seu histórico de vida, seus interesses, atitudes, valores e perspectivas de futuro.

Aproximar a escola da comunidade ao seu entorno viabiliza um atendimento mais humanizado e o estreitamento de laços de confiança social entre a escola e a comunidade, na busca da redução das desigualdades educacionais, principalmente entre os grupos que sofrem preconceitos e discriminação.

Uma atividade muito importante que o curso trouxe foi a elaboração de um plano de ação para a melhoria da aprendizagem. Essa experiência me oportunizou realizar uma análise mais qualificada dos resultados das avaliações diagnósticas aplicadas no retorno presencial. Dessa forma, foi possível propor ações viáveis para mitigar a falta de conhecimento dos estudantes que deixarão a escola neste ano. Essa análise dos dados da aprendizagem no ensino remoto trouxe, para nós gestores, a consciência do quanto a desigualdade socioeconômica interferiu nas condições de aprendizagem dos alunos. Assim sendo, isso contribui para que pensemos ações diferenciadas, de acordo com a realidade dos alunos, afastando-nos da tradicional massificação do ensino.

Considero ainda que a carga horária do curso destinada às mentorias, coletivas e individuais, foi muito importante para nos apoiar na elaboração do plano de ação e do presente relato. Essa iniciativa foi, para mim, uma inovação nos cursos de formação dos quais já participei. O apoio dado pelo meu mentor me encorajou a desenvolver as atividades do curso, bem como a aprofundar meus conhecimentos referentes à prática do meu trabalho, porque o mentor tira o mentorando da solidão do curso, proporcionando

um momento muito rico de troca de experiência, de forma personalizada, respeitosa e compreensiva. Enfim, uma rica experiência.

O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* oportunizou aprofundamento em temas de muita relevância para os gestores da educação pública. As discussões dos temas e a literatura estudada proporcionaram uma reflexão sobre as conquistas, mas também sobre os grandes desafios da educação, especialmente no ambiente escolar.

Ficou claro que os gestores educacionais precisam adquirir habilidades que envolvam formação de equipes qualificadas e planejamento estratégico, levando em conta os indicadores educacionais e com o trabalho focado na qualidade da educação.

O presente curso evidenciou ainda que os processos avaliativos, sejam internos ou externos, precisam, necessariamente, servir aos órgãos para encontrar soluções para os reais problemas que estrangulam os objetivos de aprendizagem dos alunos no cotidiano escolar. Isso posto, nenhuma avaliação pode se encerrar com o diagnóstico/relatório. É necessário gerar um movimento de análise, decisão e ação.

Por fim, considero que as aprendizagens aqui adquiridas serão farol de várias intervenções que tomamos diariamente na gestão da educação pública.

Referências

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Chamada pública para adesão ao projeto diretor de turma**. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/01/diretordeturma.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SEDUC. **Spaace Diagnóstico** – Fortaleza: Seduc, 2022, p. 2.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – especial, pp.1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018, p. 23.

Dados: uma bússola para a educação

Giovani Ivankio

Licenciado em Física

Diretor do Colégio Estadual Jussara Maria Polidoro - Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

A gestão da escola pública é permeada por desafios, sendo que, nesse contexto, o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* nos possibilitou discutir e problematizar aspectos importantes da nossa prática enquanto gestores, de modo a articular a experiência do curso com a nossa prática profissional.

As temáticas discutidas no curso se relacionam diretamente com os desafios que encontramos no dia a dia, tais como:

- avaliações em larga escala;
- instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar;
- organização de dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar;
- leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas;
- elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade;
- mentoria com reuniões em pequenos grupos e individuais com o tutor específico.

Como em todo o processo de ensino e aprendizagem, a presença do mediador é fundamental no sentido de lançar luz ao objetivo desejado. Dessa maneira, é possível destacar que os tutores do curso desempenharam seus papéis com maestria. Foram disponibilizados inúmeros slides, áudios, vídeos, debates e palestras, com o intuito de aprimorar e aperfeiçoar nossas atividades e a maneira como olhamos a educação.

Com base no discutido no curso, apresento meu relato de prática.

O curso foi fundamental para que eu refletisse sobre a importância do meu papel enquanto gestor, bem como aprendesse ainda mais sobre as

atribuições e as responsabilidades inerentes a essa função, uma vez que idealizo gerir de forma democrática, equânime e inclusiva.

Pensando nisso, com o apoio da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, que nos enviou prontamente todos os resultados obtidos por nosso colégio na avaliação externa Avaliar é Tri, bem como com a ajuda de nosso colega e professor de Matemática, fizemos um levantamento dos resultados obtidos nessa avaliação. Foram comparados os dados alcançados ao final do primeiro trimestre com aqueles resultantes da avaliação realizada no final do terceiro trimestre e foi analisado o aproveitamento das turmas nos componentes “Língua Portuguesa” e “Matemática”, cujos resultados foram organizados em formato de gráficos e apresentados aos professores em reunião.

O que então se revelou aos docentes foi uma melhora significativa no componente de Língua Portuguesa e uma preocupante estagnação em Matemática. Portanto, também foram revelados os pontos que devem ser revistos com mais cuidado. Como estudamos no curso, a avaliação não é apenas para verificar como vão os estudantes, mas ela também serve para mostrar ao professor dados importantes sobre seu fazer pedagógico.

Em outro momento, discutimos sobre a importância da equidade nos espaços escolares e as possibilidades de construção de ações para valorização das diferentes culturas a partir da articulação entre grupos. Para isso, a busca e análise dos dados são essenciais para o fornecimento de subsídios, sendo necessários os registros do mapeamento das informações.

Sabemos que somente com a presença de dados quantificados e qualificados é possível criar planejamentos e estratégias, processo esse que, na etapa das mentorias coletivas, entendemos fazer parte da elaboração e do monitoramento das políticas públicas.

Sob outra perspectiva, podemos discutir e compreender a importância do mapeamento das características da comunidade, bem como a necessidade de analisar os dados que expressam essa realidade. Desse modo, ao analisar os dados da autodeclaração racial dos estudantes, notamos que estavam incompletos e que não apresentavam de fato a realidade dos estudantes e da comunidade que atendemos. Percebemos que, há bastante tempo, nosso colégio tem “ferido” a ética de dados sobre a autodeclaração de raça.

Sendo assim, além de decidirmos compreender melhor esses dados, realizamos um conjunto de ações que contribuíssem para o enfrentamento do racismo estrutural, entendendo que a escola tem um papel fundamental nesse processo.

Organizamos a Semana da Consciência Negra na qual, como diretor, participei de três turnos contando a história do grafite do muro externo. Essa arte tem a proposta de conscientizar a respeito do valor e da importância do negro na construção de nossa sociedade. A pintura apresenta uma espécie de linha do tempo, apresentando informações sobre figuras históricas, desde o período de exacerbado tráfico humano escravagista até os heróis atuais. Partindo da África, identifica guerreiros de algumas tribos africanas e homenageia Nelson Mandela, até chegar ao Brasil, representado pelos “tumbeiros”, assim como os lanceiros negros da batalha Farroupilha; mas também destaca a importância da luta de Martin Luther King e uma parte de seu discurso atemporal “Eu tive um sonho...”.

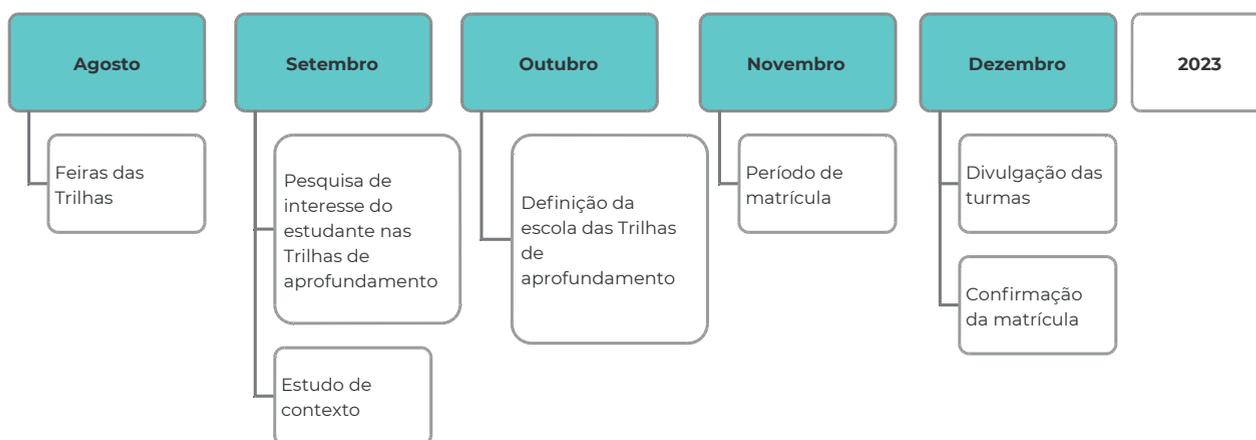
Ilustramos também o orgulho de nossos professores e alguns alunos pretos, destacados, seja pelo exemplo ou pelo sucesso profissional que alcançaram em suas carreiras (dentista, veterinária, professor, cantora, músico clássico famoso que hoje vive em Genebra, bailarino de fama nacional), com a finalidade de que crianças e jovens da comunidade se identificassem com eles.

Além disso, planejamos eventos diários que contaram com a presença de grupos defensores das causas feministas, jornalistas especializados no tema do racismo estrutural, escritores associados ao movimento “vidas negras importam”, poetas negros, rodas de conversa, vídeos com ex-alunos que moram no exterior, ações que contribuíram significativamente para a ampliação da temática e, conseqüentemente, para a construção da identidade racial de nossos estudantes.

Ainda buscando a qualificação dos dados da categoria “raça” nos documentos institucionais, realizamos uma reunião com os profissionais que atuam na secretaria do colégio e, juntos, incluímos a pergunta sobre a autodeclaração de raça no formulário preenchido no ato da matrícula. Assim, teríamos elementos apropriados que pudessem contribuir tanto para análise de dados internos em nossa escola quanto para ações externas (à disposição da secretaria de educação do estado) e, também, como relevante contribuição para futuras políticas públicas associadas ao tema.

Quanto à mentoria da professora Tatiane Dian, saliento suas contribuições na área pedagógica. Esse setor é fundamental, pois a partir dele são tomadas as decisões para a implementação dos projetos de aprendizagem. Trazendo os itens destacados em suas falas para a rotina de nossa escola, foi possível articular melhor as ideias e reuniões, bem como a tomada de decisões referente aos diagnósticos que já possuíamos, especialmente no

processo de implementação do Novo Ensino Médio, dentro do qual estamos imersos neste momento. Trabalhar com itinerários de modo a contemplar a necessidade da comunidade escolar, adequando-os junto ao quadro de recursos humanos e espaços físicos, tem sido um grande desafio, por isso nos organizamos como escola no cronograma a seguir, gerado inicialmente na coleta de dados com base no interesse dos alunos.



Escolha dos itinerários formativos.

Fonte: adaptado de Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2022).

No item Feira das trilhas, nossos professores trabalharam de forma ativa com apresentações de suas áreas específicas, que tinham como objetivo tanto esclarecer as dúvidas dos educandos quanto motivá-los. E, para o mês de novembro, a escola criou o “Dia D”, no qual todos se mobilizarão para que a rematrícula on-line ocorra adequadamente, conforme o que o aluno desejar cursar. A pesquisa de interesse foi feita previamente e, a partir dos resultados obtidos, nosso colégio decidiu ofertar os seguintes itinerários: Saúde, Cultura e Inclusão Social; e Tecnologia, Pesquisa e Comunicação. Essa organização demandou tempo de reflexão e planejamento por parte da equipe diretiva, supervisão, professores, funcionários e alunos, de modo a garantir um formato democrático, uma vez que modifica a estrutura da matriz curricular da escola.

Como equipe diretiva, saliento a satisfação quanto aos dois itinerários escolhidos pelos alunos, pois poderemos oferecer as quatro áreas do conhecimento para promover uma educação voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento, com o trabalho das singularidades e da diversidade, em um processo democrático, colocando os jovens como protagonistas do exercício da cidadania. Nesse sentido, temos como meta

fomentar a oferta de vagas para esses cursos, com o objetivo inicial de atingir o mínimo das médias do Ideb.

Em contrapartida, percebe-se que ainda há muito a ser feito, uma vez que a avaliação dos dados nos leva a refletir, diagnosticar, construir, rever, replanejar, refazer e buscar novas ações que possam ser realizadas. Como a professora Tatiane Dian nos mostrou, Freire (1996, p. 36) já destacava:



Pesquiso porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Sabemos ainda da importância da coleta de dados, pois trata-se de um instrumento capaz de identificar a situação real e atual, individual e integral. Nesse sentido, a professora e orientadora Maria Cristina nos apresentou, entre outras, a visão de Gatti (2006, p. 7):



Toda avaliação educacional tem por objetivo trazer elementos para novas ações/intervenções, mudanças de rumo, busca de alternativas, tomadas de decisões, ou, para reafirmar caminhos tomados, quem sabe acrescentando algo.

À luz dos dados mapeados, é possível criar metas promovendo e mobilizando pessoas que possam contribuir efetivamente com os resultados que se deseja atingir. Refletindo sobre esses tópicos, salienta-se a colaboração do professor Tássio José da Silva, que nos orientou no processo de escrita de um plano de ação, assim como deste relato de prática. Esse fazer pedagógico, totalmente alinhado com nossa ideia de escola democrática e inclusiva, foi fundamental para novas tomadas de decisão. Revisamos itens que, por vezes, passam despercebidos no dia a dia, como, por exemplo, a questão da composição da comunidade escolar.

Atendemos a uma quantidade superior a 1.100 alunos nos três turnos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com crianças e jovens oriundos de um bairro periférico relativamente novo e com alto índice de violência, cuja formação se deu a partir de sucessivas ocupações. A realidade apresentada constitui um fator fundamental, especialmente nas questões de acesso à alimentação, vestuário, tecnologia, cultura, entre outros. As desigualdades sociais destacaram-se ainda mais no período pandêmico e refletem-se agora, diretamente, tanto no comportamento quanto no processo de ensino e aprendizagem.

A falta de acesso à internet, em um momento de aulas on-line como fonte primordial de aquisição de conhecimento, foi um fator que prejudicou fortemente a aprendizagem dos alunos na nossa escola. O interesse e a participação no trabalho a distância despencaram, a distorção idade/série se manteve constante e preocupante, a baixa frequência e os altos índices de violência doméstica foram catalizadores de uma onda de jovens com sintomas de ansiedade e depressão, e o sistema de avaliação mostrou-se inapto para suportar o novo paradigma.

Depois dessas constatações, fez-se necessária a elaboração de um planejamento escolar específico, que visava sanar as lacunas de desenvolvimento humano e social, assim como criar instrumentos para acompanhar o desempenho e o rendimento. E foi por meio desse curso que foi possível criar metas e traçar ações específicas para melhorarmos ainda mais nossa escola, pois conforme destacou nosso orientador, professor Tássio José da Silva, na presente fala de Julián Marías (*apud* MACHADO, 2007): “ser é pretender ser”. Começamos então a elaborar nosso plano de ação, fazendo e implementando algumas ações:

- usar as parcerias com entidades ligadas a universidades para que se estabeleçam oficinas;
- aproveitar a presença do grupo de estagiários do curso de Psicologia da ULBRA para aumentar a oferta de apoio socioemocional aos educandos, de maneira que suas habilidades sejam ampliadas, o que se mostrou muito exitoso;
- atualizar os contatos telefônicos dos responsáveis pelos estudantes para tornar viável o processo de busca ativa;

- aproveitar a disciplina “Projeto de Vida” para aprimorar as questões relacionadas a metas pessoais, profissionais e financeiras;
- monitorar os planejamentos de aulas e avaliações.

Concluimos que seguir as normativas e diretrizes estabelecidas pela mantenedora nem sempre é fácil, mas essa possibilidade de participar de um curso tão prático e atual, alinhado com ideais de uma gestão voltada à comunicação e à criação de uma escola emancipatória e que lute por equidade, com o compromisso de fomentar o desenvolvimento, inclusive do corpo docente, são elementos determinantes para o êxito da comunidade escolar como um todo. Quando todos buscam implementar melhores condições, em harmonia e com diálogo, a comunidade escolar entra em sinergia com o restante da comunidade ao seu redor.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. **Avaliação e qualidade da educação**. Fundação Carlos Chagas, 2006.

MACHADO, N. J. Conhecimento: entre a mercadoria e a dádiva. **Reflexões 2007**. Bento Gonçalves: PUC-RS, 2007, p. 2.

Gestão em foco: a mentoria como auxílio para a melhoria dos índices escolares

Gisane Cordeiro Raposo de Paula

Especialista em Supervisão, orientação e inspeção escolar

Diretora da escola EEEFM Professora Maria Trindade de Oliveira - Secretária da Educação do Espírito Santo

Apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos, de todas as possibilidades de acesso à informação e das inovações presentes, hoje, em sala de aula, sabemos que a educação ainda encontra muitas barreiras. Dentre elas, a de tornar a escola atrativa para os estudantes, pois muitos são os problemas enfrentados pelas famílias e pelos estudantes, tanto em relação ao desemprego, a dificuldades financeiras, à vulnerabilidade social e à falta de escolaridade da família, quanto em relação à desmotivação e ao desinteresse dos alunos com sua própria aprendizagem.

A partir dessa realidade, escrevo este relato de experiência vivenciada por meio da formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, que propõe uma reflexão sobre a avaliação e um olhar diferenciado para a escola mediante a mentoria individual e coletiva, pilares sobre os quais foi construído um plano de ação, visando motivar o estudante a estar na escola, a participar ativamente das aulas e a trabalhar a partir de seu projeto de vida, ao mesmo passo que se promoveu a exploração de temas como direitos, autoconhecimento e acolhimento.

Agradeço à SEDU pela confiança depositada em mim durante esse período que estou à frente dessa escola e pela oportunidade de participar do curso formativo; e à minha “equipe nota mil”, que me faz aperfeiçoar conhecimentos, pois trabalhar com profissionais de excelência nos faz procurar também ser cada vez melhor. Agradeço ao meu mentor Tássio José da Silva por me ajudar e me orientar na construção do plano de ação, por compartilhar todo o seu conhecimento e por me acompanhar no diagnóstico, na construção do plano e na conclusão deste relato.

Sabemos que a educação vem enfrentando, ao longo dos anos, grandes desafios. Apesar de muitas ações, planos e iniciativas do governo em busca da garantia de aprendizagem com qualidade e equidade, as mazelas

sociais, por vezes, se sobrepõem a todo o trabalho desenvolvido. A evasão e a reprovação ainda são marcas presentes na escola e excluem ainda mais aqueles que já estão à margem da sociedade, cujos problemas enfrentados foram intensificados devido ao advento da pandemia da Covid-19 e permanecem no retorno dos estudantes às aulas presenciais.

A EEEFM Professora Maria Trindade de Oliveira é uma instituição de ensino que atende atualmente o Ensino Fundamental Integral, a partir do 7º ano; o Ensino Médio Integral, Parcial e Integrado; e a Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Localiza-se no município de Ibatiba, que fica a 160 km da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, cuja população é de aproximadamente 26 mil habitantes. A escola fica no centro da cidade, é a única da rede estadual no município e atende aproximadamente 1.200 alunos anualmente.

Quanto à demanda escolar, os alunos residem tanto na zona urbana quanto na rural e cerca de 50% deles são beneficiários do CADÚnico. Atualmente, a escola tem 17 turmas no Ensino Integral; 10, no Parcial; e 9 turmas na EJA.

Atuo nessa escola desde 2004. Acompanhei várias ações como professora e como membra do conselho escolar. Anos antes, ao visitar esse município, pois morava em Minas Gerais, na divisa com o Espírito Santo, disse ao meu esposo: “Um dia vou trabalhar nessa escola”.

Naquele período, eu trabalhava em Minas, em escolas de pequeno porte, com uma média de 100 alunos. Quando vi o tamanho da EEEFM Professora Maria Trindade de Oliveira, fiquei encantada. Foi então que participei do processo seletivo e iniciei minha carreira nesse local. Amo a educação e o modo como ela pode transformar a vida de alguém. Como é belo você trabalhar e ver seus alunos construindo as próprias carreiras e, posteriormente, prestando serviços à sua comunidade.

Em 2016, participei do processo para seleção de diretor e assumi a função em maio do mesmo ano. A escola já vinha apresentando bons desenvolvimento e resultados desde a gestão anterior. O desafio era grande: gerir uma escola com quase 100 funcionários, com mais de 1.200 alunos, garantir melhorias nos índices, reduzir a evasão e cuidar das relações interpessoais – aspectos que já haviam melhorado muito em relação a anos anteriores.

Estudei muito antes de assumir a gestão e, durante todo o tempo de atuação, apesar de ser vice-presidente do conselho escolar e acompanhar de perto a execução dos recursos e demais situações, assumir a função de gestora

exigiu um conhecimento profundo acerca dos dados da escola.

Como discutido ao longo do curso, um dos maiores problemas educacionais é a evasão escolar, que ocorre por vários fatores, tais como gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar, dificuldades logísticas, desinteresse e falta de expectativa em relação ao futuro, segundo apurou a equipe de pesquisa e avaliação da Fundação Roberto Marinho (Jornal NH, 2021). Nesse cenário, os jovens que iniciam o Ensino Médio são os que mais abandonam as escolas. “Quando olhamos a taxa de evasão ao longo das etapas de ensino, claramente observamos um aumento dela nos anos finais do Ensino Fundamental, com um pico na entrada do Ensino Médio”, destaca Katcha Poloponsky, especialista da assessoria de pesquisa e avaliação da Fundação Roberto Marinho (Jornal NH, 2021, s.p.).

De acordo com a Pnad Contínua (IBGE, 2019, s.p.), cerca de 680 mil jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola e não concluíram a Educação Básica, o que representa 7,1% do total nessa faixa etária. A evasão é um grande desafio para o gestor, e a formação nos propôs uma análise sobre os dados e o que eles representam; um olhar sobre o plano de ação da escola, sobre o entendimento do meu papel enquanto gestora e o que posso fazer no sentido de garantir a melhoria da educação. Quando construí o plano em conjunto com o mentor, o apresentei à minha equipe. Ficou nítido que a busca ativa era o foco principal naquele momento.

Estamos localizados numa região cafeeira, e, quando chega a época da colheita, muitos alunos abandonam a escola, principalmente os do Ensino Médio. Pelo fato de muitos já terem 17 anos completos, acabam priorizando o trabalho em detrimento dos estudos devido a dificuldades financeiras.

Quando iniciei a formação, havia 50 alunos, somente no Ensino Médio Parcial, que não estavam frequentando as aulas no período pós-pandemia. Isso era alarmante. Estávamos implementando o Ensino Médio Integral, o Ensino Integrado e o Parcial em novo horário de funcionamento e não estávamos conseguindo trazer os estudantes de volta à escola. A grande maioria dos responsáveis relatou que os filhos estavam trabalhando e, por isso, não conseguia matriculá-los. Enquanto gestora, afirmo que o ano de 2022 foi o mais desafiador em relação à gestão, sendo assim, a partir das análises dos dados, senti que esse seria um dos pontos de atenção no meu plano de ação.

Durante a formação, com a introdução e estudo de alguns autores, encontrei aspectos que me fizeram repensar no meu papel de gestora e nos pontos

nos quais preciso melhorar. Os textos de Heloísa Lück, utilizados nos estudos, propõem que o gestor aprofunde o olhar e analise melhor os objetivos da escola. Como gestora, esse embasamento teórico me deu subsídios para compreender e analisar o que ainda posso fazer de diferente pela minha escola, aquilo que, junto com minha equipe, posso propor para atingir os objetivos estipulados. Em um trecho de seu texto, Lück (2009) descreve que a aprendizagem e a formação dos alunos são, pois, o foco do trabalho escolar. Além disso, destaca que:



[...] monitoramento é uma atividade inerente à gestão e realizada de forma contínua, sistemática e regular, visando determinar em que medida a implementação do plano ou projeto está sendo feita de acordo com o planejado e com as melhores possibilidades para a realização dos objetivos propostos. (LÜCK, 2009, p. 45)

A relação entre as duas citações mostra que os objetivos propostos somente serão atingidos se houver monitoramento constante das ações. Com relação à busca ativa para um melhor monitoramento, começamos a realizar reuniões com a coordenação para fazer a análise semanal dos dados dessa busca.

Alinhar o plano com a equipe foi o primeiro passo. Já temos o sistema Sigae, do Instituto Unibanco, e a Tesa, um *software* de monitoramento, mas era necessário aproveitar a jornada de planejamento e trazer um plano que propusesse novas estratégias e buscasse nova metodologia. A necessidade não era criar novas ações, mas, sim, planejar estratégias consistentes, eficientes e a curto prazo que resolvessem o problema. Analisamos o sistema SEGES para observar o registro da pauta do professor e os conteúdos, fizemos o cruzamento dos dados com o currículo na Tesa, chamamos os professores para conversar e analisamos com a equipe cada resultado do simulado. A partir disso, os professores organizaram “aulões”, gincanas pedagógicas, atividades envolvendo gamificação, entre outras estratégias diversificadas, com o objetivo de alcançar os estudantes e melhorar a aprendizagem e a frequência.

No vídeo “Os equívocos da administração escolar” (UNIVESP TV, 2013), o professor da USP Vitor Paro fala sobre a importância do foco na aprendizagem.

Segundo ele, a administração de recursos existe para garantir que o aluno aprenda, e o papel do gestor é propiciar condições para o estudante aprender. Essa é a administração mais importante da escola, e tudo o que existe na instituição deve estar a serviço da aprendizagem. Isso é administração escolar.

É importante ter em mente o quanto o trabalho pedagógico deve estar no foco do gestor, pois, nas rotinas diárias, às vezes ficamos muito presos às questões administrativas, que também são importantes, mas nunca podemos nos distanciar dos planejamentos, da sala de aula e do acompanhamento do trabalho pedagógico.

Com isso em mente, procurei, então, a partir de todas as análises acima, reorganizar a minha agenda semanal para priorizar ainda mais a área pedagógica.

Em relação à proficiência do Paebs, (2015, s.p.), o 9º ano do Ensino Fundamental havia tido uma queda na proficiência em Matemática de 8,3 pontos em relação ao resultado obtido em 2014. Já em Língua Portuguesa, a queda foi de 2,1 pontos em relação ao resultado do ano anterior. No Ensino Médio, em Matemática, a proficiência cresceu 6,6 pontos e, em Língua Portuguesa, sofreu uma queda de 1,6 pontos.

Dessa maneira, percebi que os desafios eram muitos. Assumi a posição de diretora no término do 1º trimestre de 2022 e conduzi a reunião do conselho de classe juntamente com a diretora anterior – uma das primeiras atividades que acompanhei na escola. Eram tantos alunos com notas insuficientes que senti o peso da gestão naquele momento.

A taxa de reprovação da escola era muito alta, apenas 60% dos alunos eram aprovados no 1º ano do Ensino Médio, e isso ficou muito visível por meio do circuito de gestão do Instituto Unibanco. Desde 2015, o estado havia fechado parceria com o Instituto Unibanco, através do Programa Jovem de Futuro, o que colaborou muito para a melhoria dos resultados, porque tínhamos maior visibilidade do plano, assim como o método PDCA nos auxiliou na execução, por revisar o plano e corrigir o que não estava sendo executado da forma prevista.

Em seguida começamos um trabalho mais focado nos descritores nos quais os alunos apresentavam defasagem. Organizamos um cronograma com ações diferenciadas: "aulões" no contraturno, lista de exercícios por descritores, um simulado antes da aplicação da prova. Tudo isso fez com que nossa escola se destacasse no desempenho: em 2018, recebemos dois

certificados – um, em mérito e reconhecimento ao crescimento do indicador de resultado (IRE) nos anos de 2016 e 2017; outro, pelo reconhecimento ao melhor IRE da Superintendência Regional de Guaçuí. Com isso, os índices realmente melhoraram, mas não o suficiente.

Em 2019, iniciamos o nivelamento, aplicamos a avaliação diagnóstica e trabalhamos com dedicação na correção das defasagens. Focamos nosso trabalho em corrigir as defasagens dos estudantes em relação ao domínio dos descritores. Tínhamos um cronograma semanal de “aulões” no contraturno e trabalhávamos incansavelmente com listas de exercícios e correções. Alguns professores organizaram portfólios de atividades, e assim obtivemos o melhor resultado de nossa escola em 2019.

Atingimos um índice de merecimento de 96.5%, pois foi o ano com o melhor índice de proficiência e fluxo. Vimos que nossos esforços estavam produzindo frutos, conseguimos atingir as metas propostas no Ideb e melhoria no Paebes. Em 2020, iniciamos com um planejamento ainda com mais foco e organização, porém veio a pandemia e com ela o nosso trabalho mudou de foco, sendo que agora o maior objetivo era manter o vínculo com o aluno para que não abandonasse a escola e participasse das aulas.

Em 2021, reabrimos com a esperança de não ter que fechar, e no dia 8 de março fechamos novamente. A Covid-19 tomou conta do município. Conseguimos trabalhar presencialmente, mas com revezamento de estudantes e somente 77 dias letivos. No dia 4 de outubro, perdemos nosso professor de História, que atuava nas turmas de 9º e 3ª série, vítima da Covid. Nossa escola se entristeceu, foi algo inimaginável, indescritível. Não pudemos ver o rosto de nosso amigo uma última vez para nos despedir. Reabrimos a escola e fizemos o que precisava ser realizado. Aplicamos as avaliações sistêmicas Paebes e Ideb e conseguimos concluir o ano de 2021.

Na formação, percebi que a mentoria é uma estratégia eficiente para a melhoria dos resultados de aprendizagem. Todo o conhecimento compartilhado foi essencial para a melhoria da percepção e da visão sobre a gestão escolar. Os primeiros encontros foram voltados para a análise de dados e o que estes representam. Esse novo olhar sobre os dados me fez ter uma análise diferenciada para a minha escola. Não que as análises desses dados não acontecessem, mas passei a pensar no processo para chegar até eles. Primeiro, um aluno não evade de um momento para outro, ele vem dando sinais – ele começa a faltar e o rendimento diminui, ou seja, quando ele chega a abandonar a escola, já havia se desinteressado por sua aprendizagem.

Comecei a pensar sobre a importância de iniciar a busca ativa logo na primeira semana de aula. O papel da tutoria nessa busca ao estudante, com um olhar atento e individual em cada aluno, interfere na proficiência de nossa escola, que vem avançando ao longo dos anos. A busca ativa havia também apresentado resultados, porém, na volta às aulas pós-pandemia, a evasão aumentara desordenadamente, e os alunos e suas famílias perderam a concepção da importância da rotina escolar (Garogalo, 2021).

Quando o ano letivo de 2022 se iniciou, o sentimento que tive foi de que não sabia mais ser uma gestora. Eram tantos problemas, que me sentia impotente diante de tantos conflitos: crises de ansiedade, bullying, agressões etc. O clima escolar não estava bom, eu tinha mais de 50 alunos infrequentes no turno parcial, e isso era angustiante.

Me lembro muito bem do primeiro encontro durante a formação. Meu primeiro diálogo foi sobre essa impotência diante de tantos problemas pelos quais eu estava passando em minha escola. Os demais gestores também sinalizavam as mesmas situações vivenciadas por mim, e isso me fortaleceu, pois entendi que o problema era nacional, e não algo específico de minha escola.

Com a pandemia e o distanciamento social, os alunos perderam a rotina escolar. Não conseguiam mais conviver em grupo, estavam individualistas e desmotivados. Percebi que seria necessário um trabalho voltado para o pilar “conviver”, sendo assim, fiz uma reunião com a comunidade, chamei lideranças religiosas e pedi para que conversassem com as famílias sobre a importância da rotina escolar e do cuidado com a saúde mental dos estudantes. Fui à rádio do município, e organizamos atividades para o horário do almoço, tais como: palestras com psicólogos, rodas de conversa, atividades sobre a comunicação não violenta e sobre saúde mental. Criamos uma eletiva sobre saúde mental com psicólogos e advogados parceiros para palestrarem.

Realizamos várias ações, e aos poucos as coisas foram se ajustando. A participação nas aulas foram melhorando, os casos críticos foram encaminhados para o grupo do APOIE (Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar), para que, junto ao CREAS do município, apoiasse os estudantes e suas famílias. A construção do plano foi essencial. Finalizamos o primeiro trimestre, e nossos dados já haviam melhorado em relação ao ano anterior: o quantitativo de alunos com notas insuficientes no primeiro trimestre de 2022 era bem menor.

Com os encontros coletivos, aprendi que para uma gestão eficiente ainda há muito o que se aprimorar. As trocas de experiências foram muito

importantes, vi quantas ações poderia realizar e que não havia pensado nelas antes. Também percebi como as possibilidades de aprendizagem são tão grandes em um grupo tão diversificado, pois o Brasil tem um território muito extenso e nossas realidades são diferentes. Há ações maravilhosas e incríveis acontecendo nas escolas de outros estados, e a formação trouxe essa aproximação por meio do compartilhamento de aprendizado muito rico e prazeroso. Portanto, estou com muitas proposições e com a mente cheia de ideias, de forma que já estamos com planos para replicar algumas estratégias que foram compartilhadas na formação, no próximo ano.

A fundamentação teórica oferecida pela formação também foi de grande valia. Nós, gestores, temos uma agenda muito intensa e complexa, são muitas as demandas da escola, sendo assim, a formação, no formato como foi organizada, nos colocou diante de pessoas com experiências de gestão em regiões totalmente diferentes, o que evidencia que há muitas similaridades, assim como há muitas riquezas quando temos essa possibilidade de aprender juntos. Todo o processo formativo me motivou a executar o plano e monitorar ainda mais a conclusão das ações, tarefas e estratégias previstas.

Os resultados obtidos são fruto de uma formação que foi pensada para apoiar o gestor. O mentor tem um papel diferenciado, essa é a chave de sucesso. Não é somente o estudo que promove o conhecimento, mas o foco no que é essencial. O olhar diferenciado de quem está de fora, mas traz considerações, foi muito importante para o sucesso dessa ação. O resultado está nesse conjunto.

Quando construí o plano, tínhamos um total de 17 alunos no turno Integral e 34 alunos no turno Parcial que não estavam frequentando a escola; hoje esse índice diminuiu, temos 6 alunos no Integral e 20 no Parcial que ainda não retornaram à escola.

A mentoria é uma estratégia eficiente para a melhoria dos resultados de aprendizagem. Toda a formação foi essencial para a mudança de percepção e da visão sobre a gestão escolar. A mentoria individual e a coletiva têm papéis significativos e importantes. Individualmente, o mentor me auxilia em relação à minha escola e aos dados que ela tem, já os momentos coletivos auxiliam o compartilhamento da prática e da experiência, pois traz ações e estratégias diferenciadas que mostram o quanto temos que aprender uns com os outros e como há gestores incríveis neste Brasil. Para a minha escola, a formação trouxe resultados surpreendentes.

Finalizei a formação com uma melhora significativa em relação à busca ativa. Agora, é esperar para receber os dados da proficiência. A formação foi exitosa e gratificante. Além de me aprimorar enquanto gestora, também me fez perceber como o nosso país tem cultura tão diversa e tão similar ao mesmo tempo, pois nossas escolas têm os mesmos objetivos e conseguimos extrair o que nos era essencial, o que nos faltava e que ainda pode ser feito.

Muito há que se fazer, ainda há muitos alunos fora da escola e a aprendizagem precisa avançar, principalmente nesse cenário pós-pandemia. O importante é que o primeiro passo foi dado e é preciso fazer diferente. Tenho uma equipe comprometida e que trabalha muito em busca da melhoria da aprendizagem, e isso já é um ponto muito importante. Agora, é alinhar ações em relação à frequência e assiduidade dos estudantes.

O programa de mentoria é um método de intervenção eficiente e que muito tem a contribuir para a formação de um gestor no aprimoramento de sua prática. Trata-se de uma experiência que agrega conhecimento e apresenta resultados satisfatórios. Finalizo este relato com a aplicação do Paebes, avaliação sistêmica a nível estadual. Conseguimos, realizando o trabalho de busca ativa por meio da formação e da mentoria, a frequência de 98.3% no Ensino Fundamental e 97,5% no Ensino Médio. Mesmo chovendo muito à noite, a frequência foi alta no segundo dia. Observamos que os alunos estavam se sentindo corresponsáveis pelo processo – uma das melhores participações e frequência de estudantes nessa avaliação. Esse resultado mostra como o monitoramento e ações realizadas foram fundamentais e essenciais para a melhoria da frequência dos estudantes.

Referências

GAROGALO, D. A importância da busca ativa na educação. In: **Revista Educação**, 09 out. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/10/09/busca-ativa-educacao-garofalo/> Acesso em: 7 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads> . Acesso em: 21 nov. 2022.

JORNAL NH. **Evasão escolar tem aumento nos anos finais do Ensino Fundamental e pico na entrada do Ensino Médio**, 4 mar. 2021. Disponível em: https://www.jornalnh.com.br/informe_publicitario/2021/03/04/evasao-escolar-tem-aumento-nos-anos-finais-do-ensino-fundamental-e-pico-na-entrada-do-ensino-medio.html Acesso em: 14 out. 2022

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PAEBES. **Material de apoio**, 2015. Disponível em: <https://paebes.caedufjf.net/materiais-de-apoio/2015-2/> Acesso em: 22 nov. 2022.

UNIVESP TV. **Os equívocos da administração escolar**, Youtube, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-f1ZkPEx7fE> . Acesso em: 12 nov. 2022.

Gestão para as aprendizagens: a importância da coleta de dados para elaboração de práticas de aprendizagem em Matemática

Lucas de Souza Barbosa

Mestre em Matemática

Diretor da Escola Estadual de Educação Básica Osmar da Rocha Grafulha -
Secretaria do Estado da Educação do Rio Grande do Sul

O presente trabalho é um relato de práticas e aprendizagens realizadas a partir do que foi discutido na formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, promovida pelo Instituto Singularidades em parceria com o Instituto Unibanco.

O curso ofereceu atividades e momentos síncronos que permitiram refletir sobre os dados de avaliação externa, interna, desempenho, rendimento, equidade, planejamento pedagógico, entre outros temas que permeiam o sistema educacional brasileiro. Mais do que reflexões, as aulas permitiram trocas de experiências valiosas a todos os cursistas, reunindo gestores escolares e servidores de órgãos centrais de diversas regiões do Brasil. O curso também contou com momentos de mentoria que permitiram analisar a realidade da escola de cada gestor cursista mediante seus dados (ou a falta deles) e práticas pedagógicas.

A partir dos conhecimentos desenvolvidos no curso e dos momentos de mentoria, foi realizado um plano de ação personalizado para a Escola Estadual de Educação Básica Osmar da Rocha Grafulha, situada na cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul) – doravante chamada simplesmente de “escola de atuação” –, com o objetivo de melhorar o aproveitamento dos alunos da instituição na disciplina Matemática.

A partir do exposto, estruturei este texto de modo a relatar:

- as aprendizagens advindas das aulas;
- a interpretação dos dados da escola de atuação sob a luz dos conhecimentos construídos na formação;

- a criação e o começo da implementação do plano de ação.

O autor deste relato é professor da rede estadual do Rio Grande do Sul desde abril de 2014, na Escola Estadual de Educação Básica Osmar da Rocha Grafulha, onde atuou até 2018 como professor de Matemática, na maioria do tempo, no Ensino Médio. Ao final de 2018, foi eleito vice-diretor, cargo que ocupou até agosto de 2020. No começo de 2020, a então diretora da escola optou por se aposentar, deixando a instituição sob o comando dos vice-diretores até que uma nova eleição pudesse ser realizada. No entanto, com a pandemia causada pelo coronavírus, o ano letivo teve início em modelo de aula remoto, impossibilitando a realização da eleição. Em agosto de 2020, quando ficou claro que um retorno presencial seria improvável, o governo do estado decidiu realizar eleições internas, entre os servidores efetivos de cada instituição, em que a equipe eleita em 2018 estava desfalcada. Por ter agilizado as principais mudanças causadas pela pandemia e outras modificações vistas como positivas, no ano de 2019, fui indicado para complementar o mandato como diretor da escola. Ao final de 2021, após o retorno presencial parcial, foi convocada uma eleição regular para direção, na qual fui eleito para exercer um mandato de 2021 até 2024. Com as muitas aposentadorias de servidores que estavam em cargos importantes nos últimos anos, a equipe diretiva e coordenação pedagógica são agora um pouco mais jovens, a maioria com 10 anos ou menos de serviços prestados ao estado. Com o retorno ao modelo presencial em 2022, essa equipe encontrou várias dificuldades, as quais têm conseguido contornar com relativo sucesso, o que é possível ser constatado devido aos resultados alcançados no final do ano letivo.

Os primeiros módulos do curso forneceram um panorama a respeito das avaliações externas e como os índices de desempenho (conhecimentos adquiridos durante e ao final do processo de aprendizagem, avaliados pelo Saeb, Enem e seus equivalentes regionais) e rendimento (aprovação, reprovação, o tempo que o aluno leva para concluir sua escolaridade). Para isso, foi preciso ter claro o real significado de *avaliar*. A maioria dos professores da escola de atuação tinha uma perspectiva bastante tradicional, classificatória e excludente. As palavras de Jussara Hoffman descrevendo essa avaliação ecoam as palavras desses professores.



Devido à concepção classificatória ainda vigente para um grande número de professores, “não reprovado”, em nosso país, é sinônimo de uma escola pouco exigente, de baixa qualidade de ensino. Pior do que isso, “não reprovado”, no entendimento de muitos, significa “não avaliar”, o que levaria os alunos ao abandono total. (ESTEBAN, 2018, *n.p.*)

Isso foi evidenciado quando alguns pais e a professora da sala de recursos notaram que os alunos em atendimento educacional especializado (AEE) não recebiam avaliações ou materiais adaptados, o que fazia com que esses alunos ficassem ou tentando realizar as atividades regulares ou sem fazer nada, em especial nos períodos de avaliação. Foi apenas após uma reunião entre a direção, a coordenação pedagógica e os professores da sala de recursos sobre os temas avaliação e inclusão que a situação melhorou. Foi solicitado que os professores refletissem a respeito do ato de avaliar na concepção de (LUCKESI, 2000), apresentado no curso “Gestão para as aprendizagens”:



[...] avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educandos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida. Para tanto, necessitamos de cuidados com a teoria que orienta nossas práticas educativas, assim como de cuidados específicos com os atos de avaliar que, por si, implicam em diagnosticar e renegociar permanentemente o melhor caminho para o desenvolvimento, o melhor caminho para a vida. (LUCKESI, 2000, *n.p.*)

Uma novidade que surgiu nos anos de 2021 e 2022 foi a avaliação diagnóstica própria do governo do estado do Rio Grande do Sul, o Avaliar é Tri, que se valeu da matriz curricular do Saeb, inclusive propondo as habilidades e competências no formato dessa prova (usando a taxonomia de Bloom, revisada para descrever as habilidades e conhecimentos esperados). Após a avaliação, foi fundamental apresentar aos professores os resultados obtidos, algo que não é tradição na escola. Foi realizada uma reunião com os

professores de Língua Portuguesa e outra com os professores de Matemática (componente em que o desempenho da escola esteve aquém da regional e de escolas semelhantes). Durante essa exposição, foi destacada a importância da intencionalidade de cada habilidade, por exemplo: não basta apenas ensinar como calcular o perímetro de uma figura plana, é preciso desenvolver no aluno o hábito de “resolver problemas envolvendo o cálculo de figuras planas” – habilidade D12 da matriz de referência do Saeb. Como sugere (ROCHA, 2022, *n.p.*),



[n]ossa tese é que existe pouca intencionalidade pedagógica para se trabalhar com essa dimensão. Ou seja, as(os) docentes, ao planejar, ao dar a aula e ao avaliar, precisam ter em mente que, muito mais do que o saber em si, há objetivos que são desse domínio cognitivo, importantes para a vida, que precisam ser considerados e avaliados.

Cabe destacar que as assessoras da Seduc-RS, que também participaram do curso do instituto, forneceram um importante documento que organizou os resultados da escola em cada componente da prova, destacando as habilidades que mais precisaram ser recuperadas. Na reunião da área de Matemática, os professores propuseram dedicar uma parte da carga horária para realizar a recuperação dessas aprendizagens. Desde meados de 2021, houve ampliação da carga horária de Língua Portuguesa e Matemática para, respectivamente, seis e sete períodos, mediante os resultados do Avaliar é Tri daquele ano. A partir de então, os professores propuseram dedicar dois desses períodos ao que chamaram de Matemática básica, contemplando as habilidades nas quais os alunos obtiveram menor desempenho, apesar de já terem realizado avaliação diagnóstica com suas turmas e de terem se ocupado, no primeiro bimestre de 2022, apenas com essa retomada de conhecimentos.

No desenvolvimento do curso, notou-se que as ações relatadas acima, apesar de importantes, não são suficientes para de fato causarem uma mudança de paradigma na escola. Como afirma (CATANI; GALLEGOS, 2009, p. 78), “mudar a avaliação significa provavelmente mudar a escola”. Fazer essa mudança é muito difícil quando a escola está inserida em uma rede, com recursos financeiros e pessoais limitados, mas um caminho importante para começar essa operação é o planejamento, especificamente o pedagógico, e

a organização das demais esferas que colaboram para esse fim (financeira, gestão de pessoas e todas as demais). Para realizar tal planejamento, é necessário mapear as características dos alunos e da comunidade em que eles estavam inseridos, porque leva a escola a olhar para os dados já coletados e refletir sobre o que tem feito a respeito deles.

De modo geral, o fazer pedagógico da escola de atuação leva pouco em consideração os dados relativos à realidade do aluno. Eles não são completamente ignorados, mas não há um planejamento para lidar com eles. O tratamento de questões raciais, de gênero, econômicas, relativas a dificuldades de aprendizagem e familiares, entre outros fatores, é feito de maneira individualizada após o aluno apresentar mudança de comportamento, muitas reprovações ou episódios de infrequência. Se não há manifestação própria do aluno ou de sua família, o serviço de orientação só procurará a família se o aluno for encaminhado pela direção ou pelos seus professores. A partir de então, os demais professores são avisados sobre a situação e, individualmente, realizam adaptações na avaliação do aluno, atividades diferenciadas e o que mais julgarem necessário para evitar a reprovação do estudante. Repara-se que não há maiores registros dessas ações, tampouco previsão (direta) para sua ocorrência em qualquer plano ou documento da escola. Após as discussões e leituras feitas durante o curso, entendi a necessidade de não apenas regimentar tais ações, mas transformá-las em dados que fundamentarão a construção de novos documentos, tais como planos de ação e o projeto político-pedagógico da escola.

No momento de redação deste relato (outubro de 2022), estão sendo realizadas reuniões por esferas da comunidade e a revisão do projeto político-pedagógico para o ano de 2023. O curso formativo contribuiu muito para fundamentar nossa ação na construção desse plano. A versão atual, de 2019, não prevê, por exemplo, ações de busca ativa, análise dos dados de avaliações externas e de rendimento. O plano carece de previsão das ações que levem em consideração a diferença racial entre os alunos, pois a coleta de dados sobre esse aspecto é falha na secretaria, no momento da matrícula (ou rematrícula), uma vez que há um constrangimento por parte dos servidores em perguntar ao responsável pelo estudante com qual raça/cor ele se identifica ou como ele se autodeclara.

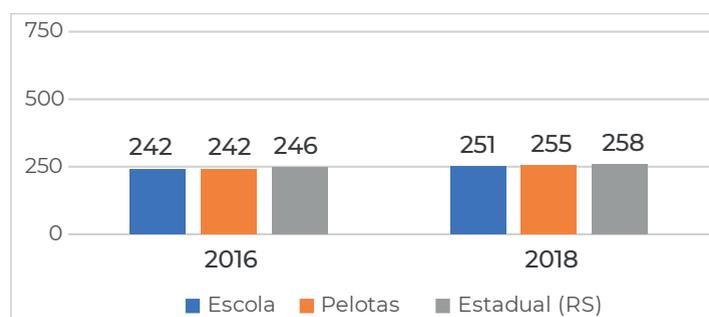
Na última parte do curso, os participantes foram divididos em grupos para momentos de mentoria individuais e coletivos. Foi a partir desses momentos que se passou a colocar em prática muitos dos conhecimentos adquiridos

no curso. Entre os diversos dados escolares preocupantes analisados, foi escolhido o desempenho estudantil abaixo do básico em Matemática na avaliação diagnóstica da rede estadual (Avaliar é Tri). Nessa avaliação externa, realizada no começo de 2022, 73,5% dos estudantes do Ensino Fundamental obtiveram desempenho caracterizado como abaixo do básico em Matemática, enquanto 96,3% dos estudantes do Ensino Médio se enquadraram nessa categoria. Nos dados históricos registrados para o desempenho no Saeb e no Saers em Matemática (cabe destacar que em alguns anos a escola não atingiu o percentual mínimo de participação nessas provas, não tendo disponíveis resultados individualizados), a escola apresenta proficiência aquém daquelas alcançadas pela rede estadual e pelo município onde está inserida, como pode ser observado nas figuras a seguir – a primeira apresenta os dados do Saeb, a segunda, os do Saers:

ESFERA	MATEMÁTICA		
	2015	2017	2019
Brasil	---	251.93	265.16
Estado	256.93	261.88	270.69
Município	252.49	---	263.29
Escola	248.99	---	257.58

Resultados históricos da escola no Saeb – Ensino Fundamental, Matemática.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados internos



Resultados históricos da escola no SAERS – 1º ano do Ensino Médio, Matemática.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados internos (s.d.).

Muito provavelmente, os problemas no ensino de Matemática na escola de atuação são parecidos com muitos dos problemas do restante do Brasil, uma vez que, pelo menos no que tange às avaliações externas nacionais e internacionais, a Matemática sempre aparece como destaque negativo entre os conhecimentos e entre os países avaliados. No caso do Pisa, segundo a OCDE e problematizado na reportagem “Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil” (Brasil, 2019, n.p), “mais de dois terços dos estudantes brasileiros de 15 anos têm um nível de aprendizado em Matemática mais baixo do que é considerado ‘básico’”. Além disso, o país apresenta-se constantemente entre as últimas posições no ranqueamento dos diversos países que realizam o exame; em particular, “quando comparado com os países da América do Sul analisados pelo Pisa, o Brasil é o pior país em Matemática, empatado estatisticamente com a Argentina” (Brasil, 2019, n.p). Vê-se logo que esse é um problema intrínseco do ensino de Matemática no Brasil e que são necessárias medidas para melhorar a qualidade da Matemática produzida e ensinada na sala de aula.

Na contramão dessa realidade, a Pesquisa em Matemática no Brasil já é referência no mundo acadêmico. O Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), na classificação da União Matemática Internacional (IMU), considerou o Brasil nota 4 em uma escala que vai até 5 e analisa o número de pesquisadores e as contribuições do país para a ciência. Na América Latina, o Brasil é o mais bem colocado – os demais países recebem, no máximo, nota 2. Países como os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra e a França têm nota 5. Essa realidade também pôde ser verificada na escola de atuação, uma vez que vários alunos já obtiveram menções honrosas na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). É provável que isso aconteça porque os alunos que se classificam para a segunda etapa da OBMEP recebem aulas extras, em turno inverso, para prepará-los para a prova.

Partindo da premissa de melhorar o desempenho dos alunos em Matemática na nossa escola, foi elaborado um plano de ação a partir de conhecimentos do curso e discussões realizadas nas aulas regulares e nos encontros de mentoria coletivos e individuais. O plano também foi construído com sugestões do setor pedagógico e de orientação educacional da escola. No primeiro momento, foram levantadas algumas hipóteses em relação aos problemas que podem ser encontrados nas práticas da escola e de seus professores, as ações que já foram propostas (como as realizadas pela Seduc-RS e relatadas aqui) e os impactos que elas produziram até então.

A primeira questão que foi levantada foi a respeito da metodologia dos professores da escola, sua adequação, aceitação e efetividade. Para isso, foi proposto a construção de um formulário das práticas pedagógicas dos professores em sala de aula, para além do planejamento inicial e dos registros nos diários de classe. No segundo semestre de 2021, o órgão central do estado lançou o programa de aceleração de aprendizagem, que, além de aumentar o tempo de aula das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, propôs um curso de formação continuada – acompanhado de uma bolsa mensal. A formação consiste, principalmente, em aulas ao vivo com diversas práticas pedagógicas diferentes da tradicional, usando tecnologia, material concreto – baseados nas dificuldades detectadas no Avaliar é Tri. Quase um ano após o lançamento do programa, foi solicitado pela coordenadoria regional relatos de práticas realizadas a partir das aulas do Aprende Mais, porém nenhum professor do componente Matemática havia realizado ou reproduzido atividades propostas nas aulas do programa. O formulário também coletará a posição do professor em relação a essa formação e os contrastes encontrados entre as questões por ele propostas e a realidade de sala de aula.

Assim como é importante ter conhecimento das práticas dos professores em sala de aula, é relevante ter o relato da experiência dos discentes da escola de atuação quanto às aulas que estão presenciando esse ano e sua trajetória ao longo dos anos com a Matemática. Para isso, será construído um formulário a ser respondido pelos alunos, com questões abertas que permitam a eles relatarem sua concepção da disciplina e os momentos que produziram aprendizagens mais significativas ao longo de sua história.

Após a análise desses dados, será proposta uma formação continuada adequada para os professores da instituição, ministrada pelos próprios professores através de parcerias (a escola receberá o projeto de iniciação à docência da Universidade Federal de Pelotas no próximo ano), a partir da proposição e principalmente aplicação de práticas pedagógicas que enriqueçam as aprendizagens dos alunos. As partes colaborativa e prática são essenciais para essa formação. Inicialmente, cada professor irá realizar uma atividade ou sequência didática em uma de suas turmas e, após, irá socializar sua prática com o restante do grupo para que todos possam compreender as potencialidades e aprimoramentos das atividades.

A avaliação diagnóstica é fundamental, pois é só a partir da qualificação da realidade que podemos realizar intervenções para direcionar a aprendizagem no sentido de torná-la efetiva (Luckesi, 2011). Para isso, será proposta uma

avaliação diagnóstica própria da escola de atuação, pois uma das hipóteses levantadas a respeito do desempenho dos alunos nas avaliações externas é que elas são distantes da prática usual da escola. Somente com um instrumento adequado é que se pode verificar se as práticas pedagógicas da escola estão de acordo com seus próprios objetivos. Os professores já realizam essa prática individualmente no começo de cada assunto ou sequência didática, mas essa prática carece de institucionalização e registro para que novas medidas sejam tomadas.

Além de todas essas medidas, está prevista a criação de um Laboratório de Matemática na escola, com recursos do Programa de Implementação de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Os professores e coordenadores pedagógicos fazem o levantamento dos materiais essenciais para que o laboratório seja inaugurado no começo do ano letivo de 2023. No curso de formação continuada, será importante incluir momentos para discussão das práticas que ocorrerão no laboratório.

O curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* trouxe incontáveis contribuições para a gestão da Escola Estadual de Educação Básica Osmar da Rocha Grafulha, tanto na minha formação profissional quanto na de minha equipe pedagógica e de professores. Os discentes do Instituto Singularidades propuseram materiais de qualidade e provocaram debates qualificados entre os cursistas. Durante o período de realização das aulas, já foi possível usar esses materiais e os debates para fundamentar decisões importantes na escola, ajudando a contornar situações e realizar um diagnóstico da situação da escola a partir dos dados disponíveis. Mais do que isso, notou-se que a escola tem várias lacunas quanto à geração desses dados, sendo necessário inclusive adotar políticas de registro de características do público da escola e de seus servidores.

Uma das principais potencialidades do curso foi como ele permitiu a interação entre diferentes níveis da gestão em educação de diferentes partes do Brasil. Mesmo dentro do mesmo estado, o Rio Grande do Sul, houve uma interação sem precedentes entre gestores da escola e servidores da Secretaria Estadual de Educação, cooperação essa que ajudou a analisar os resultados nas avaliações externas. No nível interestadual, as aulas do curso permitiram observar diversas ideias de sucesso por meio dos relatos sobre programas de outras secretarias estaduais, ações e desafios de outros diretores. O plano de ação criado a partir do diagnóstico do curso já provocou diversas mudanças no dia a dia da escola e, a longo prazo, com certeza se

provará uma das ferramentas que direcionará a escola no caminho de uma educação libertadora, crítica e que servirá de exemplo para futuras ações da equipe diretiva e de outras escolas.

Referências

BRASIL. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil**. Portal do MEC, 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil#:~:text=Quando%20comparado%20com%20os%20pa%C3%ADses,\(391\)%20est%C3%A3o%20na%20frente](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil#:~:text=Quando%20comparado%20com%20os%20pa%C3%ADses,(391)%20est%C3%A3o%20na%20frente). Acesso em: 21 nov, 2022.

CATANI, D. B.; GALLEGRO, R. de C. **Avaliação**. São Paulo: UNESP, 2009.

ESTEBAN, M. T.; LOUZADA, V.; ECKHARDT, F. Entrevista com Jussara Hoffmann. **Revista Teias**, [S.l.], v. 19, n. 54, p. 291-301, set. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/37616/26632>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, Porto Alegre, ed. 12, fev.-abr. 2000. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componentes do ato pedagógico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 263-294.

ROCHA, A. **A escola no pós-pandemia**: retorno ou reinício? 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/escola-pos-pandemia>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Prática integrada às políticas educacionais do estado do Piauí

Marília Daniela Aragão dos Anjos

Especialista em Estatística e Avaliação Educacional e Graduada em Arte Gerente de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Secretaria de Estado da Educação – Seduc-PI.

Ao longo dos anos, especificamente na última década, o Piauí apresentou crescimento na área da educação, sendo observado um importante movimento que alcançou e superou a meta proposta pelo estado para o Ideb, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública estadual e rede pública total. A Seduc tem uma parceria com o Instituto Unibanco desde 2012, inicialmente focada no Ensino Médio, que, em 2020, passou a também abordar o Ensino Fundamental – Anos Finais. Em 2022, ofertou para a rede o curso “Gestão para aprendizagem: trabalhando os dados na prática”, com cinco vagas distribuídas para gestores escolares e gestores do órgão central, que chamamos de Seduc-sede, com o objetivo de fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Segundo Alexandre (2015), o Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) – com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

Como o Ideb é resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série), então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A, cuja média padronizada da Prova Brasil para 4ª série é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, essa rede/escola terá o Ideb igual a 2,5; ou seja, 5,0 multiplicado por 1/2 é igual a 2,5. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil para 4ª série igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá Ideb igual a 5,0. Indicadores educacionais como o Ideb são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do país.

Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamiento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em:

- detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* em termos de rendimento e proficiência;
- monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

A tabela abaixo explicita de modo esquemático a constituição do Ideb ao longo dos anos.

SÉRIE/ANO	REDE PÚBLICA	META PROJETADA E IDEB ALCANÇADO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
			Anos Iniciais (4ª série/5º ano)	Federal, estadual e municipal	Meta		2,7	3,0	3,4	3,7	4,0
Ideb	2,6	3,3			3,8	4,1	4,1	4,6	5,0	5,4	5,3
Estadual	Meta			2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	Ideb	2,6		3,2	3,8	4,1	4,5	4,6	5,5	6,0	6,1
Anos Finais (8ª série/9º ano)	Federal, estadual e municipal	Meta		2,8	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
		Ideb	2,8	3,2	3,5	3,6	3,6	3,9	4,2	4,6	4,8
	Estadual	Meta		2,7	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
		Ideb	2,6	3,1	3,4	3,6	3,5	3,8	4,0	4,3	4,9

Fonte: adaptado de INEP (s.d.)

A rede estadual possui 642 escolas, entre elas, 209 são de Ensino Fundamental regular, com 28.144 estudantes. Os índices registrados nos anos iniciais e finais vêm crescendo e atingindo as metas previstas pelo MEC, mesmo com o desafio da pandemia. Na rede pública total (federal, estadual e municipal), nos Anos Iniciais, em 2019, passou de 5,0 (2017) para 5,4. Em 2021, mesmo com a pandemia, superou a meta de 4,9, atingindo 5,3. Nos Anos Finais, passou de 4,2 (2017) para 4,6 em 2019 e, em 2021, alcançou a meta prevista, atingindo 4,8 na rede pública total.

Na rede estadual, também vem crescendo e superando a meta estabelecida. Nos Anos Iniciais, passou de 5,5 (2017) para 6,0 em 2019 e 6,1 em 2021. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, também houve um crescimento: de 4,0 (2017) passou a 4,3 em 2019, com bastante destaque para 2021, ano em que atingiu o índice 4,9, superando a meta prevista de 4,7. No Ensino Médio, passou de 3,8 para 4,0, destacando-se como um dos dez melhores resultados entre os estados.

O debate em torno da gestão para aprendizagem, com foco no trabalho de indicadores educacionais, é um campo amplo com várias teorias, processos, métodos específicos, objetivos e comporta subáreas com características, dimensões e objetivos diferentes. Inúmeras pesquisas nacionais e internacionais em sociologia da educação indicam que, se o contexto socioeconômico e cultural familiar tem um peso importante na definição do desempenho acadêmico do aluno, alguns fatores intraescolares poderiam minimizar o efeito da origem social, promovendo eficácia e equidade na oferta educacional (SAMMONS *apud* BROOKE, SOARES, 2008).

Destaco, entre os propósitos do curso, a gestão em duas dimensões (rede e escola). O curso foi composto de cinco módulos com foco nas seguintes temáticas:

- avaliações em larga escala e seus critérios;
- criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar;
- organização de dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar e compartilhamento com a equipe;
- leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas;
- elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade.

Considero que o curso fez diálogo com as ações empreendidas pela secretaria, de forma relevante e fundamental, uma vez que ela atua desde 2016 com a elaboração de diretrizes, notas técnicas, currículo, avaliação, oficinas e monitoramento pedagógico dos projetos e programas que subsidiam as ações realizadas pela Seduc, gerências regionais e escolas, com seus diferentes atores, entre eles, gestores, coordenadores pedagógicos e professores. A secretaria também contribui, junto com a equipe, na

implementação de plataformas disponibilizadas com os resultados das avaliações de larga escala e orienta o uso delas nas devolutivas pedagógicas, formação continuada, planejamento do plano de ação escolar e plano de aula com a análise dos dados das avaliações.

Todos os módulos do curso foram relevantes, porém, o que mais se destacou para mim foi o módulo “Elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade”. Principalmente nas discussões sobre equidade, não só de aprendizagem, mas de equidade racial, além da violência de gênero. Ampliamos nosso repertório em geral para títulos como *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (Sueli Carneiro) e *Pequeno manual antirracista* (Djamila Ribeiro) e o podcast “Mano a mano” (com Sueli Carneiro).

Outro ponto importante foi a possibilidade de trocas de experiências entre gestores escolares e equipes do órgão central, e vice-versa, de diferentes estados e regiões do Brasil, evidenciando, nesse percurso, os desafios comuns e as suas possibilidades de enfrentamento.

Ainda relevante foi o destaque dado aos planos de intervenção feitos com base nas características da comunidade escolar, bem como nos resultados das avaliações internas e externas. Logo, a partir das discussões desse módulo, e com as contribuições teóricas de Rita Gallego, Vivian Batista e Luiz Franco, foi possível problematizar e pensar nas seguintes questões:

- O que de fato os documentos nos mostram?
- Como é coletado o registro?
- Como ocorre a leitura?
- Em que muitas vezes ficam lacunas?



Os documentos oficiais não dão conta de tudo o que acontece no cotidiano, bem sabemos. Será que ver as provas respondidas de um grupo de alunos dá conta de perceber o que eles realmente aprenderam das aulas? Será que os Livros de Ocorrência dão conta da complexidade do que está envolvido em possíveis atos indisciplinados de estudantes? Será que o PPP realmente expressa as vozes de toda a equipe escolar? Será que os planejamentos dos professores ou os cadernos dos alunos ou os livros didáticos registram o que de fato foi ensinado num ano letivo? Quem tem voz nesses documentos? O que eles expressam? O que eles silenciam? (SÃO PAULO, 2018, p. 87).

O projeto político-pedagógico, o regimento escolar, o plano de ação da escola, o plano de aula, bem como as atas dos conselhos de classe, as reuniões pedagógicas, as formações, os cadernos pedagógicos dos estudantes, entre outros, devem ser analisados, observando suas potencialidades e fragilidades. Ao final, é necessário fazer a qualificação dos documentos, corrigir rotas, em especial, identificar quais intervenções realizar. Outro ponto importante do processo é a escuta ativa do que diz a rede em todos os níveis: comunidade, estudantes, professores, gestores, técnicos das gerências regionais e do órgão central.

O curso também nos trouxe a ação de mentoria, o que nos levou a um debate coletivo, mas também individual à construção de um plano de ação personalizado para a rede.

Por meio de vários encontros individuais, fomos customizando um plano com ações em andamento na rede. Primeiro, tivemos a orientação para a escolha do instrumental que melhor se adequava à realidade da rede, na sequência, a seleção de quais indicadores educacionais, temática e desafios iríamos utilizar e, a partir dessa definição, elencamos ações, responsáveis e período para execução. Mantive foco na ação de busca ativa, visto que iniciamos a mentoria em setembro, período no qual a rede replaneja as ações com as gerências regionais de educação (GREs) e escolas. Desse modo, analisamos o que foi proposto no plano de ação da rede, GREs e escolas, sobre quais ações estavam de acordo com os resultados esperados e quais ações precisavam de ajuste para o fortalecimento das metas almejadas.

Um dos objetivos estratégicos da rede é a mitigação do abandono e da evasão. Para tal, na dimensão pedagógica, selecionamos quatro indicadores educacionais: taxa de abandono, taxa de evasão, taxa de aprovação e taxa de reprovação. Elencamos os desafios/problemas contemplados no plano Seduc-sede, das GREs e das escolas, mediante ações em execução durante todo o ano, como, por exemplo, o combate à evasão e ao abandono durante a segunda fase do Programa de Reforço Juntos para Avançar (PJPA) – programa instituído em 2020 e ressignificado em 2022, cujo objetivo é criar mecanismos para oportunizar a promoção, classificação e reclassificação dos estudantes da rede estadual de educação, principalmente após o ocorrido no ano de 2020, a pandemia da Covid-19 (Piauí, 2021). No acompanhamento, também buscamos identificar obstáculos relacionados à frequência e ao engajamento dos estudantes nas atividades escolares do ano em curso, no reforço e na recomposição das aprendizagens não adquiridas no ano de 2021; assim como buscamos fazer a inserção de todos os estudantes matriculados no Censo Escolar 2022 (corrigir, atualizar, receber documentação completa exigida pelo Inep) e identificar aqueles em fase escolar não matriculados em nenhuma escola.

Discutimos e problematizamos os dados apresentados. Implementamos as estratégias em andamento, como o envio de uma nova orientação/diretriz e de recurso financeiro (Pactue) para implementação e execução de ações de busca ativa, entre outros. Nesse processo, atuamos no sentido de apoiar, acompanhar e monitorar, em conjunto com as GREs. Fizemos o acompanhamento e o monitoramento do plano de busca ativa das escolas; monitoramento dos Planos de Ação do Programa Juntos para Avançar; acompanhamento de frequência e nota; orientação e acompanhamento dos projetos interdisciplinares; mobilização das escolas sob jurisdição de cada regional; realização do dia “D” da busca ativa, fortalecimento da comunicação entre os setores de ensino e banco de dados, definindo fluxos com os responsáveis, bem como novo cronograma e prazos.

Em cada encontro da mentoria, foram customizadas e demonstradas análises importantes, considerando o percurso da rede, os desafios que atravessam cotidianamente as rotinas escolares e as dificuldades dos gestores de se aproximarem das práticas pedagógicas.

O presente trabalho procurou relatar a experiência no curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, bem como as aprendizagens desse processo, em articulação com a atuação profissional

e com os referenciais teóricos, as discussões e outras situações vivenciadas na trilha dessa aprendizagem. Dentre as experiências vivenciadas, destaco as discussões sobre como montar um plano de ação personalizado e a socialização com os cursistas de outros estados e de diferentes instâncias, permitindo a socialização e o compartilhamento de dificuldades e de experiências bem-sucedidas.

Referências

- ALEXANDRE, M. M. de O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. de. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- PIAUI. Secretaria de Estado da Educação do Piauí. **Nota técnica N° 7/2021/SUEB/GSE/Seduc-PI/GSE/Seduc-PI**. Teresina: Secretaria de Estado da Educação do Piauí, 2021.
- SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. *In*: BROOKE, N.; SOARES, F. (orgs.) **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SÃO PAULO (SP). **A gestão pedagógica no processo formativo da Supervisão Escolar e equipes pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação**. Marcos Garcia Neira, Mônica Appezzato Pinazza (organizadores). São Paulo : SME / COPED, 2018.

Um olhar para os níveis de aprendizagem em Matemática no Ensino Médio: desafios e possibilidades

Silvandra Mesquita Sousa

Especialista em Gestão Escolar

Diretora da Escola Estadual de Educação Profissional Adriano Nobre -
Secretaria Estadual de Educação do Ceará

Este relato de prática é fruto das discussões realizadas ao longo do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* e parte de minha experiência profissional como diretora da Escola Estadual de Educação Profissional Adriano Nobre, da Regional 2, do estado do Ceará. O objetivo aqui é apresentar as experiências de aprendizagem do curso em diálogo com o plano de ação construído, que teve a finalidade de olhar mais atentamente para os estudantes que se encontram nos níveis “muito crítico” e “crítico” em Matemática na avaliação diagnóstica do Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará (Spaace) de 2022.

Os recentes dados da educação brasileira, divulgados pelo poder público, indicam que ainda há muito a ser feito para que a qualidade necessária seja alcançada. Apesar de todas as adversidades, o estado do Ceará tem conseguido alguns avanços. Segundo o MEC, das cem melhores escolas públicas de Ensino Fundamental, 87 são cearenses. Em relação ao Ensino Médio, o estado ocupa a quarta colocação no país.

Apesar do exposto, nos dois últimos anos, em função da pandemia provocada pelo vírus da Covid-19, a situação ficou aquém da desejada, o que fez com que muitas escolas cearenses não atingissem as metas que deveriam alcançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A EEEP Adriano Nobre alcançou um Ideb de 6,8, sagrando-se como a melhor escola pública da rede estadual cearense e como a décima melhor do Brasil. Apesar dessa situação confortável, constatamos que sete estudantes se encontraram no nível “muito crítico” e 29 no nível “crítico” em se tratando dos resultados obtidos na avaliação diagnóstica do Spaace 2022. A escola não pode ficar alheia a essa situação. Diante da mudança do quadro pandêmico e considerando a necessidade de corrigir as deficiências de aprendizagem

dos estudantes em relação aos demais – algumas delas decorrentes das condições de desigualdade que vivenciaram na pandemia –, fez-se necessária a elaboração deste plano de ação.

No ano de 2022, realizamos o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, no qual tivemos a oportunidade de discutir questões importantes relacionadas com a minha prática enquanto diretora de escola atenta para as aprendizagens dos estudantes.

Entre os módulos do curso, destaco aqui o módulo 4, no qual Lück (2009) propõe, a respeito das dimensões da gestão escolar e de suas competências:



Cabe, pois, ao diretor garantir, por sua liderança, coordenação, monitoramento e avaliação contínuos para sua escola, em acordo com diretrizes curriculares nacionais, estaduais e locais:

- o desenvolvimento de um currículo que contemple as novas demandas que o mundo contemporâneo traz para as escolas;
- a construção da identidade e da autonomia da escola e de seus profissionais, baseada no desenvolvimento da competência e no cumprimento das responsabilidades inerentes ao seu trabalho com qualidade;
- o desenvolvimento das ações propostas no projeto político-pedagógico e nos diversos planos escolares;
- o acolhimento e a interação entre as várias orientações sobre o que e como ensinar e aprender, de modo a dar sentido interdisciplinar e abrangente a esse processo;
- uma construção curricular crítica;
- o acesso pelo aluno aos conhecimentos fundamentais necessários à qualidade de vida e cidadania;
- a construção de unidade de atuação entre os profissionais da escola, a partir de sua orientação por princípios, diretrizes e objetivos comuns;
- o estabelecimento de parâmetros orientadores para a coordenação pedagógica, a ação docente, a capacitação dos professores em serviço e a avaliação da efetividade do seu trabalho educacional. (LÜCK, 2009, p. 12)

A EEEP Adriano Nobre monitora permanentemente os indicadores de aprendizagem dos estudantes. Temos conseguido fazer com que alcancem resultados satisfatórios, e isso é fruto de um cuidado com todos os alunos e com cada um em particular. A instituição não tem se contentado apenas com o avanço da maioria dos alunos e o entende como um importante desafio a ser enfrentado para garantir o sucesso de todos, na perspectiva da equidade.

Sendo assim, tão logo o resultado das avaliações diagnósticas do Spaece foi divulgado, os profissionais tomaram para si a tarefa de identificar aqueles estudantes que precisavam recompor suas aprendizagens. Imediatamente, os profissionais começaram a planejar e a desenvolver ações voltadas para a superação das dificuldades.

Nos encontros do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, no módulo 4, “Leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas”, com a professora Tatiane Dian, vimos a importância de trabalhar os tipos de avaliação na escola: diagnóstica, somativa e formativa. Ainda nos encontros do referido curso e nas vivências das mentorias com os colegas, foi observado que essas três avaliações se retroalimentam e que, portanto, devem ser pauta nas formações com os professores. Cada uma delas tem um objetivo:

- diagnóstica: levanta os conhecimentos prévios dos estudantes;
- somativa: verifica o que os estudantes aprenderam;
- formativa acompanha as aprendizagens dos estudantes.

Elas nos permitem reorganizar o plano de ensino e o de aula, ajustando-os às necessidades dos alunos; produzem informações necessárias à regulação do ensino e, no final do processo, fazem um balanço das aprendizagens adquiridas para um novo diagnóstico e continuidade das aprendizagens das crianças e jovens.

Segundo Boas (2006), a avaliação formativa promove um desempenho de alto nível, a adoção de tratamento equânime dos resultados da avaliação estudantil e a construção de habilidades para aprender a aprender. Entende-se como tratamento equânime desses resultados a necessidade de planejar o que será feito com eles, para que não se mantenha o caráter classificatório que costuma penalizar os que apresentam desempenho mais fraco e os menos favorecidos.

Pensando nisso é que a equipe de educadores resolveu desenvolver um plano de ação para minimizar as dificuldades apresentadas na avaliação diagnóstica do Spaece, plano esse construído em interface com os conteúdos e discussões do curso e das mentorias. Nesse processo, elaboramos um plano de ação que pudesse contribuir com as aprendizagens dos estudantes, especialmente em Matemática. Logo, ele foi sendo constituído durante as mentorias e, ao mesmo tempo, a partir dos diálogos com a equipe de professores da escola.

Nas reuniões de alinhamento semanais, foram planejadas as ações que os docentes consideravam mais impactantes na aprendizagem dos estudantes. Não podemos nos esquecer de que todas as escolas são acompanhadas pelas regionais de educação, e a nossa regional sempre tem nos dado um suporte intenso por meio da superintendência escolar, um profissional que contribui de forma sistêmica com as instituições escolares.

Pensando em como contribuir com a melhoria da aprendizagem dos estudantes é que a secretaria de educação, por meio da regional, criou uma série de ações, como formações para diretores, coordenadores escolares e professores, de acordo com o que prescreve a BNCC (Brasil, 2018). Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem. Essas formações vieram acompanhadas de um material estruturado, atividades de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de dirimir as dúvidas dos alunos.

Como sabemos que as formações despertam nos profissionais a vontade de um fazer mais focado no que realmente importa, a equipe de profissionais da instituição logo tratou de criar ações para elevar os conhecimentos dos discentes. Observou-se, então, que uma ação de grande impacto na aprendizagem é a monitoria entre os pares, na qual alunos com melhores desempenhos contribuem com aqueles que mais precisam, como afirma Monroe (2010.), “se, ao verificar quem aprendeu o quê, você percebe que um ou mais estão com dificuldade, é preciso repensar as estratégias e materiais para eles”.

A monitoria funciona da seguinte forma: uma vez por semana existe a inserção de um sexto tempo pela manhã, e os estudantes são divididos em grupos, de acordo com os níveis de aprendizagem. Cada grupo é acompanhado por um monitor, preparado previamente pela professora de Matemática. Os estudantes levam questões sobre os saberes necessários para cada momento, trabalhados durante os quarenta minutos do sexto tempo.

Observou-se também que seria necessário fazer um dicionário de Matemática, a fim de tornar mais fácil a interpretação das questões. Os mestres acharam por bem reunir os grupos de alunos por nível de conhecimento, o que gerou quatro grupos, e cada grupo ficou sob a responsabilidade de um professor de Matemática. Essa atividade é realizada semanalmente, durante 50 minutos, para suprir as lacunas de aprendizagem dos discentes.

Enquanto essas ações vão se desenvolvendo, simultaneamente realizamos ações de acolhimento, acompanhamento diário da frequência, conversa com as famílias e escuta ativa com os 36 estudantes. Na escuta, perguntamos como cada um percebe as ações feitas pela escola e pedimos ainda que relatem quais pontos se tornam mais frágeis, dificultando suas aprendizagens, e quais as melhores estratégias para aumento de desempenho. Nesse momento, percebemos quais são os fatores essenciais para a aprendizagem. Vimos que coincidem com o que Boas (2006) coloca a respeito de avaliação formativa e formação de professores:



Dentre os indicadores que têm forte impacto na aprendizagem encontram-se as condições de trabalho das escolas (instalações físicas, recursos didáticos, biblioteca, recursos humanos etc.), o envolvimento das mães e dos pais, a escolaridade das mães e dos pais, a formação dos professores e demais profissionais da educação que atuam na escola e a organização do trabalho pedagógico, incluída a avaliação. (BOAS, 2006, p. 77)

Outra ação que consideramos muito potente é a realização de simulados semanais com devolutivas. Até então foram feitos sete simulados, por meio dos quais acompanhamos o progresso dos 36 estudantes. De acordo com os níveis de aprendizagem, foi identificado que, entre os alunos acompanhados no último simulado, vinte conseguiram ficar nos níveis “intermediário” e “adequado”, o que é um grande avanço. Porém, teremos certeza de que essas ações tiveram impactos positivos quando analisarmos os resultados do Spaece realizado no dia 19 de outubro de 2022.

O curso foi de importância fundamental para a melhoria do trabalho que realizamos na escola. Enquanto responsáveis pela educação de

muitos jovens, já praticávamos diversas ações que o curso sugere e as considerávamos muito importantes. Agora, porém, temos certeza de que essas ações estão respaldadas por conhecimento científico e que estamos caminhando no sentido correto. Seguramente, o trabalho de monitoramento da aprendizagem, formação dos professores, acolhimento dos alunos e parceria com as famílias será potencializado, o que influenciará o sucesso dos educandos, e essa é a maior razão da existência da instituição.

Referências

BOAS, B. M. de F. V. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, jan./jun., 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MONROE, C. Como fazer recuperação sem deixar de cumprir o programa. **Revista Nova Escola**. Edição 235, 1º set., 2010.

Uma trajetória educacional em busca de uma educação de qualidade

Bárbara da Aldea Gennari

Pós-graduada em Gestão escolar

Gerente de Normas, Procedimentos e Regulação (Genpro) na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu)

Relatar a experiência desse curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* remete, especialmente, a uma trajetória de muita reflexão, ressignificação e descobertas.

Isso se deve ao fato de eu ter desenvolvido minha carreira profissional na educação de maneira muito próxima ao estudante, tendo sido professora de Geografia, atuado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio de 2002 a 2016, quando assumi a direção de uma escola estadual de Ensino Médio da rede estadual de educação do Espírito Santo. Foi quando iniciei minha atuação na Gestão Escolar, com a possibilidade de intervir naquele espaço a partir de uma perspectiva de quem já estava vivenciando aquela realidade, reconhecendo quais eram as suas potências, mas, especialmente, as suas fragilidades.

Na tentativa de ter uma visão mais ampla da escola, buscando me despir de um olhar enviesado de uma professora que não trabalhava com todas as turmas, não conhecia bem todos os profissionais e/ou tinha pouquíssimo contato com as famílias, me debrucei sobre os dados daquela unidade educacional e deparei com uma situação mais desafiadora do que a imaginada. O cenário era de altas taxas de reprovação, alta evasão no período noturno e altos percentuais de estudantes com proficiência abaixo do básico em Língua Portuguesa e Matemática.

Assim, ficou muito claro que a gestão pedagógica seria um dos maiores desafios que eu enfrentaria, tanto devido à situação da própria escola quanto ao fato de que a gestão pedagógica, para mim, era algo ainda muito novo e que eu precisaria descortinar no menor período possível, dada a urgência de sua implementação naquela unidade escolar.



A atualidade dos processos pedagógicos, a contextualização de seus conteúdos em relação à realidade, os métodos de sua efetivação, a utilização de tecnologias, a dinâmica de sua realização, a sua integração em um currículo coeso são algumas das responsabilidades da gestão pedagógica observadas pelo diretor escolar. (LÜCK, 2009, p. 94).

Busquei encontrar as causas desses problemas, e uma das constatações mais preocupantes a que cheguei foi que nossa equipe não trabalhava a partir de planejamentos baseados em dados. As notas das avaliações externas praticamente não geravam qualquer intervenção pedagógica, as reprovações não eram entendidas como potencializadoras da evasão e, ano após ano, as fragilidades curriculares eram repetidas e reproduzidas. Outro ponto: não havia um estudo para que se pudesse entender o porquê de os estudantes não aprenderem satisfatoriamente, sobretudo ao considerar que a maioria dos professores da escola era devidamente habilitada e composta de servidores efetivos na rede, profissionais comprometidos com a qualidade do próprio trabalho e com o aprendizado.

Esse contexto de grande complexidade na relação entre as concepções do ensinar, aprender e do avaliar foi o início de uma série de descobertas e ações, que me orientaram para uma gestão que, mesmo com muitos obstáculos e falhas, agregou durante a busca por melhores resultados como um real reflexo da aprendizagem dos estudantes.

Foi um sucesso, por exemplo, o processo que implementamos com os professores para proporcionar a eles aprendizagem e mudança de cultura, para que pudessem entender com muito mais profundidade as suas turmas e os seus estudantes e passassem a trabalhar com os descritores que eram realmente importantes. Assim, aos poucos, até o clima da escola e a motivação desses profissionais para desenvolver as suas aulas foi melhorando. Os resultados foram progressivamente evoluindo em todos os pontos levantados como críticos durante esses anos. Avançar, ainda que lentamente, foi um impulsionador muito eficaz para a equipe. Afinal, ver o resultado frutífero de seu trabalho é motivador!



[...] é imprescindível a adoção de uma pedagogia construtiva, que não “espera” que o educando tenha aprendido alguma coisa, mas que “investe” na construção dos resultados definidos e desejados”. (LUCKESI, 2011, p. 268)

Após quatro anos e meio na função de diretora escolar, apesar de estarmos em meio ao enfrentamento da pandemia, decidi me desafiar novamente. Por meio de um processo seletivo interno, passei a desempenhar a função de Supervisora Escolar na Superintendência Regional de São Mateus, norte do Espírito Santo. Nessa posição, o olhar para os dados deixou de ser apenas para uma escola, na qual eu poderia agir diretamente junto à equipe e aos estudantes, e passou a ser bem mais amplo, direcionado a várias escolas com as quais eu desenvolvia um trabalho de assessoramento às equipes gestoras e, do ponto de vista dos dados, ajudava os gestores a entenderem a posição em que suas escolas estavam e onde eles poderiam vislumbrar chegar através do desenvolvimento de um bom plano de ação.

No início do ano de 2022, com outro processo seletivo, assumi um desafio ainda maior: passei a atuar na Unidade Central da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), mais especificamente na Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação (Genpro). Ainda que eu tenha me identificado muito com o novo trabalho, goste muito do que faço e considere o meu setor essencial para o bom funcionamento da rede, pude perceber o quão diferente é uma atuação direta na escola em comparação com uma atuação indireta, de dentro da Secretaria de Educação.

Se já existia essa sensação, com as aulas do curso e as reflexões que realizamos ali, meus questionamentos se tornaram ainda mais complexos, e diria até que somei algumas angústias. Como atuar de maneira a ajudar a modificar os dados de tão longe do chão da escola? Qual a melhor atuação para produzir impactos na aprendizagem?

Quem é professor, por mais que se movimente por outros fazeres, não se desprende jamais da eterna preocupação com os alunos. E isso ficou bastante evidente no momento de construção do meu plano de ação. Foi aí que me encontrei em um ponto da reflexão em que eu analisava o meu trabalho e não conseguia ter claramente definidos os caminhos que me ligavam a uma melhoria de aprendizagem nas escolas.

Considerando que não atuo em um setor pedagógico, é fácil entender essa dificuldade, mas, analisando com calma e com a ajuda do olhar aguçadíssimo da professora Tatiane, percebi que passei por três instâncias da gestão que estão intimamente relacionadas: a direção, na unidade escolar; a supervisão, no âmbito regional, e a supervisão no âmbito estadual. Essa experiência me mostrou que o supervisor da regional é uma ponte entre a secretaria de educação e as escolas.

São eles, junto aos diretores, que garantem que as políticas públicas propostas por nós, de dentro da secretaria de educação, sejam efetivamente implementadas na ponta, atingindo os alunos na melhoria do ensino que ofertamos. Também são eles que conseguem avaliar essas políticas públicas e propor melhorias, são eles que conhecem de perto todas as unidades escolares e ajudam os diretores a adequarem cada uma dessas proposições gerais às suas realidades e particularidades.

O movimento formativo que vivenciei me possibilitou a compreensão de que a minha atuação – acompanhada da equipe da qual faço parte – deve estar na proposição de orientações, intervenções, criação de protocolos de trabalho, de instrumentos de verificação e de promoção de momentos formativos para esses supervisores escolares. Essas ações efetivamente impactam a atuação dos profissionais na assessoria às escolas, portanto, auxiliar a escola a se reconhecer, trabalhar com foco, desenvolver planos de ação eficazes, entender a importância do trabalho bem planejado e com objetivos bem definidos para seus professores é como podemos, em grande medida, transformar esses dados, que não são apenas números quando não nos esquecemos do nosso objetivo final – sempre oferecer uma educação de qualidade para os estudantes –, ainda que possamos estar fora da sala de aula, fora da escola e atuando de forma indireta.

Conforme a formação foi avançando, pude adquirir muitos novos conhecimentos a respeito de avaliações e seus resultados, assim como sobre a análise desses dados educacionais, do currículo e da gestão educacional. Identifiquei muitos assuntos tratados que já eram parte do meu trabalho, mas que poderiam ser ainda mais aprofundados, agregando mais valor a muitas das práticas desenvolvidas nas rotinas de trabalho na secretaria. Foi muito enriquecedor poder entender como esse trabalho é realizado em diferentes locais, com outras perspectivas, em outras redes e em escolas pertencentes a territórios tão diversos.

A troca proporcionada em todo o percurso despertou em todos nós muitas reflexões, *insights* e proporcionou crescimento pessoal e profissional, pelo que pude perceber nos vários momentos de diálogo realizados nas aulas e nos momentos de desenvolvimento das atividades propostas. É acolhedor e tranquilizador pensar que, apesar de estarmos tão distantes geograficamente, partilhamos das mesmas inquietações e dos mesmos enormes desafios.

Ficou bem claro que somos muitos educadores preocupados, engajados e realmente dispostos a melhorar a educação brasileira. Essa percepção foi muito gratificante nesse nosso breve e intenso convívio.

Levo comigo o aprendizado, as inquietações, as vontades, os sonhos despertados nesses meses de curso, assim como as lembranças desses meses de contato leve e enriquecedor com uma turma cheia de sotaques, visões e ações tão potentes para a educação.

Referências

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Editora Positivo, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

A importância da formação do professor para sua atuação na gestão escolar

Cristiane S. de Souza

Especialista em Psicopedagogia clínica e instituição
Gerente especial de assistência e apoio a Gestão escolar e Supervisora de Gestão Compartilhada da Rede Estadual do Estado de Alagoas

Sou professora de Ensino Fundamental da rede estadual no estado de Alagoas e tenho algumas experiências além da sala de aula. Fui coordenadora pedagógica e gestora de uma escola de pequeno porte, e naquela ocasião a equipe realizou um brilhante trabalho e obteve um dos melhores Idebs da região, o que me levou à gerência regional de educação. Essa experiência ampliou minha visão sobre a atuação do gestor e sobre como uma liderança influencia na dinâmica da escola, no planejamento e na execução das ações desenvolvidas por todos da comunidade escolar.

Hoje, atuo no órgão central da Seduc, em um setor que lida diretamente com o processo de escolha e acompanhamento dos gestores. A equipe observou, por meio do acompanhamento sistemático, a necessidade de instrumentalizar professores que exerçam função gestora.

As experiências e o acompanhamento realizados nos deram subsídios para ratificar a importância de formar professores que desejam exercer a função de gestores, para que, dessa maneira, conheçam as dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal-relacional e possam desempenhar seu papel de liderança educacional.

São inúmeras as demandas da gestão escolar em todas suas dimensões, o que requer uma inter-relação com todos os atores da comunidade, construindo coletiva e colaborativamente um projeto educativo de qualidade. Lück associa o fortalecimento da democratização do processo pedagógico à participação responsável de todos que fazem parte da comunidade escolar nas decisões necessárias e em sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.



[...] a abordagem participativa na gestão escolar demanda maior envolvimento de todos os interessados no processo decisório da escola, mobilizando-os, da mesma forma, na realização das múltiplas ações de gestão. Esta abordagem amplia, ao mesmo tempo, o acervo de habilidades e de experiências, que podem ser aplicadas na gestão das escolas, enriquecendo-as e aprimorando-as. (LUCK, 2009a, p.16)

Então, pensamos:

- Como podemos fortalecer a gestão democrática participativa sob a liderança desse gestor escolar?
- Quais são os instrumentos que temos para garantir uma maior qualificação desse profissional para que possa atuar de forma eficaz na escola?

Ao iniciar o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, confesso que fiquei com receio em não conseguir planejar com clareza como faria uma análise de dados, pensando que, além de não estar em uma unidade educacional, o meu setor de atuação não tinha dados numéricos para a minha demanda.

O professor Tiago Costa trouxe reflexões valiosas sobre as avaliações externas e internas. Já na ementa dos módulos 1 e 2, as perguntas me deixaram intrigada. Poderia utilizar esses conteúdos no meu trabalho diário, considerando que meu olhar estava voltado, nesse momento, para dados das unidades escolares.

EMENTA DO MÓDULO

O que são indicadores de desempenho e rendimento escolar?

Quais as fontes de informação de dados de desempenho e rendimento escolar disponíveis e como utilizá-las?

Como identificar os dados produzidos pela escola ao longo do processo pedagógico e da interação com a comunidade?

Como criar instrumentos para acompanhamento individualizado da frequência e do desempenho escolar dos estudantes?

Ementa do módulo 1 – Avaliações em larga escala e seus critérios.

Fonte: adaptado de Costa (2022).

As inquietações despertadas são em razão da minha atuação profissional na Secretaria de Educação. A Gerência de Desenvolvimento, junto com a Supervisão de Gestão Compartilhada (SGEC), tem a atribuição de organizar todo o processo de escolha dos gestores da rede (seja por processo seletivo, escolha da comunidade ou indicação), acompanhar e dar apoio à gestão, por meio do Núcleo Estratégico de Acompanhamento e Assistência à Gestão Escolar (Neage), composto de técnicos das regionais que visitam regularmente as unidades educacionais para realizar acompanhamento sistemático à gestão e ao conselho escolar.

- Dado o contexto, algumas dúvidas surgiram?
- Como poderia utilizar os dados? Quais seriam eles?
- Como seriam aproveitados em meu fazer cotidiano?
- Qual a dimensão do impacto que poderiam causar na escola para alcançar seu principal objetivo: a aprendizagem?

A partir do módulo 4, comecei a pensar como poderia fazer uma ponte para desenvolver esse estudo e aplicá-lo em minha prática com a equipe de acompanhamento à gestão.

Sabendo que a gestão escolar abrange diversas dimensões e que todas as ações se voltam a um eixo central, a gestão pedagógica, é fundamental que o gestor não perca isso de vista e esteja apto a exercer sua função de liderança para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A professora Tatiane Dian, durante o curso, compartilhou algumas experiências e nos levou à reflexão sobre as dimensões da gestão, fazendo-nos discutir em grupos com outros gestores, utilizando estudos de caso, compartilhando experiências e referenciais teóricos. Além das dimensões da gestão, discutimos sobre a avaliação e o planejamento.

A gestão pedagógica como centro



Módulo 4 – Leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas.

Fonte: adaptado de Dian (2022).

Enquanto estudava e refletia sobre as trocas com os demais cursistas, em minha prática, eu estava envolvida na reorganização do processo de escolha de gestores para atuação nas escolas.

Foram muitas as etapas até aqui, e o curso possibilitou a ampliação de meus conhecimentos sobre avaliação, na perspectiva de subsidiar a análise de dados levantados por meio da observação e do acompanhamento sistemático à gestão, assim, levando-me a apontar os indicadores para planejar ações e estabelecer metas para a formação dos professores. E, como os processos se inter cruzam, nesse período de estudo e atuação, foi possível aplicar os aprendizados nas ações cotidianas, tornando-se um processo rico e em constante aprimoramento.

A construção do plano de ação envolveu as necessidades reais da atuação da minha equipe frente às nossas metas e possibilitou sistematizar, de forma qualificada, cada etapa com regras metodológicas.

Nesse processo formativo, vale destacar a importância da mentoria.

A troca de experiências com outros profissionais consolidou a visão sobre a relevância do gestor escolar como maestro capaz de conduzir, harmoniosamente, as ações para o bem coletivo. Todo o processo tem contribuído muito significativamente para o ato de planejar a formação direcionada aos gestores.

Tendo em vista que a gestão pedagógica é o eixo central da atuação da gestão e o principal objetivo da escola é a aprendizagem do aluno e o desenvolvimento do seu potencial e habilidades, a principal competência do gestor escolar deve ser liderar as ações de todos os participantes da comunidade educativa de forma a convergir intencionalmente na prática pedagógica, atendendo às proposições do projeto político-pedagógico e do currículo escolar.

Heloísa Lück (2009, p. 94) enfatiza que:



[a] responsabilidade pela sua efetividade permanece sempre com o diretor escolar, cabendo-lhe a liderança, coordenação, orientação, planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico exercidos pelos professores e praticados na escola como um todo.

Nossa projeção enquanto rede para promover qualificação aos professores que desejam exercer a função de gestores escolares alinhou-se à resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, que “aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR” (DOU, 28/07/2022. Edição: 142. Seção: 1, p. 82) e à lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, em seus artigos 5º inciso III e artigo 14 § 1º, inciso I:



Art. 5º, inciso III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei.

Art. 14, §1º As condicionalidades referidas no caput deste artigo contemplarão:

I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho. (DOU, 28/07/2022. Edição: 142. Seção: 1, p. 82)

De toda a reorganização do processo de ingresso de novos gestores escolares, acreditamos que a formação contribuirá de forma significativa para a atuação desses atores.

Partindo de minhas indagações iniciais, o principal objetivo tem sido regulamentar a formação para gestores, a fim de garantir que essa ação não seja temporária, mas que se torne uma ação de governo e ocorra continuamente, antecedendo a escolha pela comunidade.

A formação está sendo planejada com foco prioritário na dimensão pedagógica, contudo, articulada com as demais dimensões, com o objetivo de que essa engrenagem funcione de maneira eficaz.

Os conteúdos programáticos serão subdivididos em módulos temáticos contemplando as dimensões político-institucional, administrativo-financeira, pessoal-relacional e pedagógica. A modalidade poderá ser presencial e/ou a distância, para alcançar o maior número de professores em todos os municípios do estado. Terá carga horária mínima de 80 horas, definida em edital, e a abordagem será direcionada à realidade educacional do estado.

O planejamento está sendo delineado para que a formação seja ofertada periodicamente, possibilitando a qualificação do maior número possível

de professores da rede estadual para a composição de um banco de profissionais aptos a exercerem a função. Após a formação, os professores poderão participar do processo de escolha dos gestores em consulta pública à comunidade escolar.

Desse modo, objetivamos que a instrumentalização desses profissionais possa influenciar positivamente na qualidade do ensino e da aprendizagem dos nossos estudantes, resultando no avanço e na melhoria da educação pública em nosso estado.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.748, de 28 de setembro de 2022.** Dispõe sobre regras de escolha para designação de gestor de unidade de ensino e gestor(es) adjunto(s) de unidade de ensino da Rede Pública Estadual, e dá outras providências. Brasília, 28 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, 25 dez. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022.** Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências. Brasília, 27 jul. 2022.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009, p. 93-103.

LUCKESI, C. C. **Avaliação de aprendizagem:** componentes do ato pedagógico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 263-294.

Habilidades necessárias para ser professora: avaliar os estudantes e gerir dados para promover a aprendizagem

Daniela Zenatto Jornada

Mestre em Letras

Assessora técnica do Departamento de Avaliação Educacional na Seduc-RS

Em 2022, completei dez anos de exercício no magistério estadual do Rio Grande do Sul. Se me perguntassem, quando nomeada professora da rede, se eu me imaginava fora da sala de aula, minha resposta seria: “Claro que não! É só isso que sei fazer e, por isso, estou aqui!”.

O fato é que eu não imaginava que a gestão fora da sala de aula me faria tão bem e me permitiria tantos aprendizados. Aprendi que, atuando no órgão central de educação do meu estado, a Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, meu trabalho pode chegar a um número muito maior de estudantes. Descobri, ao longo desses dez anos, que esse também é o meu lugar.

Mas, para falar sobre onde estou hoje, da experiência em gestão que tenho vivido, preciso referendar os lugares pelos quais passei na minha vida profissional. Então vamos lá...

Quando atuava como professora em sala de aula, em Bento Gonçalves, no interior do estado, preferia atender os estudantes do Ensino Médio; trabalhei em cursos preparatórios para vestibulares e tive muitas turmas preparatórias para concursos públicos. Sempre gostei de me orientar por avaliações externas (na época, vestibulares/Enem e provas de variadas bancas de concurso) para organizar meu plano de trabalho. Enquanto professora de Língua Portuguesa, entendia que aquele também era meu papel. Cumprir os conteúdos previstos nos planejamentos da disciplina e da escola não era suficiente, porque muitos estudantes seriam candidatos a exames vestibulares e/ou concursos públicos, e, se não fosse eu prepará-los para isso, a quem caberia essa função?



Eu, no pátio da Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Santa Bárbara, em 2014, no dia em que recebi o convite para ser paraninfa de uma turma de 3º ano do Ensino Médio.

Fonte: acervo pessoal (s.d.).

Assumi, em 2016, a função de vice-diretora de uma escola estadual de Ensino Médio chamada EEEM Mestre Santa Bárbara. Foi o início de um novo desafio, mas com certa vantagem, pois eu sabia exercer a escuta ativa dos meus estudantes em sala de aula e, conseqüentemente, meu trabalho enquanto gestora seria facilitado. Mas como eu poderia, naquela nova função, continuar escutando as necessidades e ajudando os alunos a superarem os desafios?

E, assim, nasceu a Daniela professora-gestora. Continuei com regência em sala de aula, naquela escola da rede estadual e em outras da rede particular, porém passei a ter um olhar mais criterioso para tudo o que acontecia na escola, afinal, como vice-diretora, tinha o sentimento de maior responsabilidade por cada integrante daquela comunidade, sentia-me responsável por cada (re)ação, minha e deles, porque tudo impactava quem, desde sempre, é a minha maior preocupação: o estudante.

Fiquei encantada com minha nova atividade. Aprendi muito e sou muito grata pelas experiências que vivi naquele espaço escolar em Bento Gonçalves.

Contudo, em 2017, em função de acontecimentos na minha vida pessoal, acabei alterando, mais uma vez, os rumos da minha vida profissional e pedi minha remoção para a capital do estado. E não foi só a mudança de cidade que impactou o meu trabalho. Vinda do interior do Rio Grande do Sul, fiquei um pouco receosa e desconfortável com a ideia de atuar em espaços tão potencialmente diversos do que eu tinha vivido como professora até aquele momento.

Foi aí que decidi iniciar minha nova jornada profissional no órgão regional de educação, que atendia apenas as escolas de Porto Alegre (1ª Coordenadoria Regional de Educação). Pensei que, depois de me ambientar com as escolas, os bairros, as demandas daquele território, teria mais condições de escolher uma instituição para assumir a regência de sala de aula novamente.

E, então, mais uma descoberta! Passado um tempo, acabei me envolvendo de tal maneira com as pastas que assumi na assessoria pedagógica da coordenadoria regional, que não me via mais distante dali. Percebi que minhas ações, estando num órgão regional, repercutiam, atingindo muitos mais estudantes, além dos mil que estavam na escola, enquanto atuava como vice-diretora. Meu trabalho passou a ser direcionado a 130.000 estudantes.

Fiquei dois anos trabalhando com equipes diretivas, professores, funcionários e comunidades escolares de cerca de 250 instituições de ensino da rede estadual de Porto Alegre. Nesse período, estive na chefia pedagógica da coordenadoria até entrar em licença-maternidade, em outubro de 2019.



Eu, em maio de 2019, atuando na assessoria pedagógica do órgão regional, na formação para grupo de gestores de escolas-piloto do Novo Ensino Médio.

Fonte: acervo pessoal (s.d.).

Poucos meses depois de ter retornado ao trabalho, passei por outra mudança de função e, mais do que isso, passei por muitas mudanças de concepção acerca de diversos assuntos que faziam parte da minha realidade profissional. Recebi convite para trabalhar no Departamento de Planejamento da Secretaria Estadual de Educação, no setor de avaliações, órgão central. Seria responsável pela logística de processos avaliativos externos à escola, e, em larga escala, auxiliando tanto na operacionalização de avaliações locais da rede estadual quanto naquelas de alcance nacional e mesmo internacional.

A Daniela professora, aquela que adorava trabalhar com as questões de Língua Portuguesa das avaliações, em sala de aula, com estudantes concluintes do Ensino Médio, com vestibulandos e concurseiros, agora passaria a ter como principal objeto de trabalho as avaliações externas, desde a sua organização, passando pelo processo de aplicação, até a apropriação dos resultados e uso dos dados para planejamento de políticas públicas.

De tantos lugares onde estive, o que não mudou, desde o início da minha caminhada na educação, foi o público-alvo de cada ação: o estudante. Por isso, foi com grande satisfação que recebi a notícia de que havia sido indicada pela secretaria para participar do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, oferecido pelo Instituto Singularidades e pelo Instituto Unibanco. Desde o primeiro encontro, no dia 23 de março, entendi que o curso viria ao encontro dos meus interesses de trabalho, não só em termos do uso de dados, a nível de estado, mas também – e principalmente – me auxiliaria a fazer com que esses dados/resultados fizessem sentido para os 772.790 estudantes de cada uma das 2.366 escolas da rede estadual.

À medida que os encontros do curso evoluíam, fui consolidando alguns conhecimentos que já havia construído e outros muitos fui agregando, por exemplo, currículo, avaliações, resultados e outros indicadores educacionais que nos dizem muito sobre os estudantes e nos quais não estamos ainda habituados a pensar como fatores reveladores das aprendizagens (ou da falta de), a exemplo de raça, gênero, nível socioeconômico etc.

A troca de experiências com colegas de todo o país foi extremamente enriquecedora e bem conduzida pela equipe técnica de professores e mentores do curso. A diversidade das redes educacionais do país ficou ilustrada pelas falas dos demais cursistas, sejam gestores dos órgãos regionais/centrais, sejam os diretores de tantas escolas com perfis e necessidades diferentes. Mesmo com tantos sotaques distintos nos encontros, todos falavam a mesma língua. Independentemente do lugar de fala de cada um, as preocupações eram as mesmas: o estudante e suas aprendizagens.

Ter tido a oportunidade de trocar ideias com colegas de outros estados, incluindo os professores do curso, que também enfrentam dificuldades na rotina escolar pós-pandemia, auxiliou-nos a pensar melhor sobre a realidade, a (re)planejar os próximos passos. Os módulos que foram trabalhados ratificaram a necessidade de nós, enquanto órgão central, e as escolas, nossos braços para alcançar os estudantes, nos debruçarmos mais intensamente

sobre os dados que as avaliações externas produziram, no contexto pandêmico, e produzem, hoje, quando ainda estamos sob os impactos que a pandemia causou nas aprendizagens dos estudantes.

No Rio Grande do Sul, entendemos que ainda precisamos estreitar as relações entre gestores escolares e avaliações externas, especialmente para estimular a participação das escolas e auxiliá-las a utilizar os dados gerados por essas avaliações. A baixa adesão dos estudantes em avaliações como o Saeb, por exemplo, repercute nos indicadores que o estado tem para planejar seu trabalho. Em 2019, apenas 37% das escolas da rede estadual que ofertavam Ensino Médio tiveram o Ideb divulgado. Esse número, já baixo, diminuiu para 14% em 2021. Nas avaliações que a rede estadual oferta, tradicionalmente as escolas de Ensino Médio também são as que têm menor participação.

Esse cenário em meu estado, em especial a baixa adesão de escolas da rede em avaliações externas, motivou a organização do plano de ação, construído em parceria com a colega cursista do meu departamento, Márcia Travi Dornelles, que está em contato direto com os gestores escolares da rede. A partir do curso, entendemos que precisávamos estreitar e fortalecer as relações entre os setores de gestão escolar e de avaliações em larga escala da secretaria.

Passamos a pensar juntas em maneiras de fazer isso. À medida que os encontros do curso aconteciam, reuníamos leituras e materiais de apoio que os professores nos indicavam, principalmente os que uniam nossas áreas de atuação, para que conseguíssemos planejar um trabalho formativo, inicialmente com os gestores escolares, com o intuito de sinalizar a eles o uso pedagógico dos dados que as avaliações externas produzem. Agregamos e adequamos esses novos conhecimentos às necessidades de trabalho na secretaria, considerando o ponto de vista tanto do setor de gestão escolar quanto do setor de avaliações, e criamos nosso plano de ação.

A ideia pensada para o nosso plano era aproximar as equipes diretivas dos dados indicadores de suas escolas e, para isso, precisávamos pensar em ações que potencializassem a compreensão de avaliação das aprendizagens, bem como o uso dos dados de avaliações externas para planejamento de ações mais assertivas pelas equipes gestoras. De início, já conseguimos organizar dois momentos de formação com diretores e vice-diretores das escolas da rede, cuja pauta foi a avaliação externa e a gestão escolar.



A colega Márcia e eu, em agosto de 2022 no órgão central. Atuávamos na formação para gestores escolares de toda rede estadual.

Fonte: TV Seduc RS, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5FLD-FOHNpc&list=PLMeIOXFEwEDdTNT6oebjJCUfG68jjrkSQ&index=46>. Acesso em: 3 maio 2023.

A avaliação externa deve servir para que o gestor e o professor planejem ações pedagógicas a partir dos dados, os quais apenas evidenciam as lacunas de aprendizagem que já estão nas salas de aula. É fundamental que equipe diretiva e professores entendam que os resultados trazidos por uma avaliação externa, como, por exemplo, uma avaliação proposta pela rede, vai muito além de quantificar e ranquear, portanto não pode ser vista apenas como um número ou um rótulo.

A escrita do nosso plano de ação também se justifica porque entendemos que é necessário intervir, junto aos gestores escolares, para que, a partir de ações formativas – e informativas – diversas, consigamos qualificar as ações dos líderes escolares voltadas à apropriação e ao uso dos resultados das avaliações externas na escola.

Nosso plano pode ser acessado por meio do QR code a seguir:



Plano de ação produzido por Daniela Zenatto Jornada e Márcia Travi Dornelles para ser executado, em 2023, no Departamento de Avaliação Educacional.

Para que a leitura dos dados das avaliações e dos indicadores educacionais da escola seja feita de forma adequada e produtiva, o gestor tem papel fundamental, em outras palavras, ele é a peça-chave, pois seu espírito de liderança é o primeiro agente transformador de sua escola. A partir de suas ações e de seu engajamento, ele conseguirá mobilizar toda a comunidade escolar. Juntos, trabalharão a favor da aprendizagem dos estudantes.

[...]
Números, números, números
O que é, o que são
O que dizem sobre você
Números, números, números
[...]

Versos da canção chamada “Essa não é a minha vida”, da banda Papas na Língua – banda de pop rock gaúcha que fez parte da minha juventude. Resgatei e ressignifiquei essa música, atrelando-a a minhas práticas profissionais.

Fonte: © Sony Music (PAPAS DA LÍNGUA, 1995).

Ajudar os gestores a responder a essas perguntas é a que nos propomos ao concretizarmos as ações delineadas no plano proposto pelo curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*. Só assim os indicadores educacionais das escolas da rede estadual gaúcha deixarão de ser números e se transformarão em ação pedagógica.

Referências

PAPAS DA LÍNGUA. **Essa não é a sua vida**. Porto Alegre: Sony Music, 1995. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/papas-na-lingua/110905/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

TV SEDUC RS. **Curso de Formação de Gestores Escolares - Gestão de resultados**. YouTube, 30 ago. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5FLD-FOHNpc&list=PLMeIOXFEwEDdTNT6oebjJCUfG68jjrkSQ&index=46>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Percursos e percalços da análise de dados: destrinchando dados, quebrando paradigmas

Grazielly Katarinni Gomes Lemos

Mestre em Educação. Coordenadora de Formação dos Servidores do Magistério na Superintendência de Organização e Atendimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Goiás

Não escrevo de uma torre
que me separa da vida,
mas de um redemoinho que
me joga em minha vida e na vida.
(MORIN, 1997, p. 10)

Escrever sobre os impactos que o curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* reverberaram nas atividades realizadas pela Superintendência de Organização e Atendimento Educacional (Supoae), principalmente no que diz respeito a monitorar e analisar a frequência dos estudantes para implementar ações de busca ativa, nos faz revisitar todo o percurso formativo e, para além disso, retomar ideias e conceitos aprendidos.

O exposto suscita a afirmação de Buarque (2009, p. 12) de que a “memória é deveras um pandemônio, mas está tudo lá dentro, depois de fuçar um pouco o dono é capaz de encontrar todas as coisas”, e assim, é possível delinear os tempos e movimentos singulares desse tão rico processo.

Para situar o leitor, elucido que a Supoae é uma das superintendências pedagógicas que compõem a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO), cujo escopo de atuação é orientar as quarenta coordenações regionais de educação e as 1.011 unidades educacionais (UE) que constituem essa rede.

A Seduc-GO vem demonstrando um crescente alinhamento entre suas superintendências, fugindo à prática de se trabalhar de forma fragmentada, na qual cada pasta desenvolve atividades independentes, com uma visão cartesiana sob a qual a educação vinha se pautando em períodos anteriores,

com a presença marcante da compartimentalização dos saberes, do conteudismo, da ecologia de saberes e, sobretudo, do ponto principal que emperra o processo formativo: o comportamento humano.

Prova do trabalho colaborativo que acontece na Seduc foi a composição de uma das atividades de conclusão do curso supracitado, em que três superintendências se juntaram na construção coletiva de um plano de ação com foco na busca ativa dos estudantes, a partir das discussões que surgiram no decorrer do curso. Para tanto, o plano de ação traz a proposta da criação de um e-book a partir da coletânea de ações exitosas realizadas pelas UE no âmbito do Programa Busca Ativa – Acolher para Permanecer.

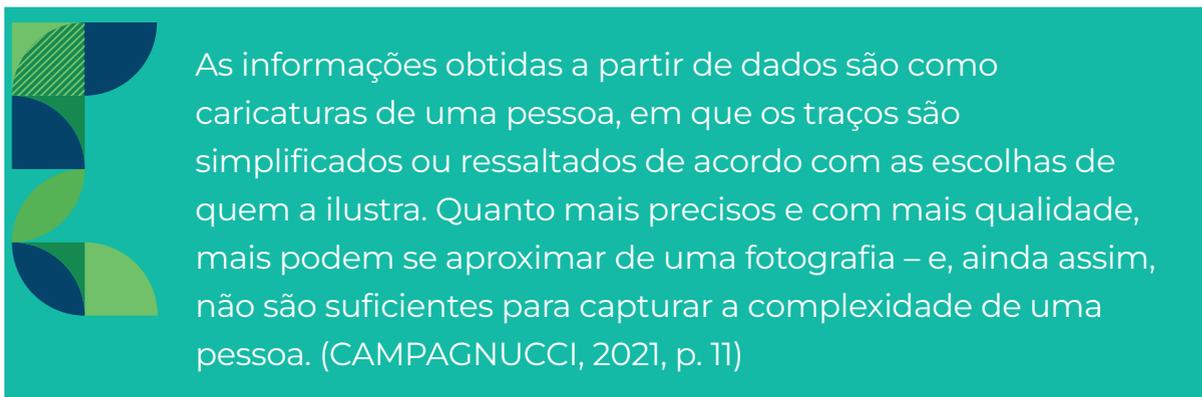
As tarefas que compõem o plano foram elaboradas e executadas pela Supoae, pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais de Educação (Gerência de Aprimoramento Técnico Gerencial) e Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Gerência de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Servidor e Gestores Escolares), demonstrando a harmonia entre as pastas, o que colabora positivamente com o que a educação como um todo almeja: um processo de ensino-aprendizagem eficaz, equânime, justo e eficiente.

Mas por que pensar em busca ativa a partir dos conhecimentos edificados em um estudo de análise de dados, haja vista um baixo percentual de evasão da rede, conforme análise de dados obtidos por meio de coleta e monitoramento contínuo da frequência – realizados diariamente pelas UEs através do sistema administrativo e pedagógico (Siap) – e do índice de abandono obtido no primeiro semestre de 2022, que oscila entre 0,41 e 0,5%? Pelo simples fato de que esse número reflete cerca de 2.400 estudantes que estão na iminência de deixar a escola. Para além disso, é imperioso pensar que o estudante não é apenas um número e não fulgura nesse cenário de maneira individual e solitária.

Então, quando trilhamos um percurso formativo delineado pela análise de dados educacionais, é preciso refletir sobre questões para além do que está posto em números. É preciso compreender:

- como esses dados foram produzidos e coletados;
- quais as limitações, ou seja, o que essas informações deixam de revelar;
- qual é a qualidade das bases disponíveis;
- o que pode ser feito, em termos de processo de gestão para que os índices melhorem.

É sabido que o espaço escolar não é lugar de improviso, para tanto é importante que todos os atores envolvidos no processo alinhem e afinem seus olhares em prol de uma educação eficaz, equânime e igualitária, permeada de práticas inovadoras e estratégias eficientes que gerem dados verdadeiramente reais e consistentes e que busquem retratar ao máximo o cenário educacional analisado. Fernanda Campagnucci (2021) versa de forma clara sobre a necessidade de olhar para os dados com foco nas informações relacionadas a eles e a forma como são tratados:



Desse modo, discorrer sobre dados nos faz (re)pensar sobre instrumentos de coleta, monitoramento e suas análises. Sob esse aspecto Moran (2012, p. 31) é assertivo: “na educação, o mais importante não é utilizar grandes recursos, mas desenvolver atitudes comunicativas, afetividades favoráveis e algumas estratégias de negociação com os alunos”. Para além disso, o trabalho com dados também precisa ser algo planejado, discutido e nem sempre é algo grandioso. É preciso, sim, que seja eficaz.

É imprescindível que, ao pensarmos em dados, pense-se nos processos de ensino e aprendizagem e, ainda, em promoção de mudança de práticas, quebra de paradigmas e incremento de resultados, o que reflete diretamente nas ações, principalmente pedagógicas, que irão impactar o chão da escola. Sendo assim, a análise de dados pode e deve correlacionar-se com o processo formativo de toda a rede.

Para Noffs (2011), é imperioso que o processo formativo precise coadunar com a mudança não só da prática, mas do pensamento como um todo. Dessa forma, o professor passa de mero participante para coparticipante na busca e na criação de novas metodologias, bem como de sua testagem e validação. Portanto, é possível perceber com clareza a relevância do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* ter sido ofertado para instâncias diversas que compõem a rede de educação.

Dessa maneira, é imprescindível que se desenvolva uma grande intimidade no manuseio de dados educacionais, tanto em criação de instrumentos de coleta, organização, análise, leitura, interpretação, compreensão, como no compartilhamento desses mesmos instrumentos, o que requer um trabalho sério e criterioso, pois eles impactam diretamente o processo formativo de toda a rede.

A secretaria trabalha incessantemente para promover ações de monitoramento contínuo de dados. Mais que isso, trabalha no sentido de que esse monitoramento gere intervenção sempre que se fizer necessário. A prática de monitoramento e análise de dados da Seduc-GO vai para além do acompanhamento da frequência e do rendimento do estudante, pois aqui se monitora todas as ações que interferem direta ou indiretamente nos processos de ensino e aprendizagem.

O monitoramento e a análise dos dados nos auxiliam na construção de um caminho a seguir, na elaboração de ações que sejam exequíveis e na realização de intervenções necessárias, a fim de promover correção de rotas, quebra de paradigmas e a adesão às novas metodologias, pois, de acordo com Lück (2013), monitoramento é uma estratégia adotada para observar e acompanhar de forma sistêmica, regular e contínua as operações implementadas de um plano de ação com vistas ao seu aprimoramento e à resolução de problemas que ocorrem em seu decurso.

Sendo assim, é fato que refletir sobre “gestão para as aprendizagens com base em dados” nos evidencia que essa prática deve transcender a ação de apenas quantificar as coletas para a de qualificar o processo. E, então, transformar números relacionados a gêneros, classe social, raça, cor, gente – e “gentes” – em pessoas.

Diante do exposto, a análise e o monitoramento de dados permitem refinar o olhar às particularidades da rede, uma vez que trazem aspectos altamente relevantes e direcionados ao que se pretende analisar e, principalmente, aspectos que se pretende impactar. E, assim, é possível agir para melhorar tanto a própria ação quanto os resultados pretendidos.

Com isso a Seduc-GO, a partir da coleta, análise e monitoramento dos dados de frequência, no caso em questão, reforça seu empenho em ações que impactem diretamente a garantia de acesso à educação e permanência do estudante no ambiente escolar, reforçando e subsidiando a política de busca ativa instituída no estado de Goiás por meio da portaria nº 4.217/2021 que:



Institui o programa Busca Ativa: Acolher para Permanecer na Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, por meio de acompanhamento e monitoramento da trajetória de vida acadêmica e pessoal dos estudantes, com o objetivo de combater o abandono e a evasão escolar. (Portaria nº 4.217/2021, Seduc-GO)

Sendo assim, reforçamos que falar em busca ativa escolar implica refletir sobre duas palavras: “acolher” e “permanecer”. Só a partir de um movimento de resgate e acolhimento dos estudantes, com base na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono e evasão é que podemos pensar em busca ativa.

E, a partir dos dados coletados durante o monitoramento dos estudantes, a busca ativa possibilita planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos à educação de meninas e meninos. E, mais, essa política se firma nos conceitos “acolher” e “permanecer”, posto que a escola deve ser um local onde o estudante possa investir em seu projeto de vida e onde toda a comunidade esteja envolvida na permanência desse estudante na UE. Permanência reforçada na retomada do sentimento de pertença do estudante àquele ambiente, fortalecendo nele crenças de autoeficácia – daí sim teremos um indivíduo com capacidade própria de organizar e executar determinado curso de ação/projeto de vida para alcançar os resultados almejados.

Para que o programa Busca Ativa – Acolher para Permanecer se efetive, é preciso que se reconheça a rotina do estudante mediante a coleta de frequência e acompanhamento dos resultados de aprendizagem, identificando os estudantes infrequentes, os com baixa frequência e aqueles com déficit de aprendizagem. A partir daí, deve ser realizado o contato com esses estudantes e/ou seus responsáveis, promovendo visita ao seu domicílio e, caso necessário, acionando os meios legais para resgatar o estudante (Conselho Tutelar e/ou Ministério Público).

Concluo, portanto, que o impacto de refletir sobre o trabalho com os dados na prática, e foco numa “gestão para as aprendizagens”, reverbera em uma educação para e com TODOS, na qual cada um é essencial, fortalecendo a máxima de que “Busca Ativa – Acolher para Permanecer” está relacionada a processos como autodesenvolvimento, adaptação e mudança. Como agente,

o indivíduo influencia o próprio comportamento e as circunstâncias de sua vida, não apenas sendo influenciado pelo meio, mas também agindo sobre ele e o modificando.

É urgente, pois, que as escolas se mobilizem incessantemente tanto na busca desses estudantes de volta para a escola, como na sua manutenção nas aulas, sempre trabalhando o acolhimento e o desenvolvimento de crenças de autoeficácia a fim de que permaneçam na escola.

Referências

AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. J. Autoeficácia proposta por Albert Bandura: algumas discussões. In: AZZI R. G.; POLYDORO, S. A. J. (orgs.). **Autoeficácia em diferentes contextos**. Campinas: Alínea, 2006, p. 9-24.

BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. Motivação e autorregulação da motivação no contexto educativo. **Psicologia: ensino & formação**, ago.-dez., 2016, 7 (2), p. 73-84.

BUARQUE, C. **Leite derramado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMPAGNUCCI, F. **Análise de dados educacionais**: aplicando evidências na gestão pública. São Paulo: Open Knowledge Brasil, 2021.

LÜCK, H. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5ª ed. Campinas; São Paulo: Papirus, 2012

NOFFS, N. A.; RODRIGUES, C. M. R. Andragogia na psicopedagogia: a atuação com adultos. **Rev. Psicopedagogia**, 28(87), 2011, p. 283-292.

De professora de Matemática à gestora escolar: buscando fazer a diferença na vida dos estudantes

Márcia Travi Dornelles

Pós-graduada em Metodologia do Ensino da Matemática

Assessora Técnica do Departamento de Avaliação Educacional na Seduc-RS

Minha trajetória no chão da escola pública inicia-se na docência e perpassa a atuação na gestão escolar. Nesse chão, em uma ou outra função, sempre me envolvi em garantir o aprendizado, seja da Matemática, nas aulas que lecionava, seja na garantia de direitos como gestora.

Sou professora da rede estadual e, hoje, estou no desafio da Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul, vivenciando a construção de políticas públicas com o olhar para a gestão escolar.

No início de 2022, quando fui convidada a participar do curso *Gestão para aprendizagens: trabalhando dados na prática*, oferecido pelo Instituto Singularidades e pelo Instituto Unibanco, me senti motivada com a oportunidade e, nos dias que antecederam o início da formação, vivenciei um misto de sensações:

- de *apreensão*, porque não tinha conhecimento amplo sobre avaliação externa e do trabalho com os dados;
- de *curiosidade*, para saber como seria abordado o conteúdo do curso e como a Gestão Escolar poderia tratar os dados, modificar ou interferir na melhoria da aprendizagem;
- de *desafio*, ao refletir sobre o papel da gestão no trabalho com os dados de aprendizagem revelados pelas avaliações – externas e internas.

Foram muitas aprendizagens, reflexões e indagações durante as aulas. Como eu, professora de Matemática e vice-diretora de escola pública estadual, nunca havia percebido questões, como a importância das avaliações externas para um melhor planejamento, enquanto estava dentro da escola? Como eu poderia contribuir, na função que estava exercendo em órgão central, para os processos de melhoria e qualificação do olhar dos gestores para os dados de

aprendizagem? Eu sentia que agora era o momento e que este era o lugar de maior abrangência.

Anterior ao meu trabalho na Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul, exerci, por mais de vinte anos (somando rede pública estadual e rede privada), a função de professora de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e também no Ensino Médio. Depois, fiz parte da equipe diretiva de uma escola por cinco anos até chegar no órgão central: um novo e grande desafio. Aceitei-o, pois sentia que a abrangência das minhas ações seria maior; e, ao ter vivido essa experiência, sinto que estava certa.

Fui e sou muito feliz e realizada com a minha trajetória, tanto como professora quanto como conselheira de turmas e coordenadora do departamento de Matemática nas escolas em que atuei e, hoje, como gestora. Isso porque a nossa trajetória traz novos olhares, de diferentes perspectivas, do micro ao macro.

Acreditando na educação como missão e como a força capaz de realizar a efetiva mudança no desenvolvimento do estudante, tenho consciência de que há sempre muito o que fazer; a começar pela mudança na forma de encarar as avaliações, tanto as internas quanto as externas em larga escala.

Avaliações precisam deixar de ser classificatórias e ter, cada vez mais, abordagens formativas, a partir da identificação do que os estudantes aprenderam e o que ainda não, intensificando a busca pelo saber e adequando a prática pedagógica.

Nesse sentido, como todo profissional que busca fazer a diferença, embaso meu trabalho no estudo, na troca com colegas e outros profissionais de diferentes áreas, com dedicação e empatia, sempre acreditando que é possível trabalhar com estratégias para melhorar o aprendizado dos estudantes e alcançar a apropriação dos conhecimentos e das habilidades necessárias à formação de melhores indicadores educacionais.

Apesar da minha vivência e do meu gosto por análises gráficas, por ser da área das exatas, nunca havia me dedicado a buscar e decifrar os índices de aprendizagens e tampouco a entender os objetivos da aplicação das avaliações externas. Para mim, até então, os índices das esferas estadual, nacional e internacional eram simplesmente números indicando o grau de proficiência dos estudantes. No meu entendimento, essas avaliações eram aplicadas com o objetivo de obtenção de resultados e classificação das escolas nas diferentes esferas. Foi a partir do curso que consegui visualizar tudo isso por outra ótica.

Hoje, vejo que é essencial ao gestor escolar conhecer a aplicação das avaliações externas nas diferentes esferas, a fim de compreender que elas vão muito além dos números como resultados finais e estanques e – o mais importante – compreender como esse processo avaliativo pode, a partir da busca pelos descritores mais críticos, orientar a prática pedagógica. A partir de uma pedagogia orientada por dados concretos, torna-se possível adequar o ensino às necessidades e realidades da escola e, assim, intensificar as aprendizagens.

Há algo que eu já fazia em minha atuação docente: sempre pautei minhas aulas nas dificuldades individuais dos estudantes descobertas por meio de avaliações diagnósticas. Isso por acreditar que, se o aluno percebe o erro e constrói a partir dele, passa a ter real entendimento do que ocorreu. E é dessa maneira que se dá a efetiva aprendizagem.

O que me instiga e encanta é que, a partir das avaliações externas de Língua Portuguesa e Matemática, a escola como um todo tem de se envolver para garantir a aprendizagem. A partir dos fundamentos de cada área do conhecimento, a escola tem que selecionar novas abordagens significativas que visem melhorar a qualidade da aprendizagem – e, de igual maneira, do ensino – a partir dos indicadores.

Essas reflexões avançaram durante o percurso formativo. Fui aprendendo, estudando diariamente e ficando entusiasmada com uma das formas ativas de trabalhar a educação. As aulas possibilitaram reflexão mais apurada sobre o sentido das avaliações externas, da revisão das práticas de avaliações em sala de aula e, principalmente, da atuação conjunta da gestão escolar com demais profissionais da educação, formando parceria na busca investigativa da realidade para, a partir dos dados, construir uma trajetória de sucesso – não por buscarem melhores números, mas para adequarem e ressignificarem a aprendizagem a partir dos descritores mais críticos para cada realidade escolar.

Todo conhecimento é fundamental para nossa prática, principalmente porque sabemos que as últimas décadas ofereceram aos gestores escolares muitos desafios – sendo o principal deles o de sermos mais investigativos e criativos para vencermos, especialmente no período pós-pandemia, que deixou várias lacunas–, mas também abriram portas para muitas possibilidades. E, nesse sentido, acredito que a avaliação escolar deve ser pauta constante na formação dos professores e gestores escolares para, a

partir da realidade, construir o novo com visão de sucesso, pois os números são sinalizadores do cenário de aprendizagem. Modificá-los, para melhoria efetiva, deve ser força motriz da prática diária de cada unidade escolar.

O diagnóstico das dificuldades dos estudantes, a compreensão de erro numa perspectiva construtiva e a reflexão dos professores sobre sua ação favorecem uma postura investigativa, o que possibilita orientar a intervenção didática para promover a aprendizagem de todos os estudantes.



Avaliar e aprender. A associação desses dois elementos parece ter seguido um caminho natural até a formação do atual processo de avaliação da aprendizagem. Entretanto a avaliação não deve ser somente o momento da realização das provas e testes, mas um processo contínuo e que ocorre dia após dia, visando à correção de erros e encaminhando o aluno para aquisição dos objetivos previstos. (JESUS, 2016, p.2)

[...] o ato de avaliar é o “conselheiro do gestor”, à medida que, com sua capacidade de revelar a qualidade da realidade, oferece ao gestor a possibilidade de tomar decisões de investir mais na realidade e, desse modo, produzir um resultado de qualidade mais aceitável, ou mais satisfatória. (LUCKESI, 2014, p. 199)

O educador que avalia é o adulto da relação pedagógica; por isso, deve possuir um dispositivo de acolher o que ocorre com o educando e, a partir daí, encontrar um modo de agir que seja construtivo. Sem essa disposição não há avaliação. Só a partir desse ponto é possível agir construtivamente. (LUCKESI, 2011, p. 268)

Nessa vivência do curso, tive a felicidade de, além das aulas e leituras, ter a parceria de uma colega do departamento de planejamento, no próprio órgão central, que até então não conhecia: Daniela Zenatto Jornada, que trabalha com as avaliações externas e indicadores de aprendizagem, dentro do mesmo departamento que eu, mas em divisões diferentes. Fizemos, desde o início, um movimento para engajar os diretores do nosso estado, que estavam também realizando esse curso, e levar o conhecimento sobre os índices e como podem ser trabalhados para suas escolas.

Chegou então o tempo das mentorias para a construção do plano de ação. E tivemos uma grandiosa mentora: Tatiane Dian, que, com seu jeito meigo, seguro e carregado de conhecimento e empatia, nos abriu muitas possibilidades a partir de seus questionamentos e ponderações. Com o decorrer do curso e das mentorias, fomos nos empolgando, conversamos com a nossa chefia e conseguimos fazer uma apresentação para os diretores e vice-diretores da nossa rede estadual, que estão realizando o curso de especialização para gestores escolares, parceria estabelecida entre Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Esse foi o primeiro grande movimento que fizemos no sentido de colocar o nosso plano de ação em prática e levar conhecimento aos mais de 6.300 gestores das escolas estaduais do nosso estado. Ficamos muito felizes, pois conseguimos mostrar a importância de trabalhar com os descritores e como isso impacta a melhoria da aprendizagem.

Para ler nosso plano de ação, acesse o QR code:



Para assistir à transmissão da *live* da qual participamos no YouTube, acesse o link a seguir. Nossa fala inicia-se aos 50 min.

Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=5FLD-FOHNpc&t=6425s>

Sei bem que esse é o início de uma nova e longa caminhada, mas ela já foi iniciada com grandes potências. Entendo a valência em planejar, organizar, analisar indicadores em todos os níveis da educação pública. E, cada vez mais, acredito que podemos fazer a diferença na vida dos nossos estudantes, levando uma educação com equidade a todos os cantos do nosso estado, sempre com foco no que ainda não foi aprendido, não como erro, mas como um tijolinho a ser encaixado na construção do saber, avançando cada vez mais.

Tendo em vista essas metas, devemos nos articular na formação escolar para alcançá-las, com criatividade, enfrentando os desafios diários encontrados na gestão da escola pública estadual com objetivos detalhados para buscar o avanço e a qualificação das aprendizagens dos estudantes, alimentados pela motivação dos professores e equipes de apoio.

Entendo que ampliei os meus conceitos sobre as avaliações externas e me sinto comprometida em espalhar esse meu conhecimento, buscando elevar a proficiência dos estudantes, especialmente em meu estado. E quero continuar sempre a aprender e ensinar.

Referências

JESUS, T. R. S. **Avaliação da aprendizagem**: uma abordagem crítica. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França, orientado pela Prof.^a M.Sc. Rita de Cássia Dias Leal. Aracaju

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil. **Revista Interacções**, [S.l.]: 2014, n° 32, p. 191-201.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componentes do ato pedagógico. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Avaliação no contexto escolar**: vicissitudes e desafios para (re) significação de concepções e práticas. São Paulo: SME/COPED, 2020.

O processo de avaliação educacional: como usá-lo para a construção da aprendizagem

Ana Cristina da Costa

Especialista em Gestão Escolar pela UFJF
Diretora Escolar da Seduc-CE

Soube do curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* através da coordenadora da Sefor 1 (coordenadoria sob a qual estou subordinada), Hilcélia Sabóia, que me convidou a participar do curso e, desse modo, chego às aulas a partir de 23 de março de 2022.

Desde o início, me entusiasmei pela ementa apresentada, pois sempre tive dúvidas sobre como trabalhar as avaliações e seus resultados. De início, discutimos sobre alguns conceitos a respeito do ato de avaliar, e isso nos levou a refletir sobre nossa prática e sobre como a avaliação ainda hoje é aplicada de maneira classificatória. Trata-se, então, de um método seletivo e excludente, na medida em que lhe é atribuído a função de apenas verificar o quanto foi assimilado do conteúdo transmitido em determinado espaço de tempo, classificando o aluno em “aprovado” ou “reprovado”, sem levar em conta o processo de aprendizagem.

Contrapondo-se a essa perspectiva, nos foi apresentado outro conceito bastante pertinente de Nevo (1998, p. 93), que diz que:



[...] a avaliação deve ser a base para o diálogo. E não a origem de descrições assertivas unilaterais e de julgamentos autoritários. E os avaliadores devem desejar tornar-se participantes construtivos nos diálogos educacionais, em vez de geradores de informação inquestionável ou árbitros autoritários.

Essa reflexão foi muito interessante, e, comparando-a com a realidade, posso perceber que já tentamos caminhar nesse sentido, quando fazemos avaliações diagnósticas no início de cada ano letivo, para – a partir dos resultados – investigar a situação de cada aluno e, só então, elaborar um

plano com ações diferenciadas que contribuam para que cada um deles avance em seus conhecimentos.

Como resultado dessa investigação, temos algumas ações como a oferta, durante o tempo que for necessário, de atividades e aulas em ambiente virtual para reforçar habilidades essenciais da série anterior – iniciativa que permite ao aluno acompanhar o currículo da série que ele cursa atualmente. Além de aulas de Português e Matemática com os tutores (ação da Seduc com alunos universitários), há aulas para grupos pequenos de alunos dos 3º anos que demonstram dificuldades em acompanhar o que é proposto em sala. Oferecemos, também, grupos de estudos no contraturno aos alunos dos 2º e 3º anos com dificuldades – uma ação de parceria entre alunos monitores nas disciplinas de Matemática, Português, Física, Química e Biologia. E para os alunos dos 1º anos há o atendimento nas disciplinas eletivas que buscam aprofundar o conteúdo das quatro áreas de conhecimento através de metodologias diferenciadas e em grupos menores de alunos. Porém, entendo que precisamos melhorar o acompanhamento do processo de desenvolvimento desses alunos, e as rubricas se mostraram ótimos instrumentos para isso.

Outra importante reflexão abordada foi a necessidade de planejamento e de como essa ação é impactante para os resultados que queremos alcançar. Uma sugestão trazida para o grupo é o planejamento por bimestres e por habilidades, para que seja possível fazer as correções de rota durante o caminho. Ao relacionar essa reflexão com nossa prática, ficamos felizes de perceber que já realizamos parte disso, pois é hábito na nossa escola o planejamento semanal com os professores por área, quando avaliamos as ações colocadas em prática, expomos os resultados e traçamos os próximos passos. Isso nos possibilita estar entre as melhores escolas do Ceará e nos coloca como melhor resultado do Ideb de 2021 entre as escolas regulares de Fortaleza.

Mas ainda não estamos onde precisamos estar. O curso nos possibilitou refletir que precisamos avançar nas ações que melhorem o nível de aprendizado dos nossos alunos, tendo um cuidado especial com aqueles com maiores chances de reprovação ou abandono. Para isso, a escola deve buscar meios de entender o rendimento escolar como um processo e não uma somativa de pontos. Isso pode ser possível com a criação de um objeto de avaliação qualitativa, elaborado pelo coletivo de professores juntamente com a gestão, que caracterize o processo de construção do rendimento. Essa avaliação qualitativa mapearia os alunos com mais perspectivas de

reprovarem ou abandonarem a escola ao longo do caminho e, dessa forma, os ajudaria a mudar essa rota de fracasso.

Foi muito interessante um trabalho que fizemos em grupo sobre a elaboração desse instrumento que se mostrou, na prática, um excelente aliado para nos anteciparmos aos resultados e podermos lançar mãos de estratégias para ajudar os alunos com mais dificuldades. Aqui no Ceará, como forma de minimizar esse fracasso, a Secretaria de Educação do Estado implantou a ação dos agentes de busca ativa nas escolas. Os agentes muito nos ajudam mapeando os alunos mais faltosos e convocando os pais desses estudantes para que busquemos juntos um modo de acompanhamento da frequência escolar das crianças e jovens.

Com essas ações, temos conseguido manter nosso índice de abandono em 1% (13 alunos) até o momento deste ano letivo, mas nossa meta é resgatar todos eles até o final do ano. E aqui, mais uma vez, chamamos a atenção para a prática do planejamento semanal, que contribui bastante para estarmos sempre apresentando o resultado dessas ações aos professores e buscando estratégias para fazer com que todos os alunos se sintam acolhidos em suas dificuldades e capazes de superá-las, pois entendemos que o ato de planejar precisa ser constante: planejar, dar aula, avaliar, planejar de novo.

Uma ação implantada pela escola como fruto desse planejamento foi a ressignificação do currículo, priorizando os objetos de conhecimento que não podem deixar de ser apresentados aos alunos, de modo a fazê-los avançar no seu aprendizado.

Continuando o percurso do curso, mais uma vez discutimos sobre a importância de diversificarmos nossos instrumentos avaliativos, para atingirmos o maior número de alunos no seu modo de aprender, e sobre como usar o resultado desses instrumentos para medir onde cada aluno está e o que é preciso reformular para que sua aprendizagem avance. Nesse contexto, a aula deve ter uma relação muito íntima com o teste avaliativo, que deve ser inclusivo, ter clareza no que se pede e no que se espera dele. Dessa forma, a avaliação torna-se o caminho que nos leva a alcançar nossos objetivos, que é a aprendizagem.

Outro importante passo é variar os tipos de testes para que possamos avaliar todos os tipos de alunos, sem deixar de levar em conta que em todo teste deve ser pensado o processo de ensino e de aprendizagem. Nesse aspecto, percebemos que ainda não conseguimos trabalhar satisfatoriamente com

essa diversidade de instrumentos avaliativos. Ainda nos apegamos muito à prova escrita, à avaliação quantitativa, embora tenhamos na escola um instrumento que tenta avaliar qualitativamente o aluno, no contexto próprio de cada aula, em relação à sua interação com professores, colegas e escola e a seu aprendizado, além de levá-lo a fazer uma autoavaliação do seu processo de estudo. Esse instrumento é construído todo bimestre e junta-se às demais notas para compor a média bimestral. Ele é composto de quatro critérios:

1. Participação – pode ir de 0 a 3 pontos e é construído pelo professor diretor de turma, uma representação de pelo menos 4 professores da turma e os representantes de sala,
2. Disciplina colaborativa – pode ir até 2 pontos - caso o aluno seja advertido por algum professor durante as aulas, ele vai perdendo essa pontuação,
3. Frequência – a pontuação também vai até 2 pontos e fica na responsabilidade do coordenador da série construí-la, dando uma pontuação para cada aluno em relação ao quantitativo de aulas dadas no período, deduzindo o quantitativo de faltas não justificadas que o aluno teve, se o aluno não teve faltas não justificadas, recebe a pontuação completa e
4. Autoavaliação – vale até 3 pontos e cada aluno responde um formulário com 4 perguntas, sobre seu aprendizado, seu esforço em realizar as atividades propostas, sua cooperação para seu aprendizado e de seus colegas e seu compromisso com sua aprendizagem e por último relata quais suas maiores dificuldades.

Mas o curso nos mostrou que ainda temos que avançar para tornar a avaliação um instrumento de investigação do percurso de aprendizagem do aluno. Para isso, precisamos entender que toda avaliação deve fomentar elementos para reafirmar caminhos tomados e para impulsionar novas ações (GATTI, 2006).

À guisa de conclusão, reiteramos a importância do curso para a reflexão sobre a prática como gestores escolares. A partir das reflexões fomentadas pelos professores Thiago Costa, Tatiane Dian e Maria Cristina Rodrigues, conseguimos visitar nossos conceitos, aprofundar nossos conhecimentos e nos inquietar com algumas de nossas ações. A partir disso, e com a orientação dada pela mentoria do Wagner Palanch, conseguimos elaborar um plano de ação que visa oportunizar aos nossos alunos um aprendizado

mais significativo, contribuir para diminuição da exclusão dos mais vulneráveis e implementar uma avaliação inclusiva que sirva aos ideais de verificar como nosso aluno constrói seu conhecimento e como, através dele, modifica sua compreensão de mundo e eleva sua capacidade de intervir na própria realidade (SILVA, 2017).

Referências

- GATTI, B. A. Avaliação institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo? **Estudos em Avaliação Educacional**, v.17, 2006, p. 7-14. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/seminariopde/documentos/processo5-para_saber_mais_bernadete_gatti.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.
- NEVO, D. Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar. In: **Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional**, Rio de Janeiro, 1998.
- SILVA, R. F. A avaliação da aprendizagem escolar de acordo com a visão da psicopedagogia. [S.l.], **Educação Pública**, vol. 17, ed. 12, 13 jun. 2017.

Relato de prática

Elizabeth Silveira Aguiar Farias

Especialização em Gestão Escolar

Diretora da Escola Estadual Pedro Amazonas Pedroso, Belém - Pará

A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.

(FREIRE, 2003, p. 40)

Tão logo fui convidada pela Secretaria de Estado de Educação para fazer parte do grupo de cursistas do programa *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, comecei a vislumbrar o que poderia resultar desse curso e de que forma os novos saberes poderiam corroborar para meu desempenho nesse universo tão importante, complexo e delicado da educação pública.

O primeiro movimento foi retornar, pela memória, aos meus tempos de estudante de escola pública. Inicialmente minha experiência escolar se deu aos oito anos de idade, na escola pública Bom Sucesso, na beira do rio Moju, no Pará. Ali, os encantos da escola me faziam querer ser como minha primeira professora, a senhora Stela Martins. Sentada na primeira fila, folheando meus livros, eu poderia enxergar, de um lugar privilegiado, o mundo.

Já na capital paraense, cursei o então primário na Escola Estadual Plácido Cardoso e o magistério no Instituto de Educação do Pará (IEP), momento em que iniciei minha formação acadêmica, para, então, começar a transformar a realidade à minha volta, já como educadora. Nessa faculdade na capital paraense, minha vida acadêmica ganhava novos horizontes: eu aprofundava minhas investigações científicas no curso superior de Pedagogia.

Iniciei minha carreira como gestora escolar na Escola Estadual Jaderlândia, onde a junção entre parceria e planejamento foram consolidadas como palavras-mestras no meu modo de fazer gestão escolar. Ainda nessa escola, na qual dediquei dezesseis anos de trabalho, foi onde tive o privilégio de liderar excelentes educadores que também contribuíram diretamente para meu aprimoramento profissional.

Entre tantos projetos e planos trabalhados, tive a oportunidade de, junto com essa comunidade, desenvolver uma parceria com a secretaria de estado de educação e o Instituto Unibanco, que abraçaram o Programa Jovem de Futuro. Com esse programa, liderei uma ação coordenada na Escola Estadual Jaderlândia, a fim de minimizar efeitos da infrequência escolar, por meio de ações junto aos docentes para a integração dos pais com a escola, nomeadas de “Chamadas Pedagógicas”. Trata-se de um conjunto de ações de acompanhamento pedagógico para pais e alunos entenderem a dinâmica de uma escola ativa e o papel de cada sujeito social nesse universo escolar, que nos permitirá equacionar projetos ligados à proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de elevar a participação dos estudantes nos processos de avaliação internas e externas. O exercício de uma boa gestão, então, nos condiciona a nos enveredar por busca de respostas a questões decisivas, como a temida infrequência escolar.

Agora, já reunindo certa vividez, também através da experiência no curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, compreendo que ocupo espaço num lugar valoroso. Junto aos meus conhecimentos, num arcabouço pelas mãos dos meus tutores, desperto novos olhares para velhos problemas, aperfeiçoar práticas educacionais e lanço meu projeto de busca ativa na escola numa fase de construção e correção de rota.

No início do curso, percebi a importância da aplicação de instrumentos de tabulação de dados de modo específico para a produção de conhecimentos sobre minhas práticas na escola, por se tratar de um campo de aplicação adequado para se exercitar a relação teoria-prática. No desenvolvimento das disciplinas oferecidas em cada módulo, deparei-me com diversos problemas e conhecimentos enquanto trabalhava na composição do meu projeto, com explicações formuladas sob variados enfoques que necessitam serem testados na prática cotidiana.

Antes de iniciar a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, o primeiro passo foi reconhecer particularidades da minha escola e todos os agentes envolvidos. Assim, até mesmo o projeto político-pedagógico da minha escola precisou ser objeto de avaliação. Nessa oportunidade, o objetivo era apurar dados e a partir deles fazer uma correção de rota. Posteriormente, isso foi modificado para uma atuação de reformulação de todas as diretrizes da nossa prática docente e de gestão. A partir daí, formulei uma conclusão sobre os objetivos do curso: nós precisaríamos

intervir criticamente em todas as dimensões da escola, por meio do exercício constante da relação teoria-prática. E a forma mais adequada para isso seria pensar em várias ações que me permitissem trabalhar a busca ativa para alcançar o máximo de educandos, construindo no cotidiano da gestão escolar esse novo pensar e sendo capaz de construir novas rotas para corrigir as distorções na frequência desses alunos e, dessa forma, fazer a apuração periódica de todos os dados.

Isso implicou a formulação de questionamentos sobre as funções práticas da gestão escolar, já que não satisfazia a expectativa de breve resolução de problemas. Fez-se preciso produzir algo novo, ou seja, colocar em teste, mediante levantamento de dados, as teorias elaboradas a partir do curso na área da educação. Tornava-se urgente testar os saberes produzidos porque o conhecimento evolui com a crítica constante.

Várias ações foram realizadas a partir das práticas do curso de gestão para resultados, como:

- maior envolvimento com a família;
- linha direta de contato com pais e alunos;
- intervenções de aspectos psicossociais junto aos alunos com serviços oferecidos pela Seduc-PA;
- chamada ativa/foco no controle da frequência feita pelo professor durante suas aulas;
- foco nas redes sociais para localizar discentes e relato de experiência dos alunos.

Todas essas ações implantadas foram importantes a partir dos debates tratados no curso em questão.

Na Escola Estadual Pedro Amazonas Pedroso, meu propósito foi verificar, através de um estudo de caso, usando como referência os aprendizados proporcionados pelo curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* sobre infrequência escolar. O sujeito da pesquisa é uma escola urbana de categoria administrativa pública estadual, regulamentada pelo conselho de educação, ofertando o Ensino Médio como modalidade de ensino, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 4374, no bairro do Souza, em Belém do Pará. Ela tem 1.723 estudantes matriculados; 5 pedagogas integrando a equipe pedagógica, distribuídas em dois turnos; 63 professores

efetivos, sendo 60 em regência, um no laboratório de informática e dois readaptados em espaços administrativos; duas vice-diretoras, uma diretora e cinco servidores alocados no setor administrativo, além de empregados atuando em equipe terceirizada de limpeza e segurança.

No primeiro trimestre do ano de 2020, numa sociedade mundial acometida por uma pandemia em função do coronavírus, a condição de vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias foi agravada e houve a acentuação da exclusão e o abandono escolar. Nesse contexto, coube à escola investigar esses dois fenômenos para então enfrentá-los e, assim, novas rotinas escolares serem inauguradas.

Nesse cenário de abandono escolar, em um panorama bastante dinâmico, a Secretaria de Educação do Pará propôs a implementação da busca ativa na rede – efetivada em 2021, nela estamos trabalhando desde o início do ano letivo de 2022 para garantir acesso à educação aos estudantes.

Nesse ínterim, já no curso, pude entender alguns processos de intervenção para correção de rota. Por meio de módulos temáticos, foram ensinados como se dá esse procedimento e sua importância para se repensar estratégias com vistas a atingir o público ainda fora das escolas, ressaltando que essa correção de rota se tornara uma constante ao longo do percurso, a fim de efetivar a continuidade das rotinas escolares de acompanhamento pedagógico.

Efetivamente, a busca ativa escolar é uma estratégia de acompanhamento pedagógico que investiga e registra dados quanto aos estudantes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Desse modo, possibilita à equipe pedagógica construir um planejamento de contenção da infrequência escolar para manter os estudantes na escola.

A busca ativa escolar reúne docentes, pedagogas e a direção escolar para a construção de uma rotina de trabalho pedagógico coordenada, na qual cada um desses agentes tem um papel específico, que vai desde a identificação dos estudantes fora da escola ou em risco de abandono até a tomada das providências necessárias para seu atendimento na (re)matrícula e sua permanência na escola, passando pela etapa de planejamento. Um dos braços desse processo escolar é o estabelecimento e alimentação de um grande banco de dados, que facilita a comunicação dentro e fora da escola ao armazenar informações acerca de cada caso acompanhado pela equipe pedagógica.

O ano de 2022 foi desafiador devido a tantas demandas e a tantos desafios que tiveram de ser cumpridos após o retorno à rotina presencial na escola.

Mas acreditar no potencial de crescimento da instituição de ensino foi, sem dúvida, fator determinante para eu ter sido tão feliz como cursista da formação em questão. Tenho grande respeito por meus mestres me permitirem aprender tanto e de forma tão eficaz, ainda que em ambiente virtual. Paralelo a isso, no curso, as experiências compartilhadas por colegas, educadores e gestores fez consolidar a esperança entre nós, cursistas. Novos olhares, experiências exitosas, referências destacadas no meio acadêmico e protótipos de práticas pedagógicas nos fizeram reavaliar ações desenvolvidas na escola. E, por isso, o curso é mais um divisor de águas na minha jornada como educadora e na minha vivência como gestora escolar.

A partir de cada módulo estudado no curso e da observação da minha realidade escolar, percebi que conceitos teóricos abordados no curso foram essenciais na aplicação prática. Um exemplo: aprender a identificar o clima escolar, ou seja, perceber e reconhecer as nuances do cotidiano escolar de toda a comunidade é necessário para tornar mais proveitoso o momento de interação entre todos e tornar o ensino e a aprendizagem significativos. As discussões propostas nos momentos de aulas virtuais com meus tutores e colegas gestores contribuíram para eu identificar situações semelhantes e evidenciar os posicionamentos distintos, contribuindo para a adaptação dos aprendizados à minha realidade. Assim como compartilhar as minhas experiências pode ter ajudado a ampliar a percepção de meus pares.

Agradeço imensamente à Secretaria de Estado de Educação e à sua inspiradora equipe de profissionais, como a minha gestora, por acreditarem em mim para a realização de projetos e me apoiarem incondicionalmente em todas as etapas. Meus agradecimentos se estendem também aos colegas educadores, que me ensinaram muito sobre como crescemos como indivíduo quando somos capazes de trabalhar em prol do desenvolvimento do outro, com afeto e dedicação.

Referências

CHIODETTO, E. **Ser diretor**: uma viagem por 30 escolas públicas brasileiras. 1ª ed. São Paulo: Fotô Imagem e Arte Ltda. - ME, 2017.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

As reflexões e a importância do curso sobre gestão para as aprendizagens

Joseane Martins da Silva

Especialista em Língua Moderna Estrangeira - Espanhol
Gestora geral e Coordenadora do Programa Professor Mentor Escola Estadual Princesa Isabel

Sou gestora da Escola Estadual Princesa Isabel, que pertence à 13ª Gere. Ela é uma escola de Ensino Integral que atendeu 478 estudantes do Ensino Médio no ano de 2022. Nessa instituição, atuo de maneira a sempre priorizar o bem-estar dos estudantes, bem como o de toda a comunidade escolar, com respeito à diversidade, inclusão social, diminuição das dificuldades de aprendizagem, atendimento psicopedagógico e estabelecimento de processos formativos.

As reflexões trazidas pelo curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática* foram de grande valia para minha atuação profissional, pois, através dos referenciais teóricos, vídeos, discussões e outras situações vivenciadas na trilha de aprendizagem do curso, consegui perceber que os desafios enfrentados no meu dia a dia são comuns a tantos outros gestores. Assim como acontece em minha escola quando buscamos enfrentar esses desafios de maneira conjunta, envolvendo toda a comunidade escolar, alcançamos êxito em nossas ações formativas.

Os desafios enfrentados por nossos professores e pela gestão escolar com as práticas docentes em tempos de pandemia e no retorno às aulas presenciais vêm ganhando espaço de longo prazo, pois a educação escolar depende não somente de uma mudança de metodologias, mas também de uma mudança de comportamentos para retornar à normalidade.

A escola acabou assumindo um papel ainda maior de mediadora, inclusive familiar – família essa cuja responsabilidade diária do fazer pedagógico junto a crianças e adolescentes aumentou, além de outras responsabilidades legais da rotina familiar –, o que direcionou este trabalho de análise e reflexão, visto os entraves e as dificuldades inerentes ao contexto social das famílias e alunos.

O uso de recursos tecnológicos como aliados nesse processo é bastante evidente. Também evidente é a necessidade de adoção de estratégias para

reduzir o impacto decorrente da interrupção das aulas presenciais durante o período da pandemia na vida dos estudantes.

Os diversos programas da Secretaria Estadual da Educação de Alagoas, apoiados pela comunidade escolar e, mais especificamente, pelos discentes e docentes, durante a pandemia e pós-pandemia, têm sido fundamentais para que a continuidade das atividades escolares aconteça de forma satisfatória.

No retorno às aulas, foi percebida uma acentuação na situação de vulnerabilidade social de alguns estudantes, aprofundada durante a pandemia e com consequências devastadoras que têm impactado a qualidade do aprendizado e, por conseguinte, do ensino, o que tem sido apontado por diversas redes.

Os diversos contextos familiares vivenciados pelos estudantes são um ponto de atenção, não apenas pelo acesso desigual à internet, mas também pelos diferentes graus de suporte das famílias com os quais os alunos poderão ou não contar em casa. Algumas medidas foram tomadas pela escola junto às faculdades de psicologia e professores, coordenação e gestão escolar, atuando como mediadores dessa situação, no sentido de amenizar um pouco as doenças de ordem emocionais desses estudantes, como transtornos de ansiedade e depressão em razão do contexto que enfrentam.

A integração da comunidade escolar, visando ao bem comum, deve atender primordialmente às necessidades dos estudantes, professores e demais funcionários da escola, daí a importância de um conselho escolar e de um grêmio escolar atuantes e que engajem os diferentes grupos que convivem nessa comunidade.

Minha gestão sempre foi pautada em educação e administração por meio da transparência e comunicação, com o objetivo de facilitar o conhecimento e a proposta dos professores no desempenho das suas atividades. Atividades que precisam ser acompanhadas e valorizadas, sempre preservando a qualidade da educação oferecida e valorizando o incremento das práticas de ensino e aprendizagem, por intermédio, inclusive, do gerenciamento de redes sociais, da organização de espaços pedagógicos e da aquisição de novos equipamentos tecnológicos e materiais didáticos.

Em nossa escola, fazemos um acompanhamento através do dossiê de turma, que se trata de um instrumento organizado para apresentar dados dos estudantes, como foto, família, aspectos geográficos, os quais são inseridos no sistema e atualizados mensalmente por um professor-mentor

junto com um estudante-monitor, de acordo com as macrodimensões de acompanhamento. A partir disso, é feito um parecer descritivo mensal com considerações do professor-mentor acerca do desempenho dos estudantes quanto às ações desenvolvidas no mês. Esse registro é de suma importância para pautar as intervenções necessárias à construção de um projeto de vida.

Em se tratando do programa de mentoria, segundo a Secretaria do Estado de Alagoas:



O programa de mentoria para estudantes de Alagoas: “Professor-mentor, meu projeto de vida” é um processo que circunscreve um projeto de pesquisa desenvolvido pelo professor-mentor, que orienta seus estudantes quanto a retomada pós-pandemia e prejuízos de aprendizagem e dos processos educacionais.

[...] os estudantes passam a ser protagonistas do projeto de pesquisa no programa de mentoria, caracterizado pelo acolhimento, acompanhamento, orientação, assessoria e discussão acerca dos desafios no âmbito da aprendizagem em Alagoas. O projeto de vida trabalhado pelos professores-mentores se apresenta como eixo norteador que se articula com os demais eixos estruturantes, considerando o projeto de vida dos estudantes, na elaboração e sistematização de necessidades e avanços, conforme acesso, permanência e aprendizagem com sucesso, as ações voltadas para a busca ativa, envolvimento da comunidade escolar, considerando as dificuldades e nuances do território e o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas diversas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica), a partir da ampliação das capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, no estabelecimento de objetivos, na tomada de decisões e no enfrentamento de situações adversas ou novas.



Em relação à recomposição e apoio à aprendizagem trata de um eixo estruturante que se configura na identificação, disseminação e sistematização de estratégias utilizadas na mitigação das perdas de aprendizagem causadas pela pandemia da Covid-19 e que oportunizam o desenvolvimento de habilidades prioritárias, de modo a avançar para os níveis de aprendizagem subsequentes, tendo como foco a Língua Portuguesa (incluindo Alfabetização) e a Matemática, considerando a articulação com os demais componentes.

A dimensão familiar, com foco na formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade dos estudantes, precisa estar contextualizada em todas as suas mais variadas e diversas formas. A variedade cultural, manifestada através da linguagem, do comportamento, do vestuário, das crenças, dos valores, dos posicionamentos políticos, da orientação sexual, das tradições, das artes e de toda forma de expressão; promovendo o respeito às diferenças através da compreensão da diversidade (heterogeneidade) e o entendimento das necessidades dos estudantes, abrindo portas para um aprendizado maior e melhor, derrubando barreiras desnecessárias. (ALAGOAS, 2021, pp. 88-89)

Em relação ao Ideb em 2021, a Escola Estadual Princesa Isabel não teve nota, pois não foi apresentada pelo Ministério da Educação (MEC), mas em 2019 apresentou a nota 3,7, portanto não atingiu a meta proposta pela Seduc/AL, que foi a nota 5,0. Levando em consideração apenas o Ideb de 2019, a escola obteve os seguintes resultados:

- 1º ano: 74,7% de aprovação, com 7,6% de reprovação e 17,7% de abandono;
- 2º ano: 86,8% de aprovação, com 5,3% de reprovação e 7,9% de abandono;
- 3º ano: 86,8% de aprovação, 5,3% de reprovação e 7,9% de abandono.

Na Escola Estadual Princesa Isabel, atuo junto à coordenação para articular o ensino, detectando problemas e auxiliando em possíveis soluções, com vista a sempre cumprir a proposta curricular, e promovendo reuniões pedagógicas

voltadas para a troca de experiências e informações, nas quais os docentes possam aproveitar a teoria, aplicando-a no exercício do cotidiano.

Como gestora, procuro conscientizar os docentes do valor da avaliação como parâmetro diário para um replanejar constante de suas atividades pedagógicas, e não como medida de valor inexorável, manter a comunidade escolar informada sobre as mudanças ou determinações da Seduc/AL que possam afetar de modo positivo os trabalhos já desenvolvidos para dar transparência a determinações e interesses em benefício da escola e do aluno, e realizar reuniões pedagógicas para conscientizar os professores da necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos à concretização dos processos de ensino e aprendizagem, construindo, dessa forma, um ambiente estimulador e agradável.

Uma pedagogia centrada mais no aluno e menos nos conteúdos é o caminho para atingir as metas propostas tanto pelo MEC quanto pela Secretaria Estadual da Educação. Diante do exposto, deixo claro a importância do curso formativo para meu desenvolvimento pessoal e profissional, o qual só veio acrescentar conhecimentos à minha função como gestora escolar.

Referências

SECRETARIA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Documento de orientações e práticas inspiradoras do Programa Professor Mentor, Meu Projeto de Vida**, 2021. Disponível em: <https://www.escolaweb.educacao.al.gov.br/pagina/professor-mentor-meu-projeto-de-vida>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Garantia dos direitos de aprendizagem

Tonimar Camilo e Silva

Especialista em Formação de Professores - Matemática

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Centro de Ensino em Período Integral Ary Ribeiro Valadão Filho

A partir das ações transformadoras, adquiridas e compartilhadas com os colegas da educação, sejam gestores ou técnicos das Secretarias Estaduais de Educação dos vários estados do Brasil, registro aqui as aprendizagens adquiridas por mim no curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, do Instituto Singularidades e do Instituto Unibanco.

Ficou muito mais evidente para mim, enquanto gestor, que dados são representações da realidade, enquanto indicadores são medidas, em geral quantitativas, cujo objetivo principal é substituir, quantificar ou operacionalizar, assim como cita Jannuzzi (2001, p. 5). E, a partir desse contexto, foi possível trabalhar em minha escola com indicadores como índice socioeconômico (renda familiar mensal) e com questões relacionadas a gênero e cor/raça – cuja finalidade era ter um termômetro das fragilidades desses indicadores e como eles influenciam a aprendizagem dos pesquisados – e procurar coletivamente, com a participação de toda a equipe escolar, intervir com ações para superar os desafios encontrados na aprendizagem desses agentes.

Após o conhecimento das dificuldades de aprendizagem embasadas nos indicadores pesquisados acima e procurando dismantelar as desigualdades existentes, concordo com Arroyo (v.1, 1996), que escreve sobre a intencionalidade da escola: a escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. E, a partir dessa intencionalidade, a avaliação se torna fundamental para a formação integral de cada estudante.

Pensando na formação integral dos nossos alunos, agregada às suas avaliações, consegui perceber que o ato de avaliar traz a emergência do trabalho verdadeiramente coletivo e dialógico. E, por isso, os diálogos foram tão necessários durante toda a formação.

Aprendi a cada encontro que a minha atuação precisa fortalecer o trabalho pedagógico e de sala de aula e jamais burocratizá-lo; devo apoiar as equipes, viabilizando e criando espaços democráticos na comunidade escolar. Serei mais ativo na contribuição para a organização e a melhora do clima escolar e buscarei proporcionar um vínculo entre escola-família para que os resultados pedagógicos sejam alcançados.

Tive a clareza da importância de pesquisar na escola quais são as reais necessidades de aprendizagem de meus alunos, pois elas são fundamentais na elaboração do projeto político-pedagógico (PPP), e de nunca as omitir, pois nesse contexto a escola sempre deve ser alicerçada em uma educação integral e inclusiva. E aqui menciono Lewis Carrol (2022, p. 46): “Se você não sabe para onde quer ir, qualquer caminho serve”. Sendo assim, ao elaborar meu plano de ação, estabeleci prioridades das ações e investimentos que possam garantir a equidade e ainda procurei definir metas e partilhar todos os resultados encontrados com a comunidade escolar. Aqui, a correção de rotas é de suma importância, uma vez que já sabemos para onde ir, e não é qualquer caminho que nos serve.

Tanto no meu PPP quanto no meu plano de gestão escolar para o próximo ano informarão com mais clareza o viés das dimensões: administrativa, pedagógica e de organização escolar, ressaltando a importância dos diálogos necessários com toda a comunidade escolar. E nesses diálogos com a equipe escolar, mostrarei aos educadores da minha Unidade Escolar, que eles devem ter em mente e bem forte em seus conceitos enquanto “além de transmissores de conteúdos” que é muito importante ter a empatia de curar, cuidar e tratar, porque isso impacta, de maneira positiva nos resultados que pretendemos alcançar.

Serei provocador quanto à escrita dos planos de ação da escola, enfatizando o que tenho em minhas mãos e quais meus compromissos para com as avaliações de aprendizagens dos meus estudantes, pois esses planos, assim como outros documentos relevantes da escola, vão atestar propriedade, mostrar o caminho das ações.

O mais incrível da magia desse curso é que ficou muito claro para mim, enquanto gestor e ser humano transformador de vidas de meus alunos, é que preciso buscar mais, indagar mais e que é através da pesquisa que posso constatar, conhecer mais e intervir para comunicar e anunciar a novidade, principalmente na inovação pedagógica das aulas, nas ações e nos projetos realizados na minha escola. Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. E ainda aqui cito Freire (1996, p. 19):



É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.

O ato de avaliar não é simplesmente atribuir valores, emitir juízo, vai muito além disso, deve ser uma prática cotidiana e nesse sentido é necessário fortalecer o engajamento do estudante. E assim como menciona Menossi (2019, pp.16-29): “O aluno aprende à medida que se engaja no processo, e responde aos incentivos do professor, que tem a responsabilidade de criar um contexto para facilitar a aprendizagem. Mas se o aluno não se engajar, de pouco ou nada adiantará o envolvimento do docente.”, o engajamento do aluno será um fator forte dentro do meu Plano de Gestão Escolar, com ele consolidado, concomitantemente com o envolvimento real do docente, o ato de avaliar passará a ter mais sentido.

Acerca de tudo que aprendi, levando em consideração o que foi ensinado e discutido, e a partir das realidades de cada escola ou instituição participante, resolvi elaborar meu plano de ação iniciando-o por um questionário a ser respondido por uma amostra de alunos da escola, especificamente das três turmas da 3ª série do Ensino Médio. Dessa maneira, os dados se tornaram coletivos. O questionário trazia três indicadores:

- Qual o seu gênero?

Alternativas: Masculino. Feminino. Outro.

- Qual a sua raça/cor?

Alternativas: Branca. Parda. Negra. Amarela.

- Qual a sua renda mensal?

Alternativas: Menor que 1 salário mínimo. Entre 1 e 2 salários mínimos.
 Entre 2 e 3 salários mínimos. Maior que 3 salários mínimos.

A amostra foi realizada com 58 estudantes das séries já mencionadas acima. A seguir, apresento os indicadores analisados e os levantamentos encontrados.

Considerando o indicador: *raça/cor*, os alunos que se consideram negros e brancos têm menor desempenho em Matemática do que os pardos e amarelos. Os alunos brancos e pardos têm menor desempenho em Língua Portuguesa.

No que diz respeito ao indicador: *gênero*, os alunos que se consideram do gênero masculino são melhores em Matemática em comparação com os do gênero feminino. Já os alunos que se consideram do gênero feminino apresentam melhor desempenho em Língua Portuguesa em comparação com os do gênero masculino.

Considerando o indicador: renda familiar, a maioria dos entrevistados, 55%, apresentaram renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos, enquanto 20% apresentaram renda menor que 1 salário-mínimo; 10% indicou que a renda familiar obtida era entre 2 e 3 salários-mínimos; 15% respondeu que tinha renda superior a 3 salários-mínimos. Os alunos cuja renda familiar apresentada era inferior a 1 salário-mínimo e entre 1 e 2 salários tiveram menor desempenho em Matemática; todos os alunos cuja renda ficou entre 2 e 3 salários ou superior a 3 salários estavam acima da média em Matemática. A mesma situação também se percebeu em Língua Portuguesa.

Mediante toda a análise realizada dos levantamentos encontrados, quais seriam as ações de intervenções a serem propostas e os encaminhamentos a serem feitos pela gestão para procurar solucionar os problemas em foco?

Os dados tornaram-se coletivos em reuniões com a equipe gestora, quando explanei as tabelas e gráficos dos resultados consolidados da pesquisa. Junto à coordenação pedagógica e coordenadores de área, foram criadas ações com a finalidade de executá-las num determinado período ainda neste ano letivo. Foi solicitado ao coordenador pedagógico que assistisse às aulas dos professores de Língua Portuguesa e Matemática das séries pesquisadas, com uma observação mais atenta ao interesse dos alunos após a execução das ações, e criasse um reporte dessa observação. O próximo encaminhamento será a aplicação do mesmo questionário para analisar se as ações executadas nos mostrarão um novo cenário, diferente e mais positivo do que o primeiro encontrado.

A escola promoverá palestras com as seguintes temáticas:

- Sou negro, e daí? Palestrante: um profissional negro bem-sucedido;
- Minha renda familiar não foi uma pedra no meu sapato... Palestrante: um grande profissional que venceu na vida, apesar das adversidades financeiras;

- Sou mulher, sou forte e venci! Palestrante: uma mulher guerreira, determinada, que conquistou seu espaço na sociedade e é referência para muitas outras mulheres.

Além das palestras, a UE proporcionará monitorias com alunos que têm bom desempenho em Língua Portuguesa e Matemática; ressaltando aqui que esses alunos devem pertencer aos grupos dos indicadores pesquisados para que eles sejam os protagonistas, mostrando aos demais que, para ter conhecimento, superar desafios e vencer na vida, basta querer e correr atrás dos prejuízos, e correr ainda mais atrás de seus sonhos. Esses monitores devem ser parceiros de toda hora, pois são fundamentais para que os colegas com as fragilidades destacadas compreendam que têm potencial e podem ir muito longe.

Na escola, fortaleceremos a tutoria ativa e o componente curricular Projeto de vida. Os tutores serão informados dos seus tutorados frágeis, no âmbito cognitivo, mais principalmente do seu projeto de vida, e os observarão mais de perto, monitorando continuamente suas notas e seu comportamento. O Projeto de vida será parceiro incondicional dos alunos mais frágeis enquadrados em cada indicador. Os professores desse componente observarão mais de perto esses alunos, procurando motivá-los e impulsioná-los na realização de seus sonhos e ainda ressaltarão a esses alunos que o mais importante não é ser negro, pobre ou ser mulher, o mais importante é ser forte, ativo e correr atrás dos seus ideais para realizá-los. O imprescindível é que os estudantes sejam agentes transformadores para outros colegas sonhadores.

Diante do exposto acima, espero, após três meses de execução, configurar um outro cenário, diferente e transformador.

Referências

ALVAREZ, L. António Nóvoa: aprendizagem precisa considerar o sentir, **Revista educação**, ano 27, nº 292, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/06/25/antonio-novoa-aprendizagem-sentir/>. Acesso em: 3 maio 2023.

ARROYO, M. G, Reinventar e formar o profissional da educação básica, **Formação de Educadores**, v.1, São Paulo: UNESP, 1996.

CARROLL, L. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Marília: Lycoris, 2021. PDF

FRANCO, L. F.; SILVA, V. B.; GALLEGOS, R. A documentação pedagógica em nossa história e memória: Escrever e dar visibilidade à escola e aos processos de ensino-aprendizagem. *In*: NEIRA, M. G.; PINAZZA, M. A. (orgs.). **A gestão pedagógica no processo formativo da supervisão escolar e equipes pedagógicas das diretorias regionais de educação**. São Paulo: SME/COPED, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JANNUZZI, P. M. **Apostila/2018**, Gestão por indicadores, Eixo: Gestão Pública, p. 5, 2001.

Caravana pedagógica: um olhar para os dados educacionais do Ensino Médio piauiense

Regina Célia Barbosa Monteiro Lopes

Mestre em Ciências da Educação

Gerente do Ensino Médio - Secretaria de Estado da Educação do Piauí

Esse relato de prática tem por objetivo apresentar vivências no curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*. Composto de cinco módulos, teve como foco a discussão teórico-metodológica com ênfase na prática das seguintes temáticas: avaliações em larga escala e seus critérios; criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar; organização de dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar e compartilhamento com a equipe; leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas; elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade; e etapa de mentoria com reuniões em pequenos grupos e individuais com o tutor. O objetivo da mentoria foi propiciar momentos de desenvolvimento de ações a partir dos conhecimentos construídos na formação, como também levando em conta a vivência dos envolvidos.

Todos os módulos foram relevantes e contribuíram muito para meu desenvolvimento e crescimento profissional, enriquecendo e transformando, na prática, minhas ações.

Desde 2019, venho desempenhando a função de gestora da gerência de Ensino Médio na Seduc-PI, acompanhando, orientando, avaliando, planejando e executando ações para a melhoria dos nossos indicadores educacionais, com foco nas 452 escolas de Ensino Médio regular, com 92 mil estudantes da rede estadual de educação.

A educação é indispensável ao desenvolvimento individual, da cidadania e do país. Ao longo dos anos, especificamente na última década, o Piauí apresentou crescimento nos indicadores educacionais. Mesmo com a pandemia, a rede estadual do Piauí avançou na qualidade do ensino ofertado em todas as etapas da Educação Básica e ficou entre os dez melhores

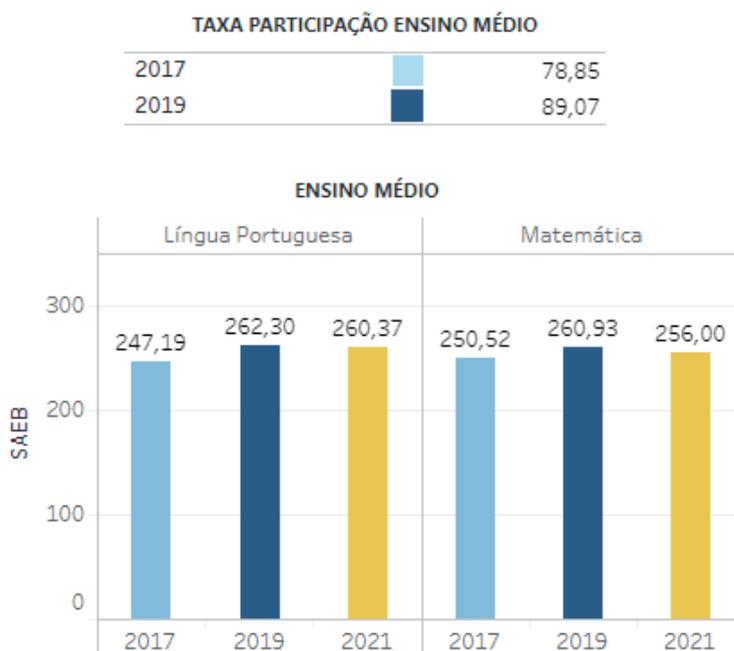
Idebs do país no Ensino Médio. O Ensino Médio saiu de 3,7 em 2019, para 4,0 em 2021, ficando entre os nove melhores, junto com outros Estados. O Piauí saiu da 14ª posição para a 9ª posição no *ranking* educacional do Ideb. Vale destacar que o Ensino Médio segue em crescimento contínuo, dando grandes saltos desde 2015.

A partir dos resultados publicados pelo Inep, podemos identificar o crescimento da aprendizagem no Estado.



Fonte: material interno da rede (s.d.).

Os gráficos de proficiência do estado do Piauí mostram a série histórica de 2017 a 2021, por componente curricular.



Fonte: material interno da rede (s.d.).

Ao longo do curso dos cinco módulos, tivemos momentos ricos em aprendizagem e troca de experiências. No entanto, dois momentos do programa se relacionaram diretamente com minha prática de gestora pedagógica, que foram os módulos “Leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas” e o “processo de mentoria”.

Nos encontros do módulo “Leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas”, dialogamos e trocamos experiências sobre a importância da leitura e interpretação dos dados das avaliações. É preciso fazer uma conexão entre eles, utilizando-os a serviço das aprendizagens, e não somente deixando-os engavetados, para intervenções necessárias. Nesse momento, foi possível rever nossa prática pedagógica e ver se, de fato, nosso estudante está sendo o principal sujeito da aprendizagem, caso contrário, precisamos avaliar, planejar e executar novas ações para que essa meta seja alcançada.

No estado do Piauí, realizamos a Sistemática de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi), com o objetivo de produzir diagnósticos periódicos acerca da qualidade do ensino. É uma avaliação intencional e necessária,

visando à melhoria de ensino e aprendizagem, além de ser uma forma de prestar contas à sociedade sobre o papel da escola como instituição de transformação social. A Seduc também realiza a Avaliação Diagnóstica Integrada (AGI), na qual todos os componentes curriculares são avaliados. Essa avaliação auxilia as escolas a entenderem os níveis de aprendizagem em que os estudantes se encontram, assim como identificar possíveis defasagens, lacunas e criar condições propícias à aprendizagem.

Alinhada às avaliações externas, a rede realiza monitoramento, acompanhamento e orientações permanentes no que diz respeito às avaliações internas, por meio da nossa plataforma iSeduc e do Sigae, analisando relatórios e fazendo correção de rota nas ações contidas nos planos de ação das escolas, gerências regionais e sede. Todos os pontos dialogados e refletidos nesse módulo serviram para melhorar nossa prática pedagógica.

Para mim, a etapa da mentoria foi um diferencial no curso, que nos proporcionou momentos de debates coletivos e individual com nosso mentor, professor Tássio, um profissional rico em conteúdos e profissionalismo. Na mentoria, tivemos orientações para a elaboração e construção do plano de ação personalizado com foco em nossa prática desenvolvida na rede.

Foram vários encontros individuais para que pudéssemos customizar nosso plano de ação. Mas o primeiro passo para sua construção foi a apresentação de instrumentais, por meio dos quais fizemos a escolha do que melhor se adequava à realidade da nossa prática na rede; na sequência, selecionamos os indicadores educacionais, a temática, os desafios; e, em seguida, elegemos as ações, os responsáveis e o período para a execução delas, assim como objetivos, justificativa e a realização do monitoramento e acompanhamento das ações.

Focamos na ação “Caravana pedagógica”, com atenção à análise dos indicadores educacionais da escola e devolutivas pedagógicas, objetivando refletir, analisar e replanejar as estratégias no plano de ação das escolas, diante dos resultados educacionais ao final de cada bimestre; acompanhar os programas e projetos desenvolvidos nas escolas com foco nos indicadores educacionais, visita *in loco* nas escolas prioritárias, esclarecimentos, direcionamentos pedagógicos que considerem também as informações estatísticas obtidas a partir das devolutivas das avaliações diagnósticas das escolas, plano de ação/intervenção, replanejamento; e subsidiar as escolas quanto à operacionalização das atividades contidas nos seu planos de ação.

A rede trabalha com três objetivos estratégicos: garantia da aprendizagem, redução das desigualdades e mitigação do abandono. Na dimensão pedagógica do plano, selecionamos os seguintes indicadores: avaliação externa e interna, fluxo com a aprovação, reprovação e o abandono. Elencamos os desafios e os problemas:

- dificuldade de apropriação;
- leitura;
- análise e acompanhamento qualificado dos dados da escola;
- avanço na proficiência de Língua Portuguesa e Matemática;
- alimentação dos dados nas plataformas iSeduc e Sigae, pois quando analisada pela sede verifica-se muitas inconsistências nos dados da rede;
- dificuldade de participação dos estudantes nas avaliações externa e interna.

As ações inseridas no plano para atender a esses desafios foram inseridas no plano de ação da sede, como:

- encontros pedagógicos bimestrais para apresentação;
- análise e orientações sobre os dados educacionais da rede e GREs com seu conjunto de escolas;
- roda de conversa com foco na importância de realizar as avaliações;
- momento pedagógico com gestores escolares para análise dos resultados das avaliações;
- construção de um painel com a linha do tempo dos resultados das avaliações da escola;
- planejamento de ações com foco na mobilização dos professores e do coordenador pedagógico da escola para participar das oficinas do programa Mais Aprendizagem com foco na melhoria da proficiência dos estudantes;
- orientações para o acompanhamento e análise das notas dos estudantes em todos os componentes, identificando aqueles que estão em risco de abandono e reprovação;
- mobilização para a busca ativa durante todo o ano letivo.

Os responsáveis são: sede, GREs e escolas, com o prazo de fevereiro a dezembro.

O acompanhamento e monitoramento do plano de ação das três instâncias – sede, GREs e escolas – é realizado por meio das nossas plataformas iSeduc e Sigae, pelas quais realizamos nosso acompanhamento diário e permanente, com relatórios mensais e diálogos com os envolvidos.

Em todos os encontros da mentoria, nosso mentor foi nos orientando e nos direcionando para a customização do plano de ação, apresentando pontos importantes de reflexão, considerando a prática e a realidade da rede e os desafios vivenciados cotidianamente.

O presente relato procurou focalizar as experiências obtidas no curso *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, bem como as aprendizagens adquiridas durante o processo, que enriqueceu nossa atuação profissional na prática. Os referenciais teóricos, as discussões coletivas e individuais, e outras vivências no percurso do processo fortaleceu e ampliou os conhecimentos. Finalizamos o curso com um produto em mãos, o plano de ação personalizado, assim como carregamos a bagagem da socialização e da troca de experiências com outros estados e profissionais.

Ressalta-se, ainda, que no plano de ação da rede existem outras ações em curso, sempre com foco na melhoria do ensino e da aprendizagem dos nossos estudantes. Diante do exposto, ressaltamos que o curso está totalmente integrado às políticas educacionais do estado do Piauí.

Referências

ALEXANDRE, M. M. de O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília. 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, N.; SOARES, F. (orgs.) **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Frequência escolar, um indicador de sucesso ou fracasso da aprendizagem

Virgínia Rita dos Santos Silva

Pós-graduada em gestão escolar e planejamento educacional
Gestora da EEEFM Francisco Nascimento-ES

No início do ano letivo de 2022, precisávamos superar os desafios de um novo momento vivido pelas escolas: momento pós-pandemia, imposto por dois anos de afastamento de alunos e professores das aulas presenciais. A necessidade de manter o senso de comunidade, trazendo alunos e famílias para a escola, era fundamental para o desenvolvimento das ações em nossa UE.

Os desafios apresentados após esse período de pandemia precisavam ser concentrados nas recomposições dos processos de ensino e aprendizagem, no engajamento da comunidade escolar para a garantia dos direitos de aprendizagem, na redução das desigualdades e diminuição da intensidade da evasão escolar, preservando o presente e o futuro dos estudantes. Mas... por onde começar? O que fazer? Que caminho trilhar? Muitas eram as indagações.

A equipe escolar percebeu que, para além dos fatores apontados, existia uma baixa frequência dos alunos, o que dificultaria ainda mais o trabalho pedagógico e o alcance dos resultados esperados. Entendemos que essa infrequência tornava impraticáveis as ações traçadas para melhoria do processo educativo.

Paralelamente a essas situações, recebemos um convite da Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo, através da assessoria de gestão, para participar da formação, ministrada pelo Instituto Singularidades em parceria com o Instituto Unibanco. Apenas cinco gestores do Espírito Santo seriam contemplados. Um grande desafio se impunha devido ao tempo de duração da formação, o horário (noturno) e outros impeditivos mais. Ao analisarmos a proposta da formação quanto aos temas abordados nos módulos, percebemos que poderiam contribuir com os problemas elencados acima; dessa maneira aceitamos o desafio.

O primeiro encontro da formação tratou de como voltar o olhar da gestão para os dados das avaliações em larga escala e seus critérios. Compreender as avaliações externas e seus critérios foi o início de um trabalho realizado

nos momentos de planejamento coletivo nas áreas de conhecimento dentro da escola, após os encontros do primeiro módulo. Passamos a analisar os dados dessas avaliações embasados nas orientações e trocas de experiências recebidas na formação. Antes, a análise era realizada em comparação com os resultados da rede, da superintendência e de escolas da mesma jurisdição, sem levar muito em conta as escalas de proficiência, uma análise mais relacionada ao resultado da proficiência de cada disciplina avaliada. Durante o estudo do primeiro módulo, a equipe escolar reunia-se com a finalidade de compreender e discutir esses dados, com base nos resultados da própria escola, verificando a situação de cada estudante e de sua posição na escala de proficiência, para elaboração de planejamentos e plano de ação.

Discutimos o que cada dado representa, quais os estudantes estavam retratados neles, onde, como e quais os ajustes precisavam ser feitos. Olhamos para o nosso trabalho, para as nossas fraquezas e potencialidades, e agimos com planejamentos estruturados para cada situação apresentada.

Sair da zona de conforto na qual nos encontrávamos, pois nossos resultados eram satisfatórios em relação à rede, e promover mudanças a partir de aprendizagens que nos fizeram enxergar nossas práticas não são tarefas fáceis, mas a equipe foi superando os limites a cada dia para que as aprendizagens dos estudantes fossem concretizadas no decorrer do processo de ensinar e aprender. Assim foi preciso realizarmos um momento de reflexão e mudança com toda a equipe.

A cada módulo estudado na formação, nos reuníamos com os pares para compreendermos a importância do conteúdo abordado e quanto ele impactaria a rotina pedagógica da escola. Começamos pela criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar, assunto abordado no módulo 2 da formação e que tem contribuído com a organização de um trabalho que já fazíamos, mas não de maneira sistematizada. Dessa maneira, conseguimos otimizar o tempo de trabalho, o desenvolvimento e o acompanhamento dele, a visualização dos resultados e o quanto avançamos para o alcance das metas determinadas.

Assim, nosso campo de visão pedagógica foi sendo ampliado, mudanças na prática da gestão e de toda a equipe escolar foi sendo reavaliada para possíveis correções de rotas. Entendemos que os dados são evidências importantes para que a equipe possa intervir com ações eficazes que combatam as causas da situação-problema no caso levantado (frequência) e os danos que traz à aprendizagem dos estudantes.

Nosso trabalho pedagógico não era realizado de maneira sistêmica. Fazíamos as ações para resolver as demandas existentes a cada resultado recebido através das avaliações externas e internas não levando em conta o que cada dado oferecido pelas avaliações representava. A partir do momento que nos apropriamos desses dados, realizamos uma análise criteriosa deles.

Com uma análise mais criteriosa dos dados, a equipe percebeu um indicador que poderia causar grande interferência nos resultados de aprendizagem: a infrequência dos estudantes nas aulas. Esse fator só foi percebido, após o início do curso, por meio de instrumentos de acompanhamento da frequência diária dos alunos pautados na Formação de Gestão da Aprendizagem e recriados em planejamento coletivo com a participação do conselho de líderes, pois anteriormente não dávamos importância a essa informação.

Os registros dos professores não nos davam uma visão da infrequência, pois cada professor informa a frequência dos estudantes de cada turma num diário de classe on-line que se constitui em dados no sistema de gestão da secretaria de educação do estado. A percepção desses dados só é obtida ao final do trimestre em um relatório extraído desse sistema. Assim, a equipe escolar criou um instrumento que mostra um controle de frequência diária, uma pauta física (Anexo I – presente no plano de ação, bem como os demais anexos citados neste relato), entregue ao líder de turma. Cabe a esse líder fazer a chamada destacando no controle os faltosos do dia e repassando essa pauta ao coordenador de turno para a busca ativa dos alunos, realizada através de ligações telefônicas aos pais registradas em um instrumento criado para o uso do coordenador de turno, em ficha individual do aluno, contendo calendário escolar e espaço para os registros de motivos das faltas (Anexo II).

Com base nesse controle diário das faltas, se um aluno tiver um número de dois dias letivos de faltas semanais, a escola realiza o contato com o responsável para a responsabilização da família. Para os casos mais críticos, são realizadas visitas às residências para que haja um maior entendimento das causas da infrequência e para que sejam feitas possíveis intervenções. Paralelamente a essa ação, mensagens nos grupos de WhatsApp são disparadas pelos líderes de turma aos faltantes do dia com a mensagem “Quem falta faz falta... Cadê você?”. Essa iniciativa ajudou, também, na diminuição da infrequência e na melhora da autoestima do estudante.

Paralelamente a essas iniciativas, organizamos atividades integradas entre a escola e a rede de proteção à criança e ao adolescente, necessárias para evitar que essas faltas se efetivem como evasão escolar, trabalhando

com instrumentos formalizados em portaria, pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo em parceria com o Ministério Público Estadual. Os documentos de acompanhamento da frequência, termo de compromisso com os pais e/ou responsáveis, e o encaminhamento ao Conselho Tutelar (Anexo III) são preenchidos pela escola, na presença dos responsáveis dos alunos faltosos, acompanhado de registro paralelo em um livro próprio no qual se relata toda a conversa entre escola e família, que assumem compromisso de não permitirem as faltas pelos motivos descritos no documento, passando a ser corresponsáveis pela frequência e aprendizagem dos menores. Caso o estudante continue absenteísta após o acordo, toda a documentação preenchida pela escola e pelo responsável do aluno será enviada ao Conselho Tutelar, que fará visita à família visando ao encaminhamento do processo ao Ministério Público para maiores providências.

O instrumento de controle de frequência criado pela escola apontou um percentual de faltas significativas em dias, turmas e disciplinas específicas. Casos de atrasos, comprometendo a primeira aula, também são registrados. Tanto a infrequência quanto os atrasos são fatores que poderão resultar em um comprometimento no desenvolvimento da aprendizagem e no rendimento escolar dos alunos envolvidos.

O monitoramento diário da frequência escolar revela não apenas quem são os alunos faltosos. Revela os motivos dessas ausências, possibilitando a escola a pensar em estratégias pedagógicas e disparar estímulos aos estudantes para o acompanhamento das aulas de forma presencial, com a finalidade de garantir a frequência e consolidar as aprendizagens.

A utilização de instrumentos de acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes e de observação de aulas também foi inserido no processo, com uma nova abordagem trazida após um dos módulos estudado na formação, tornando-se fundamental para coleta de evidências que subsidiem o trabalho pedagógico direcionado à diminuição da infrequência no ambiente escolar. Esses instrumentos – roteiros de observação de aula, planilha de acompanhamento dos alunos, organização do planejamento semanal (Anexo IV) – fortaleceram e organizaram o trabalho pedagógico por levantarem situações de sala de aula que se tornam insumos para a formação continuada de professores no ambiente escolar e para mudanças em práticas, no sentido de aprimorar o trabalho do professor e proporcionar avanço na aprendizagem dos estudantes.

Nossa postura quanto ao monitoramento da sala de aula passou a ser intencional, pois antes havia uma memorização de informações oferecidas pelo professor que não sinalizavam a compreensão do mundo. Essas informações não se refletiam em conhecimentos práticos utilizados no meio social dos alunos. De acordo com Perrenoud (2000, p. 30), “aprender não é primeiramente memorizar, estocar informações, mas reestruturar seu sistema de compreensão de mundo”.

Realizamos então uma ressignificação dos papéis do professor e do aluno. O estudante passa a ser protagonista do seu próprio conhecimento, o professor, o mediador, apenas faz intervenções necessárias. Esses instrumentos passaram a ser aliados para o acompanhamento da prática do gestor, pedagogo e professor, resultando em benefícios para os alunos. O desempenho escolar está diretamente ligado à frequência e à participação ativa nas aulas.

A análise de gráficos de frequência e desempenho dos estudantes (Anexo V) tem sido uma ação importante para verificação de um decréscimo no desempenho escolar no primeiro trimestre, no qual a baixa frequência dos estudantes nas aulas estava mais intensa. Compartilhar e discutir os dados demonstrados nos gráficos foram ações aprendidas na formação, especialmente no módulo sobre a organização dos dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar e compartilhamento com a equipe (módulo 3).

Nos reunimos com a equipe de professores nos momentos de planejamento coletivo; com os alunos nas apresentações para as turmas; e com os pais nas reuniões para a discussão do processo de ensino e aprendizagem. Todos os envolvidos precisam estar cientes do quanto as faltas impactam a aprendizagem do aluno e de como, juntos, podemos encontrar caminhos que nos levem à solução para o problema. Afinal, somos todos responsáveis e, como tais, precisamos fazer parte do processo de construção de ações que transformem a realidade.

Houve uma mobilização da escola para retomar o diagnóstico mais profundo, buscando levantar causas raízes para a infrequência. Com base nas orientações de um dos módulos da formação, a equipe pedagógica aplicou um questionário (Anexo VI) a alunos, pais e docentes com perguntas direcionadas e intencionais para levantar fatores internos e externos geradores da infrequência do estudante no ambiente escolar. Causas como *bullying*, condições socioemocionais, questões familiares, mercado de trabalho, metodologias, recursos tecnológicos para

desenvolvimento das atividades e mudanças de práticas surgiram com muita intensidade nas respostas.

A partir do resultado desse instrumento e da leitura e interpretação dos dados oferecidos pelas avaliações externas e internas, iniciamos a reconstrução do plano de ação voltado às condições apresentadas, fator pouco observado no momento de elaboração do plano de ação anterior, mas compreendido na formação, em especial no módulo 4, que abordou a leitura dos dados e a interpretação das avaliações internas e externas como um grande impeditivo da garantia da aprendizagem dos estudantes.

Precisávamos agir, através de mudanças de práticas que tornassem o ambiente mais acolhedor e propício a ensinar e aprender, assim como vimos no módulo 5, sobre elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade. Iniciamos uma rotina de conversa com professores nos planejamentos, com os alunos através das aulas de Projeto de Vida e Estudos Orientados, com toda a equipe escolar, com os pais através de reuniões em pequenos grupos, buscando práticas que pudessem intervir positivamente no trabalho pedagógico e, por consequência, na aprendizagem dos estudantes. Propiciar um clima acolhedor na escola é fundamental para as questões emocionais, como para os casos de *bullying* – enfim, para todas as ações pretendidas.

A equipe pedagógica da escola e os professores passaram a entender a importância de acompanhar a frequência escolar dos estudantes. A escola percebeu que o índice de frequência escolar é um indicativo que revela mais do que quem são os alunos faltosos, revela os motivos dessas ausências, possibilitando intervenções pontuais no problema.

A partir do monitoramento diário da frequência escolar, foi possível identificar o motivo da desmotivação do aluno em relação à escola ou ao componente curricular específico, levando a equipe escolar a pensar em estratégias pedagógicas e disparar estímulos aos estudantes para o acompanhamento das aulas de forma presencial, com a finalidade de garantir a frequência e consolidar as aprendizagens. Uma gincana de frequência escolar foi iniciada, na qual a porcentagem de faltas (frequência negativa) das turmas de Ensino Médio e Fundamental de toda a escola é levantada e publicada em um painel (Anexo VII) localizado no pátio interno, atualizado semanalmente pelos coordenadores de turno e analisado pelos estudantes. Ao final do terceiro trimestre, a turma que apresentar o menor índice de faltas terá como bonificação um passeio ao complexo Vale Moxuara, localizado no município

de Cariacica, pertencente à região metropolitana do estado do Espírito Santo. Em conversa com a equipe pedagógica, ficou decidido o levantamento de porcentagens de faltas para criar um impacto nos estudantes ao visualizarem materialmente essas faltas.

Entendemos que as mudanças em algumas práticas pedagógicas eram necessárias.

As aulas passaram a ser observadas. Havia uma conversa prévia com os professores regentes, em que o instrumento de observação a ser utilizado na sala era discutido, informando as intenções daquela iniciativa. As observações nos retrataram uma situação-problema na gestão da sala de aula, no tempo empregado para o processo de ensinar e aprender, na organização do espaço, entre outros aspectos levantados e discutidos nos momentos de observação e feedback aos professores.

Nossa postura quanto ao monitoramento da sala de aula passou a ser intencional e a visar à ressignificação dos papéis do professor e do aluno. O uso desses instrumentos passou a ser aliado para o acompanhamento da prática do gestor, do pedagogo e do professor, resultando em insumos para a formação continuada e em benefícios para os alunos.

Nas rodas de conversa com os envolvidos ficaram definidas mudanças de práticas pontuais: todos os professores das primeiras aulas passariam a receber os alunos na porta da sala de aula e a cumprimentá-los, acolhendo os estudantes. Nas trocas de aula, teria de haver uma agilidade maior dos professores, garantindo a carga horária do estudante e evitando tempo ocioso, o que possibilita conflitos.

Foi realizado com as turmas e professores o registro de um acordo pedagógico no qual direitos e deveres foram estabelecidos em comum acordo e fixados nas salas para cumprimento e retomada assim que necessário. Em conversa com as turmas e professores, ficou acordada a organização da sala em grupos de cinco pessoas.

Um acordo foi estabelecido de forma individual entre aluno e professor: o que cada um (professor e aluno) traria para cada aula. O professor tem em seu planejamento o que pretende para cada aula ministrada, os recursos a serem utilizados, os resultados a serem alcançados, e repassa ao estudante suas intenções. Os objetivos de cada aula são socializados com a turma através do registro realizado no canto da lousa, de forma oral, enviados com antecedência nos grupos das turmas. O aluno, da mesma forma, deve dizer

ao professor em uma palavra quais suas expectativas e o que traz para a aula daquele dia, sua contribuição para o desenvolvimento da aula e o alcance da aprendizagem. Essa atividade dura em torno de 5 minutos. Palavras como “silêncio”, “atividade pronta”, “respeito”, “compromisso”, “colaboração”, “pontualidade”, “assiduidade”, “participação”, “sucesso” e “aprendizagem” são as campeãs entre as variadas respostas dos estudantes. E, depois de conhecermos o Mentimeter durante a formação, com a finalidade de utilizar esse plataforma no momento de ouvir as palavras selecionadas pelos discentes, repassamos essa descoberta aos professores e a adotamos nas aulas, o que tem sido um recurso motivador para os estudantes.

Foram instituídos momentos de palestras, rodas de conversa, discussão sobre valores, respeito, afeto, entre outros temas, duas vezes por mês, necessariamente envolvendo turmas e professores diferentes. As palestras têm sido ministradas por pessoas do Conselho Tutelar, assistentes sociais e psicólogos. Para as rodas de conversa, temos contado com os professores de Projeto de Vida e, quinzenalmente, com um psicanalista amigo da escola.

Realizamos um dia de atividades envolvendo o exercício de gentileza e empatia, no qual todos os envolvidos precisavam exercer ao menos um ato de gentileza com algum colega ou funcionário no turno em que estuda. Quanto à empatia, preparamos atividades em que cada estudante, professor ou funcionário foi desafiado a se colocar em uma situação que outra pessoa da escola vive no dia a dia. Foram trabalhados momentos de provocações reais, como andar nos espaços escolares com venda nos olhos, percebendo a dificuldade de locomoção de um deficiente visual, simulação de conflitos de xingamentos entre colegas para verificação de como o agressor e o agredido resolvem os conflitos (houve troca de papéis), simulação de casos de *bullying*.

Em seguida, tivemos os depoimentos de como foi passar por situações que afetam o emocional provocando tristeza, ansiedade, raiva... Foram momentos emocionantes, de depoimentos e até de pedidos de perdão. Logo em seguida, o psicanalista e professor Paulo Ricardo fez uma reflexão sobre como podemos trabalhar em nós as competências socioemocionais para melhor convivermos em sociedade. Foram momentos de muita comoção na escola. Temos colhido os frutos dessas ações realizadas quando observamos um índice muito menor de crises de ansiedade, uma diminuição expressiva dos conflitos, casos de *bullying*, intolerância. É a promoção da cultura da paz sendo institucionalizada no ambiente escolar como meio de solução de conflitos, aumento da frequência às aulas e o crescimento do desempenho escolar.

Atrelada a essas ações, foi instituída a sala de situação, onde o coordenador de turno traz os envolvidos nos conflitos, um professor coordenador da turma e um aluno mediador, que é aquele que mais tem dificuldade de convivência e que apresenta um número maior de envolvimento em problemas na escola (até então um líder negativo). A intenção é que ele trabalhe consigo mesmo e com os demais as competências para solucionar problemas e perceba o quanto estes conflitos geram ansiedade, brigas, paralisação das aulas, afastamento do agredido do ambiente da escola, impedindo a aprendizagem. Tem sido impressionante a postura desses mediadores e suas transformações.

A conversa é registrada em livro próprio e, ao final, assinada por todos e comunicada aos responsáveis dos envolvidos, que vão à escola para tomar ciência da situação e de como ela foi resolvida. Temos promovido momentos de socialização entre os estudantes, pais e em especial os pais dos mediadores, para parabenizar a família e os alunos mediadores pelo avanço comportamental e na solução de situações antes criadas por eles mesmos. Temos ouvido os relatos dos pais e/ou responsáveis quanto à mudança de postura dos mediadores no ambiente familiar, buscando soluções para conflitos existentes na família.

Reavaliemos a metodologia, a maneira de empregar a tecnologia para o aprendizado, a realização de projetos interdisciplinares e socioemocionais, o uso de materiais didáticos alinhados com o currículo e com a BNCC para o desenvolvimento das aulas. Percebemos a necessidade urgente da formação continuada do corpo docente e de toda a equipe da escola. Ações robustas relacionadas às questões acima, em especial à formação continuada de professores, passaram a compor o plano de ação com o objetivo de combater a infrequência no ambiente escolar, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem, para a redução das desigualdades de aprendizagem e mitigação do abandono escolar.

A família foi chamada para compor vários momentos das ações propostas no plano para que o sentimento de pertencimento e a responsabilização pudessem ser consolidados, a importância da frequência e sua ligação com os resultados pudesse ser compreendida e a parceria escola e família fosse fortalecida.

Após meses de trabalho intenso, de mudanças drásticas realizadas com fundamentos a partir dos conhecimentos adquiridos através da formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, a escola

tem colhido os frutos desse trabalho desenvolvido no intuito de reduzir a infrequência e avançar na aprendizagem dos estudantes.

Os dados das avaliações internas, das observações de aula, dos depoimentos de professores alunos e pais revelam que estamos no caminho certo.

A frequência dos alunos aumentou satisfatoriamente, os resultados de desempenho escolar avançaram positivamente, as questões de *bullying* e intolerância reduziram e o protagonismo dos estudantes ficou evidente.

A organização do trabalho pedagógico tem sido um sucesso e a Gestão das Aprendizagens tem se consolidado no ambiente escolar e para além dele, como podemos comprovar através dos resultados contidos neste documento. Como diz Lück,



[...] de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois, está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos [...]. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida. (LÜCK, 2009, p. 95)

Entendemos que é apenas o início de uma longa caminhada que precisa ser a todo tempo revisitada, replanejada, monitorada, avaliada, ajustada, para alcançarmos as metas estabelecidas.

O plano de ação da escola prevê metas ousadas quanto à frequência dos estudantes: 100% dos alunos frequentes diariamente às aulas, com exceção dos afastamentos por atestados médicos. Chegamos bem perto com média de 97% de frequência diária.

As metas estabelecidas no plano de ação no ano de 2022 preveem a melhoria das proficiências de Língua Portuguesa e Matemática através de adoção de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras, do uso de ferramentas

tecnológicas, como jogos, gamificação, uso de materiais concretos para o desenvolvimento das aulas, e de recomposições de aprendizagens através do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem. Estamos chegando ao final do ano letivo com muitas metas alcançadas e uma mudança radical nas práticas desenvolvidas pela escola, possibilitada após toda a aprendizagem efetivada no curso *Gestão para as Aprendizagens* ministrado pelos formadores do Instituto Singularidades em parceria com o Instituto Unibanco.

Os resultados revelados através das avaliações diagnósticas do segundo trimestre, das avaliações internas e dos feedbacks de toda a comunidade escolar, tabulados através de gráficos, nos mostram esses avanços no cumprimento das metas estabelecidas. Estamos no aguardo dos resultados das avaliações externas aplicadas pela Secretaria de Estado do Espírito Santo (Paebes).

Ao recebermos o resultado do Ideb 2021 do Ensino Médio, ficamos abatidos no primeiro momento. Os dados nos revelaram a necessidade de intervenções imediatas nas aulas, na aplicabilidade dos conteúdos ministrados, pois tivemos um decréscimo de 0,2 décimos em relação ao resultado de 2019. Entendemos que a escola pós-pandemia requer de nós uma nova postura profissional e novos conhecimentos para que possamos atender essa nova geração de estudantes.

E assim fizemos, movidos pelos conhecimentos adquiridos na formação, pelo encorajamento dos formadores e pela necessidade de fortalecer o trabalho pedagógico da equipe escolar e de avançar nos resultados reduzindo as desigualdades de aprendizagem dos nossos alunos. Após todas essas mudanças na prática, temos visualizado os avanços para o cumprimento de metas, não só para melhorar a nota no Ideb, mas para garantir a aprendizagem dos nossos estudantes, fazendo-os perceber a importância da escola, da educação na vida de cada um deles e na transformação de nossas vidas. Digo nossas vidas, pois é visível a satisfação da comunidade escolar, da equipe, com o resultado do trabalho que vem sendo realizado após a mudança no trabalho pedagógico. Temos muito a avançar para possibilitarmos mais oportunidades aos nossos estudantes e maior qualidade na educação dos jovens capixabas.

Identificar os indicadores que comprometem a aprendizagem e agir sobre eles é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensinar e aprender. Nossa atenção em relação ao indicador frequência escolar foi importante para uma mudança na prática pedagógica, na sistematização

das ações realizadas, na compreensão e utilização dos dados das avaliações externas e internas, na adequação da metodologia utilizada nas aulas, no olhar e nas ações voltadas às competências socioemocionais para a formação continuada de professores no ambiente escolar, na utilização de instrumentos de acompanhamento de alunos, observação de sala de aula e planejamentos. Demos um giro de 180° graus, mas tem sido válido todo o esforço e trabalho da equipe escolar.

Nosso índice de frequência tem sido muito alto, cujo fator tem refletido no desempenho dos estudantes, com um avanço positivo dos resultados. Precisamos seguir em frente vencendo nossos próprios limites e sendo desafiados a viver em constante transformação para atendermos à escola do século XXI.

O importante é termos a consciência de que nossa caminhada não foi solitária, contamos com a coragem, disposição e humildade da equipe escolar para navegar em mares desconhecidos, saindo de zonas de conforto e se reinventando através de conhecimentos adquiridos e compartilhados pela gestora da escola Francisco Nascimento após sua participação na formação de gestão para as aprendizagens. Foram os monitores desse curso, até então desconhecidos, que possibilitaram o entendimento da utilização das evidências extraídas dos processos avaliativos para uma intervenção urgente nas práticas realizadas.

Aos, até então desconhecidos formadores da *Gestão para as Aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, nossa gratidão por terem oportunizado momentos tão valiosos para o nosso crescimento profissional através dos conteúdos ensinados. Com suas diferentes formas de ministrar aulas, nos fizeram entender o impacto que um trabalho de gestão escolar aliado à responsabilidade do diretor da escola como articulador do processo educativo faz na promoção da gestão da aprendizagem.



[...] a gestão pedagógica em uma das dimensões mais importantes do trabalho do diretor escolar que, embora compartilhada com um coordenador ou supervisor pedagógico, quando existir na escola, nunca é a esses profissionais inteiramente delegada. A responsabilidade pela sua efetividade permanece sempre com o diretor escolar, cabendo-lhe a liderança, coordenação, orientação, planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico exercidos pelos professores e praticados na escola como um todo. (LÜCK, 2009, p. 94)

Temos realizado a aplicabilidade dos diversos saberes que nos foram repassados para a composição das práticas utilizadas na gestão para as aprendizagens, fortalecendo a gestão de sala de aula e o ambiente escolar.

Aos colegas gestores dos muitos estados deste Brasil que estiveram todo este tempo contribuindo através das vivências de suas escolas com o nosso trabalho na gestão, nossa eterna gratidão. A todos que, direta ou indiretamente, transformaram esses momentos de compartilhamento de saberes únicos em nossas vidas pessoais e profissionais em oportunidades de mudanças em nossa prática, o nosso muito obrigado. Nosso agradecimento especial ao professor Wagner Palanch por todos os momentos dedicados a orientar, com muita competência e dedicação, a construção deste artigo, que é a demonstração de mudança de uma equipe que visa melhorar sua prática e contribuir com as aprendizagens dos estudantes através da leitura e utilização dos dados das avaliações externas e internas. Nossa gratidão a Deus por nos permitir conhecer pessoas tão especiais que pensam e fazem educação através de instituições reconhecidas e respeitadas, como os institutos Singularidades e Unibanco. A todos, o nosso muito obrigada e um até breve, pois nos encontraremos sempre, nos milhares de estudantes que foram beneficiados através da formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*.

Referências

ABREU, R. **História e educação**: para ressignificar práticas e saberes. Como fazer um plano de aula usando as competências e habilidades da BNCC. [S.l.]: s.d.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- CAED DIGITAL. **Avaliação e monitoramento Espírito Santo**. Página inicial. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentoespiritosanto.caeddigital.net/>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Currículo**. <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/> Acesso: 2 mar. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Painéis - GEA. **Relatórios: avaliações externas**. Disponível em: <https://sites.google.com/edu.es.gov.br/painel-gea> Acesso: 2 mar. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. **Foco escola: educação em foco**. Página inicial. Disponível em: <http://educacaoemfoco.sedu.es.gov.br/>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. **Ferramentas da gestão eficiente**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021a. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/guia-gestao-para-aprendizagem/ferramentas-da-gestao-eficiente.html>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. **Gestão para aprendizagem**. Um guia para políticas educacionais e práticas pedagógicas eficientes. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021b. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/guiagestao-para-aprendizagem.html>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Portal Instituto Unibanco**. Página inicial. Disponível em: <https://sigae.institutounibanco.org.br/>: Acesso em: 2 mar. 2023.
- LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. 2ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009
- NOVA ESCOLA. **Fechamento de bimestre: como fazer?** – Maura Visita, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=509bteRwj6E>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- PERRENOUD, P. Organizar e dirigir situações de aprendizagem. *In*: PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2008

SEDU DIGITAL. **Boletim Você viu?**: Metodologias ativas. [S./]: 15 fev. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_MldNDeet5fP_YVeSi1OeFIUTNxamV7a/view. Acesso em: 2 mar. 2023.

SEDU DIGITAL. **Boletim Você viu?** Práticas inspiradoras do Espírito Santo. [S./]: 16 fev. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OBbkRjXu17NTQGoQvPAZgh76rudkEG2B/view>. Acesso: 2 mar. 2023.

SILVA, V. R. S. **Plano de ação**. Espírito Santo: acervo pessoal, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ck-0F0K7k68DHbZGAXPwjxmNHJ-QuK9g/view?usp=sharing>. Acesso: 2 mar. 2023.

Análise dos dados: entendendo e intervindo na prática pedagógica

Ariadna Gonçalves Cavalcante

Especialista em Gestão Escolar

Gestora do CETI Solange Sinimbu Viana Area Leão, 19 - Gerência Regional de Educação - Seduc Teresina-PI

Este relato de prática tem como objetivo apresentar uma síntese do que foi trabalhado na formação *Gestão para as aprendizagens: trabalhando os dados na prática*, com carga horária de 80 horas organizadas em 60 horas de conteúdo, distribuídos em cinco módulos, que tiveram como foco a discussão teórico-metodológica com ênfase na prática das seguintes temáticas: avaliações em larga escala e seus critérios; conceitos de avaliação; criação de instrumentos para acompanhamento do desempenho e rendimento escolar; organização de dados de desempenho acadêmico e rendimento escolar; compartilhamento com a equipe; leitura dos dados e interpretação a partir das avaliações externas e internas; elaboração do planejamento pedagógico a partir das condições da comunidade; e 20 horas de mentoria com a finalidade de apoiar, incentivar e orientar na execução do projeto a ser desenvolvido no espaço escolar a partir dos conhecimentos adquiridos nos módulos da formação, bem como orientar na produção do relato aqui produzido.

Nos dois primeiros módulos foram abordados o tema “Avaliação em larga escala e seus critérios” como política de Estado no contexto escolar e como essa política educacional de avaliação tem influenciado as atividades pedagógicas na escola e na própria avaliação escolar.

As discussões mostraram que as avaliações externas trouxeram algumas inovações e avanços para a educação, como: verificar o cumprimento do direito à aprendizagem, possibilitar às secretarias e escolas traçar um diagnóstico de suas redes e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetando o desempenho dos estudantes e, ainda, permitir aos gestores e à sociedade em geral conhecer a qualidade do ensino oferecido em cada unidade escolar. A partir disso, é possível refletir sobre a qualidade do ensino, desempenho, metas, habilidades e competências.

Ainda nas discussões, ficou claro que as escolas não podem usar essas avaliações como instrumento de direção da prática docente, principalmente no que tange ao instrumental avaliativo a ser desenvolvido em sala de aula, que não pode ficar condicionada ao formato das provas aplicadas em larga escala que limitam e restringem a coleta de informação e a análise de resultados. As provas também não podem se tornar condutora das ações escolares. Na verdade, a escola deve ter sua rotina orientada a partir das habilidades e competências necessárias para que os alunos alcancem os objetivos propostos em cada etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Cabe ressaltar que os resultados dessas avaliações podem identificar possíveis deficiências no processo de ensino e aprendizagem, mas isso não significa o fracasso da escola. Essa carência, quando percebida e trabalhada de forma planejada, pode se transformar em aparato pedagógico, qualificando também as ações educativas de cada escola (VIANNA, 2005).

Já nos terceiro e quarto módulos, a partir das discussões sobre as avaliações em larga escala, passamos às discussões sobre o processo avaliativo escolar, em que pudemos nos apropriar de alguns conceitos de avaliação, rubricas e aspectos relacionados às vivências no chão da escola. Sobre o processo avaliativo escolar, as discussões deixaram claro que o ato de avaliar está muito além de classificar ou medir, afinal, conhecimento não se mede nem se enumera.

Do meu ponto de vista, a avaliação deve ser observada pela escola (gestores, coordenadores e docentes) como uma forma de aperfeiçoamento da qualidade de ensino. É necessário que as escolas busquem práticas avaliativas que levem ao desenvolvimento pleno do aluno. É necessário também vencer a distância entre o que falamos e o que realmente fazemos, de forma que a avaliação contribua para a efetivação de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade para todos.

Existe uma grande necessidade de compreender a avaliação como processo e como norteadora de novas ações, tanto a avaliação escolar, realizada internamente entre alunos e professores, quanto as institucionais, que devem assumir caráter formativo. Sob essa ótica, as avaliações externas assumiriam o papel de orientadoras, e não de condutoras do ensino.

É necessário que todos tenham em mente que, ao desenvolverem a própria metodologia e prática pedagógica, precisam respeitar o projeto político-pedagógico escolar, uma vez que ele dá direção e sentido ao processo

educativo. Nele, estão contidas as necessidades, os anseios, os problemas de uma comunidade escolar, pois contempla a realidade do contexto e das pessoas que coletivamente construíram essa proposta. Mas, acima de tudo, podemos encontrar os objetivos, os ideais, as metas que se desejam alcançar e os caminhos para que elas se concretizem. O gestor, na função de diretor, precisa conduzir o planejamento participativo, buscando envolver os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, “opinar, planejar, avaliar e implementar a proposta de educação a ser efetivada na escola, ampliando-se, assim, a possibilidade de sucesso do referido planejamento” (BUSS, 2008, p. 43), que precisa integrar a escola, a família e a comunidade.

A escola deve apresentar o mundo aos educandos por uma ótica diferente. E que mundo é esse? Um mundo no qual os sujeitos se tornem capazes de modificar e transformar as desigualdades de uma nação, propiciando à sociedade condições de superação e equidade. É para esse mundo que a escola deve preparar o estudante, tornando-o um verdadeiro cidadão. Cidadão que carrega consigo e vida afora o que aprendeu no interior da escola: o respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, demonstrando o que aprendeu sobre convivência democrática.

Pensar em uma escola inclusiva é pensar uma escola justa, democrática, sem discriminação de tipo algum, e na qual cada um, com suas diferenças e independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça ou deficiência, seja respeitado. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação, uma sociedade que abriga e aprecia a diversidade humana, cuja principal meta é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam o próprio potencial.

A partir do que foi trabalhado nos módulos, e com a orientação da monitoria, foi possível desenhar um plano de intervenção que teve como objetivo geral aprimorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem de 35% dos alunos que obtiveram baixo rendimento. Isso se deu por meio de novas oportunidades de aprendizagens e consolidação dos conhecimentos.

O plano apresentou como objetivos específicos:

- verificar o desempenho dos alunos, nos diferentes componentes curriculares;
- promover, junto à equipe escolar, momentos de reflexão sobre o desempenho dos alunos e resultados obtidos em cada bimestre;

- sensibilizar os docentes para a necessidade de usar estratégias pedagógicas diferenciadas, que consolidem as aprendizagens não adquiridas em anos anteriores;
- coordenar, acompanhar, monitorar e articular, juntamente com o corpo docente, o planejamento e a implementação da intervenção pedagógica, garantindo que a realidade do educando esteja em foco ao se pensar o (re) dimensionamento das atividades, com prioridade para os alunos de baixo desempenho;
- promover os momentos de integração, estudo, reflexão, em um constante repensar da prática pedagógica, sugerindo medidas práticas que contribuam para a melhoria da qualidade dessa aprendizagem;
- mudar a cultura avaliativa;
- estabelecer metas individualizadas, promover momentos de reflexão e análise da eficácia das práticas pedagógicas adotadas.

Foram adotadas as seguintes metodologias:

- identificação dos alunos com baixo rendimento, nas disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História;
- roda de conversa com o núcleo gestor (gestora e coordenadoras) para definição das estratégias a serem adotadas pela equipe de professores a fim de que os objetivos traçados no plano, para recomposição das aprendizagens, sejam alcançados;
- realização de um (1) encontro pedagógico para que todos os professores tomem conhecimento do perfil social dos alunos com baixo rendimento e reavaliem as metodologias adotadas a partir dos fundamentos da proposta pedagógica;

Ao final do curso, ficou claro que o foco do gestor, de sua equipe e de todos os integrantes da escola precisa ser a utilização concreta e objetiva dos resultados das avaliações, levando em conta o contexto escolar, pois não basta diagnosticar, é preciso utilizar os resultados para a reflexão coletiva, o redirecionamento e o planejamento de ações.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório de resultados do Saeb 2019**. Vol. 1: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e séries finais do Ensino Médio [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

LÜCK, H. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

WERLE, F. O. C. **Avaliação em larga escala**: foco na escola. Brasília: Liber Livro, 2010.

Esta obra foi composta com as fontes Montserrat tamanho 12 e Sanuk tamanho 24.

A produção foi finalizada em julho de 2023.

